PORTUGAL EM ÁFRICA

IMPRESSÕES E REFLEXÕES DE VIAGEM
PELA ÁFRICA PORTUGUESA

RICHARD PATTEE
Prof. da Faculdade de Letras da Universidade Laval
Québec, Canadá

PORTUGAL EM ÁFRICA

IMPRESSÕES E REFLEXÕES DE VIAGEM PELA ÁFRICA PORTUGUESA

1761

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR
1959

Tip. SILVAS, LDA. — LISBOA

O AUTOR

Richard Pattee a quem pelo seu recente livro «Portugal and the Portuguese World» foi conferido em 1958 o prémio «Camões», instituído para galardoar a melhor obra publicada no estrangeiro sobre o nosso País, nasceu em 1906 e fez os seus estudos nos Estados Unidos da América e na Europa.

Foi professor de história e ciências políticas da Universidade de Puerto Rico, nas Antilhas; da Universidade do México; da Universidade de Friburgo, na Suiça; e, actualmente, é professor da Faculdade de Letras da Universidade Laval, em Quebec, no Canadá.

No âmbito da sua especialização tem-se dedicado, particularmente, ao estudo da história moderna e contemporânea dos países ibero-americanos. Fez numerosas viagens em Portugal, Espanha, América do Sul, e recentemente visitou com demora o Próximo Oriente e o Continente Africano. onde esteve nas Províncias Ultramarinas portuguesas e na África Ocidental Francesa, Congo Belga, Ghana, etc.

Além do desempenho das funções universitárias dedicou-se ao jornalismo, como correspondente do «National Catholic News Service» em S. Francisco, em 1945 e, depois, na Europa, durante cinco anos.

Tem, entre outros, os seguintes livros publicados: O negro no Brasil, *1939;* Gabriel García Moreno y el Ecuador de su tiempo, *1940;* El catolicismo en los Estados Unidos, *1946;* Introducción a la civilización hispanoamericana, *1945;* This is Spain, *1951;* The case of Cardinal Aloysius Stepinac, *1953;* Haiti, *1956;* Portugal and the Portuguese World, *1957.*

As fotografias a cor, que ilustram o livro, são de Samuel Pattee, filho do autor.

GUINÉ PORTUGUESA

«Desconcertante, inquietante talvez ainda, a Guiné, com as suas belas filhas cobertas de tatuagem, os seus guerreiros exaltados, e a sua grande caça, é um dos últimos vestígios dum mundo de maravilhas e aventuras» (¹). Eis a Guiné Portuguesa, descrita brevìssimamente numa publicação francesa, que reflecte com fidelidade a riqueza surpreendente desta terra — a *terra viciosa* dos antigos cronistas —, conhecida durante muito tempo como a menos hospitaleira das províncias portuguesas em África, pela insalubridade do seu clima e hostilidade da sua gente. A visão popular desta região evoca os rigores dum tropicalismo enervante e malsão; um fervedouro de doenças perigosas e gente enfermiça onde o homem europeu está irreparàvelmente destinado a sucumbir num meio que o repele e o subjuga. Desde há séculos a Guiné participa da seguinte reputação geral na costa ocidental africana: sepulcro do branco e castigo das suas audácias em a conquistar.

(¹) Doré Ogrizek — *Le Portugal* (Paris, 1950, pág. 388).

Infelizmente a Guiné tem sido mal conhecida e pior julgada, se nos atemos às reflexões sobre as suas realidades e as suas condições de vida, tais como se acham apresentadas em obras que passam por autorizadas sobre as coisas de África. Longo seria o catálogo dos juízos absurdos e maliciosamente infundados que se têm feito nestes últimos anos sobre os problemas e a administração da província, por estrangeiros que rara vez tiveram o cuidado de percorrer o seu território ou entrar em contacto com os que se responsabilizam pelo seu governo. John Gunther, o conhecido jornalista norte-americano, cuja obra *Inside Africa* tem tido nos Estados Unidos um êxito formidável, fala simplesmente «desse empobrecido e quase moribundo fragmento de território» na costa africana, sem importância para Portugal e sem significação internacional (2). A conclusão que se deduz é que o distinto escritor nunca lá esteve ou se chegou a estar não saiu do aeroporto de Bissau, e neste último caso a impressão não devia ter sido tão ruim, pois o tal aeroporto é comparável, na sua comodidade e excelência de serviço, a qualquer outro da África que serve os interesses comerciais duma capital de idênticas proporções. Para o inglês Alexander Campbell, a África Portuguesa na sua totalidade é um exemplo pavoroso de «colonialismo» em decadência. Fala este escritor com um desembaraço encantador de que Portugal tem desalentado sistemàticamente a imigração para as suas províncias ultramarinas e que tem erguido uma espécie de barreira ou densa cortina contra qualquer iniciativa que conduza ao conhecimento pelo mundo exterior das suas actividades e da sua política. «Os portugueses têm sido extremamente reticentes a respeito das suas próprias façanhas — ou carência delas — de maneira que a África Portuguesa é considerada geralmente como a parte mais atrasada do continente» (3). Dudley Stamp na sua *Africa, a Study in Tropical Development,* que passa por ser uma contribuição notável e cheia de autoridade e com lugar de destaque na bibliografia sobre o continente, submete a seguinte reflexão disparatada sobre a Guiné: «Os portugueses são poucos, quase exclusivamente oficiais e funcionários. O comércio reduzido está nas mãos de franceses e belgas» (4). O professor Wieschoff, da Universidade de Pensilvânia, nos Estados Unidos, acha que em geral, em todas as províncias africanas, «a penetração económica portuguesa tem sido insignificante» e, por conseguinte, que «infelizmente não há nenhuma dúvida de que as colónias portuguesas são as mais atrasadas de África» (5). Não seria impossível, se tal fosse a minha intenção, incluir nestas páginas inumeráveis testemunhos deste mesmo desprezo pela obra portuguesa, desta indiferença glacial mal intencionada ou esta ignorância crassa que caracterizam uma infinidade de escritos sobre a África contemporânea. Algo como um daltonismo ou astigmatismo colectivo domina os espíritos impedindo-os de alcançar uma tolerância — para não dizer uma compreensão — do passado, do presente e das perspectivas dum dos impérios mais originais e fecundos que regista a história humana.

---

(2) John Gunther — *Inside Africa* (Nova Iorque, 1955, págs. 598-99).

(3) Alexander Campbell — *The Heart of Africa* (Londres-Nova Iorque, 1954, págs. 377-78).

(4) Dudley Stamp — *Africa, a Study in Tropical Development* (Londres, 1952, pág. 288).

(5) H. A. Wieschoff — *African Colonial Policies* (Filadélfia, 1944, págs. 104-5).

Nem toda a produção literária é assim mal orientada. No seu relatório sobre o mundo português, *The British Survey* fala da Guiné como «uma pequena província florescente» (6). Nas páginas do *African World,* de Londres, achamos igualmente uma apreciação justa da situação actual da região quando Michael Growder descreve a Guiné dizendo: «O futuro da Guiné parece mais prometedor do que em qualquer momento da sua história. O governo está nas mãos duma administração competente e imparcial e o progresso económico tem sido considerável — hoje a Guiné é uma das províncias portuguesas melhor administradas» (7).

A Guiné é um microcosmo da África inteira; um pequeno mundo onde a variedade de raças, costumes e graus de desenvolvimento oferece ao visitante, numa extensão territorial reduzida, uma visão sintética dos problemas e das realizações num continente em plena efervescência. Penetrei na Guiné Portuguesa pelo lado do Senegal Francês, indo de Dacar para Ziguinchor em avião para, nesta última povoação francesa, entrar em contacto com as autoridades portuguesas que me esperavam além da fronteira. Naquele dia de Junho, quando cheguei a Ziguinchor, parecia que me encontrava diante de um resumo dos problemas e inquietações que agitam tão profundamente a África Francesa. Havia uma greve na região a ponto de todos os serviços, mesmo os dos correios e telégrafos, estarem suspensos. Não me lembro da causa desta crise social mas seria devida a alguma razão fútil, como tantas das que explicam aparentemente a tensão e o desassossego na África de hoje. O contacto inicial com Portugal em África — e não me refiro ao cônsul de Portugal em Dacar, com quem troquei impressões e que me iniciou por assim dizer na mentalidade portuguesa na sua obra africana — foi o administrador da circunscrição de São Domingos, na Guiné, o afável e muito inteligente goês Sr. Alfonsinho Gomes Pereira. Tive a impressão, quando ele chegou à agência da Air France em Ziguinchor à minha procura e entrámos em território português, que eu tinha passado perceptìvelmente dum regime onde dominava pouca ordem a um outro onde a tranquilidade e a ordem eram as características mais visíveis. Não era a placidez da dominação e a da opressão, segundo o termo do coronel Meynier, mas duma ordem que provinha da ordenação razoável e lógica das coisas e de um cuidado escrupuloso prestado ao mecanismo da administração para assegurar um funcionamento eficaz do organismo social e político em conformidade com as exigências dum território onde a cultura popular e o nível das massas ainda fica longe de comparar-se com os das regiões mais evoluídas e econòmicamente exploradas (8).

Ziguinchor foi noutros tempos território português e durante o tempo que aí permaneci com o administrador Gomes Pereira, antes de partir para São Domingos, notei que um número considerável de indígenas da localidade pertenciam à Guiné Portuguesa, os quais tinham emigrado ou passavam aí temporadas periòdicamente em missões económicas. A vegetação da região é bastante típica e difere da que predomina no interior do ocidente africano; regime de palmeiras e de savanas arbústeas, paisagem monótona e sem variações sensíveis. É a região também da doença do sono, que tem sido eficazmente combatida pelo Governo da província e que constitui uma das pragas não só para a saúde das populações indígenas mas também para toda a obra de colonização e expansão. Desde São Domingos até à costa começa-se a encontrar paisagens típicas do litoral com abundância de palmeiras para terminar nos mangais e vegetação exuberante que é a nota principal das terras costeiras pròpriamente ditas.

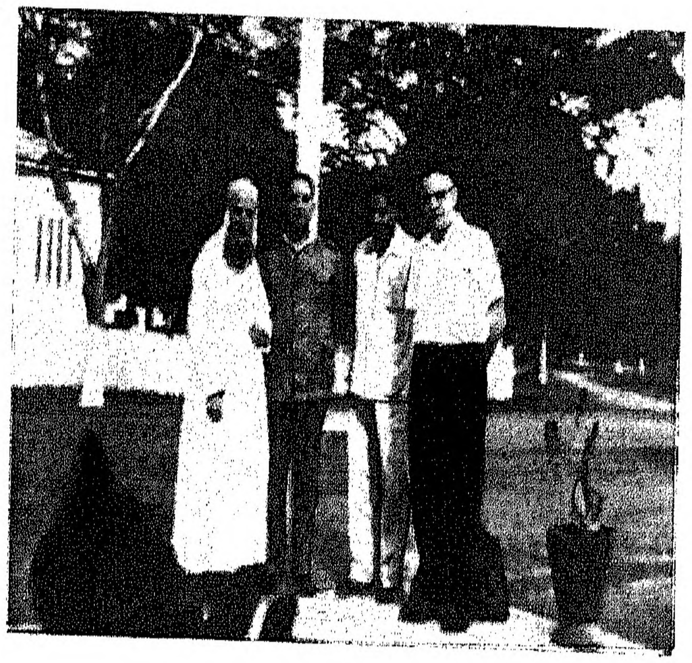
---

(6) *The British Survey* (Londres, Abril de 1954. N.º 61).

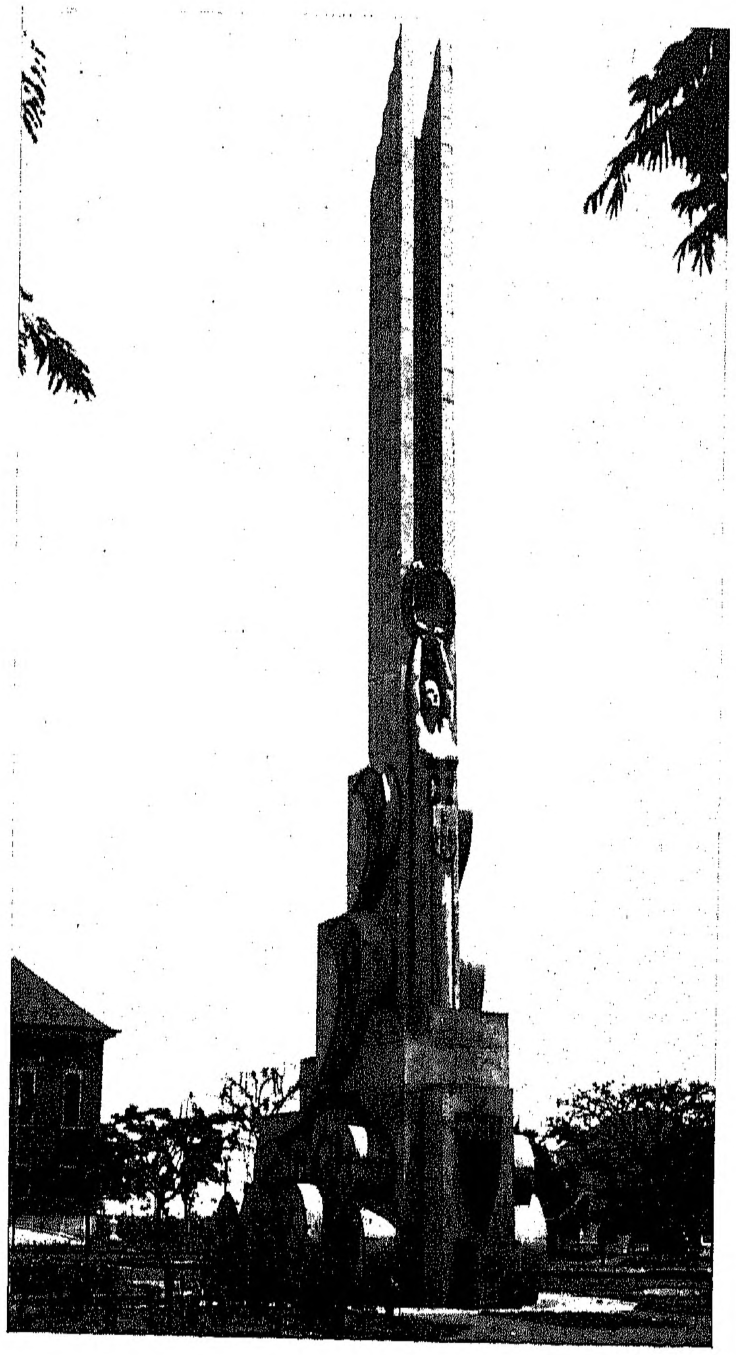
(7) Michael Growder — «Progress in Portuguese Guinea» em *African World* (Londres, Agosto de 1956, pág. 10).

(8) O. Meynier — *L'Afrique Noire* (Paris, 1924, pág. 217). «As colónias portuguesas estão submetidas a um regime de dominação para não dizer de opressão. A escravidão prevalece em todas as partes».

A primeira noite na Guiné passei-a na praia de Varela, não longe da fronteira do Senegal Francês. Tem a praia uma extensão enorme de uns quarenta quilómetros de areia e com muitos palmares e revelou-se naquela manhã de uma beleza alucinante. Um sol brilhante e uma claridade meridiana. Se Varela estivesse situada em sítio mais acessível aos viajantes, ou se o turismo estivesse mais desenvolvido, não há dúvida que constituiria um dos grandes atractivos para os que procuram um lugar isolado, cheio de luminosidade e ao mesmo tempo dotado das comodidades modernas mais apreciáveis. As residências individuais para os visitantes não desdizem do intuito de fornecer a pessoa desejosa dum certo luxo no meio do mato, oferecendo tudo o que é capaz de satisfazer as suas exigências. Cheguei lá numa altura em que o turismo — o modestíssimo turismo vindo de Bissau — tinha acabado. Não havia ninguém nas imediações, tendo o nosso pequeno grupo todas as atenções dos administradores locais. Varela tinha a aparência de uma parcela de praia floridiana ou mediterrânea onde a presença, ou, melhor dizendo, a *sensação* de África



O autor com o Padre Vinocchi e os Administradores de S. Domingos e Nova Lamego



Monumento ao Esforço da Raça, em Bissau

Dançarinos bijagós da ilha de Bubaque

Microscopistas no Centro de Estudos da Guiné

com dificuldade se notava. Em rigor, o nosso primeiro contacto com a África Portuguesa com a sua configuração especial de circunscrição, administrador, chefe de posto e indígenas foi em São Domingos. Goa e Portugal combinam-se na pessoa do Sr. Gomes Pereira e da sua encantadora esposa numa expressão de cordialidade que deixou transluzir o bondoso acolhimento que foi dispensado durante toda a estada no território.

Apenas passada a fronteira, o viajante curioso observa já os primeiros aspectos daquela humanidade caleidoscópica que é a característica mais marcada da sua população. Sobre a rota que conduzia a Varela viam-se felupes, em grupos de cinco, oito ou dez, armados de arcos e flechas, caminhando pela estrada. Mais tarde, já noite caída, o administrador de São Domingos, tendo-se informado da minha afeição pela luta desportiva, propôs uma excursão ao posto de Susana, onde o chefe com certeza organizaria uma exibição do desporto à maneira indígena. A segunda noite da África Portuguesa foi passada na galeria da residência do chefe de Susana, à espera dos africanos que tinham sido convocados para vir mostrar aos estrangeiros as suas habilidades de lutadores. Foi nesta ocasião que observámos alguns aspectos curiosos da mentalidade daquela gente. Chegámos a Susana pela volta das nove. Além do chefe não se apresentou mais ninguém. Meia hora mais tarde um ou dois rapazinhos indígenas aproximaram-se tìmidamente para verificar a presença do chefe e dos forasteiros para logo aparentemente ir avisar os companheiros. O chefe explicou-me que em princípio os indígenas aceitaram o convite para a exibição da luta, mas desconfiam sempre da veracidade da convocatória. Preferem esperar até à chegada dos convidados para ver se o convite com efeito merece o esforço de vir em grande número.

À luz ténue das lanternas que mal iluminavam o espaço aberto próximo da casa, contemplámos durante duas horas os rapazinhos a dar cabriolas; a seguir os mais velhos e experimentados e por último chegaram os verdadeiros lutadores, cuja agilidade e ligeireza eram notáveis. Mas a luta indígena dista muito da nossa noção ocidental de desporto. Evidentemente, não há árbitro nem regras fixas. Os lutadores esperam com aquela paciência inesgotável e eterna dos africanos para que o espírito os mova a entrar em combate. Às vezes um indígena deambula em volta do círculo formado por centenas de homens, mulheres e crianças que paulatinamente e sem o mínimo som vão avançando até incorporar-se no grupo sempre maior dos curiosos e interessados na manifestação, para lançar um desafio ou jactar-se da sua coragem e bravura. As africanas acompanham a luta de dúzias de pares simultâneamente com o seu canto monótono e repetido. Assim ficam até altas horas da noite. Para o chefe de posto que organiza um tal espectáculo para os seus hóspedes, o problema principal é lograr que a gente se recolha às suas palhotas. Não é raro ficarem até três ou quatro da manhã entregues, com uma certa voluptuosidade, ao canto e à luta.

Mas façamos primeiro, e antes de tudo, a apresentação da Guiné como território. A Guiné Portuguesa — a nossa Guiné como dizem todos da região — ocupa, como é sabido, uma certa extensão territorial na costa ocidental de África, inteiramente cercada por terras francesas. Isolada polìticamente, e aberta inevitàvelmente às influências vindas das regiões limítrofes, a Guiné depende igualmente para as suas comunicações terrestres do Senegal e da Guiné Francesa, de maneira que a ligação ou o entroncamento com a Metrópole, pondo de parte o serviço marítimo, se faz normalmente por Dacar. A ligação assegurada pela Air France e os frequentes voos dos pequenos aviões de que dispõe o governo da Guiné servem-se igualmente de Dacar, que fica só a seis horas de Lisboa. Da mesma maneira a cidade de Ziguinchor, no Sul do Senegal, serve aos habitantes da Guiné como um centro de atracção e um fácil contacto com o mundo exterior, como se fora um modestíssimo Paris para os que moram longe de Bissau ou precisam das facilidades dum centro urbano de alguma importância.

A pequena capital da Guiné Portuguesa começa já a tomar o aspecto de cidadezinha. Eu, antes da minha visita, tinha formado no meu espírito uma ideia de Bissau como de uma aldeia de palhotas com alguns edifícios talvez à maneira europeia, mas a aldeia de mato com a distinção de ser a sede do governo provincial. Mas a realidade é bem outra: cidade de lojas e de hotéis, de construções sólidas e até de estabelecimentos de luxo onde não falta a *patisserie* e lembro-me com surpresa de uma formidável joalharia! A transformação urbana bem como a rural da Guiné mantém-se num ritmo constante, e, se Portugal tiver ainda duas gerações de pacíficas realizações no território, a sua evolução terá, com certeza alcançado um nível extraordinàriamente prometedor (0).

---

(0) O antigo governador da Guiné, o Sr. Dr. Alvaro da Silva Tavares, exprime este conceito numa entrevista publicada no jornal *Bolamense*, órgão dos interesses da antiga capital de Bolama e que constitui uma excelente expressão da vontade de iniciativa do sul da província, quando diz: «A Guiné de há oito anos era mais simples e pode-se dizer que em Bissau os civili-

A grande impressão da Guiné, em geral, é a sua *aquosidade,* não só pelas chuvas abundantes que caem durante a época do Verão, mas pela presença constante de água e de regiões permanentemente imersas que lhe dão uma fisionomia muito especial. Longos braços de mar que penetram terra dentro; enormes mangais que cobrem uma superfície descomunal; terras baixas e húmidas onde prevalece o paludismo e outras doenças tropicais. O arquipélago dos Bijagós, constituído pelas dezenas de ilhas perto da costa, forma uma unidade independente com as suas características próprias. Segundo a geologia, o curso inferior dos rios foi invadido pelas marés, dando lugar a uma erosão que produziu, com o tempo, estas planícies litorais onde as rias penetram por todas as partes para formar um verdadeiro tabuleiro de xadrez. Visto do ar o espectáculo é grandioso, pois a terra parece cortada e entrecortada pelos caprichos dos rios que serpeiam, com uma sinuosidade infinita, através dos campos e das florestas.

A Guiné está dividida nìtidamente em duas regiões: a região das marés e rias, e a do planalto interior. O sistema de transportes é também função das rias e canais que comunicam entre si. Mesmo no interior, a vida económica depende do transporte até às rias, para então seguir o curso fluvial. Històricamente, como observa o Sr. Teixeira da Mota, «o facto assumiu considerável significado, porque através dos séculos facilitou as relações entre europeus e nativos — e durante muito tempo o limite interior da fixação dos portugueses foi precisamente a linha de limite das marés» (10).

Esta particularidade geográfica forma também uma fronteira entre os elementos humanos da província e sobretudo entre os indígenas animistas das terras da costa e os islamizados do interior. Talvez seja este o lugar mais apropriado para dirigir algumas palavras de homenagem ao grande estudioso especializado em cousas da Guiné que é o Sr. Teixeira da Mota. Não tive infelizmente a oportunidade de o conhecer pessoalmente na Guiné, pois tinha já partido para a Metrópole, mas a sua sombra é muito grande e a sua preocupação pelas coisas da Guiné merece os elogios mais calorosos. Procurei, antes de vir à Guiné, conhecer as fontes mais fidedignas sobre esta região; não os trabalhos superficiais sobre generalidades africanas que começam a abundar, mas estudos cuja amplidão e seriedade forneceriam uma ideia precisa da província. Achei a obra capital do Sr. Teixeira da Mota como um *vademecum* mais irrefragável como orientação sobre todos os aspectos da Guiné, autêntica bíblia para guiar o curioso através da vida, dos costumes e dos problemas guineenses.

O clima da Guiné tem sido objecto, como foi indicado no começo, dos mais desfavoráveis comentários. A sua posição geográfica explica estes fenómenos naturais. Está plenamente dentro da zona tropical, equidistante mais ou menos entre o equador e o trópico de Câncer, e longe já das influências saarianas. Durante o Verão, e especialmente a partir dos meses de Maio e de Junho,

---

zados constituíam uma pequena família. Agora Bissau é já um meio suficientemente vasto para que a intimidade tenha desaparecido sem que, no entretanto, deixe de ter os inconvenientes das terras pequenas.» *Bolamense* (Bolama, Guiné Portuguesa, 1 de Janeiro de 1957).

(10) A. Teixeira da Mota — *Guiné Portuguesa* (Lisboa, 1954. V, I, pág. 62).

os aguaceiros intensificam-se e a região recebe grandes borrascas e descargas eléctricas. A época das chuvas é determinante de muitas coisas. Quando estive no aeroporto de Dacar para tomar o avião para Ziguinchor a gente local falava da proximidade das chuvas, dizendo alguém que em Ziguinchor os primeiros aguaceiros já tinham caído. Este acontecimento preludiava vários meses durante os quais as comunicações se tornam difíceis; o movimento fica limitado, as estradas e picadas cobertas de água e, sob um céu plúmbeo, a vegetação recobra o seu verdor e frescura. Durante a primeira semana na Guiné não tivemos chuvas, felizmente, de maneira que o movimento tanto de carro como de avião não se tornou difícil. Mas já em meados de Julho caiu sobre Bissau uma borrasca de grandes proporções; foi uma chuva torrencial e violentíssima que cegava a gente e inundava tudo.

Normalmente as estradas guineenses, não obstruídas pelas rias, especialmente entre os pontos do interior, são perfeitamente transitáveis na época seca. Assim foi no norte entre São Domingos e Varela e depois de São Domingos a Bissau via Bissorá, Mansoa e Nhacrá. Estas estradas correm por entre uma floresta composta de palmeiras e árvores de elevado porte. Há muitos campos abertos que parecem indicar as culturas itinerantes feitas pelos Manjacos. Mas o que caracteriza muitas destas paisagens são as numerosas termiteiras que se tornam visíveis por toda a parte e que contribuem para o empobrecimento dos solos.

Mas a queda das grandes chuvas fornece também a oportunidade para aventuras aéreas e terrestres fora do comum. Lembro-me do que se passou em particular no dia da viagem de Bissau para Bubaque, nas ilhas dos Bijagós. O dia amanheceu claro e esplêndido para tornar-se depois sombrio e o céu cheio de nuvens. Não há nada como a experiência das viagens aéreas na Guiné. O governo dispunha naquela altura de vários aviões mas só de dois pilotos no serviço activo. Aproveito este ensejo para exprimir a estes dois admiráveis técnicos o meu respeito e admiração. Viajei em companhia de meu filho numerosas vezes com eles: para os Bijagós, para Bafatá e para o interior do Gabu e entre Nova Lamego e a capital da província. Como todo o viajante internacional, estava já habituado aos aviões de oitenta passageiros, onde a pessoa é transportada, mais ou menos, como qualquer mercadoria sem a menor consciência dos problemas que existem para os pilotos. Mas na Guiné as viagens são infinitamente mais pessoais e íntimas. Arranja-se o avião para tal dia e tal hora. Levam normalmente três passageiros além do piloto. Tive a impressão de que o serviço meteorológico principal consistia na ciência e experiência do piloto que esquadrinhava os horizontes, cheirava os ares e determinava o voo conforme a sua intuição profissional. Este foi, com certeza, o caso do dia em que fomos a Bubaque, nos Bijagós. O voo passa normalmente por Bolama e, depois de alguns minutos no ar, faz-se a aterragem na ilha, sobre um campo de aviação que de campo não tem mais que o nome e de pista ainda menos. Um lugar aberto na floresta onde a vegetação e as árvores tinham sido desbastadas, e onde ainda ficaram numerosos troncos e arbustos. Uma palhota servia de aeroporto. O mais engraçado é que o tal campo era acidentado e ondulante, de maneira que, para a partida, o avião se lançava duma espécie de montículo para baixo, deixando que o movimento acelerado sobre o declive desse força suficiente para arrancar. Cada vez que esta operação se realizava tinha-se a impressão de que o avião que sobe a pequena ladeira ia precipitar-se do outro lado directamente no mar. Mas naquele dia o piloto, com confiança suprema — e bem justificada —, anunciou-me que tinha encontrado um vácuo nas nuvens e que seria possível partir apesar da chuva e da densa nebulosidade.

Nem as chuvas nem os grandes calores oferecem realmente um obstáculo às viagens na Guiné. Faz calor, é evidente, e sobretudo de noite, quando é preciso manter as janelas fechadas para evitar os mosquitos. Mas a indumentária está feita para o clima. A gente aqui na Guiné veste-se — sobretudo os europeus — com mais atenção à cultura e menos à higiene que nos territórios franceses. O vestuário dos europeus em Dacar e Ziguinchor tem-se reduzido à sua expressão mínima, sem risco nem escândalo. Os funcionários e empregados aí vestem calças curtas, chinelos ou pantufas e muito frequentemente sem camisa, ou com uma camisa aberta. Os portugueses, em geral, não só na Guiné, mas também nas outras províncias ultramarinas, evitam escrupulosamente estes extremos. A camisa aberta é muito natural e emprega-se em toda a parte, nos escritórios e nas repartições. Mas a oficialidade, e isto é significativo, veste invariàvelmente, quando se trata de estar em exercício das suas funções, com o uniforme branco de rigor, o que dá à vida oficial e administrativa portuguesa uma nota de dignidade e de respeito pelas formas da civilização que contrasta com o desmazelo doutras partes de África.

Evidentemente, o mais interessante da Guiné é a sua população indígena, pois este meio milhão de habitantes na pequena área em que se encontra representa uma das maiores densidades de África. Fica-se, em geral, perplexo ante a ausência de população na maior parte do continente africano. Quando mais tarde viajei por Angola atravessei quilómetros incontáveis de desolação absoluta, e as possibilidades materiais de «colonização» pareceram-me brilhantes. Mas na Guiné, não só a população é relativamente densa, mas o regime de terras e o sistema de exploração agrícola não consentem, em realidade, que se pense na colonização pelo homem europeu nesta região.

Mas falemos agora dos naturais da província, da sua complexidade extraordinária e da sua surpreendente variedade. A proto-história e a história dos povos guineenses, até o ponto até agora conhecido, faz parte, claro está, do conjunto da África Ocidental. A Guiné estava ligada aos antigos Estados sudaneses e envolta nas conquistas periódicas e sucessivas que caracterizavam a história destes povos antes da chegada dos portugueses. O império da Ghana parece ter sido o primeiro destes Estados conhecidos, cujo nome se perpetua no actual Estado independente de Ghana, que bem pouca coisa tem que ver com o antigo império (11).

Ghana foi aniquilada pela primeira força islamizada que surgiu na África Ocidental. Algumas populações, como os Mandingas, foram libertadas pela acção dos conquistadores e o seu avanço levou também aos povos africanos a mensagem islâmica. Pela primeira vez na história houve conversões numerosas de pretos à religião muçulmana. Conta-se que no século XI um rei dos Mandingas fez a peregrinação a Meca. Os islamizados fizeram pressão aparentemente sobre os seus irmãos, obrigando muitos a fugir para evitar a submissão forçada à nova religião. Nestes deslocamentos de populações, a que não podemos dedicar evidentemente um estudo pormenorizado, o território que é hoje a Guiné Portuguesa recebeu, sem dúvida, fortes contingentes. Fora os Mandingas, que ocupam um lugar muito especial na história da África Ocidental, e os Fulas, que possuem uma história pré-europeia, os demais elementos étnicos da Guiné não entram na história até à chegada dos portugueses.

---

(11) J. C. de Graft Johnson — *African glory. The story of vanished Negro civilizations.* (Nova Iorque, 1954, págs. 78 e seg.). Ibn Batuta, escritor árabe, parece ser a fonte principal para o conhecimento moderno desta época.

O Sr. Teixeira da Mota assinala que, com excepção de alguns deslocamentos provocados pela conquista e pacificação portuguesa, e talvez por certas exigências da vida económica do século presente, as populações se encontravam já no século XV localizadas de forma aproximada à de hoje. As estatísticas variam com respeito à população precisa da Guiné actual e sobretudo quanto à sua composição étnica com os números que correspondem a cada uma das agrupações tribais. Segundo o Anuário Estatístico da província de 1950-51, a totalidade entre civilizados e não-civilizados era de 510 777 (12).

Na sua obra *Raças do Império,* o Sr. Mendes Corrêa cita o cômputo do coronel Carvalho Viegas, que, no seu relatório ao governo, publicado em 1936, calcula o número de indígenas em 420 000, baseando-se no imposto de palhota. Com este cálculo e outros precedentes, a distribuição de raças pode fazer-se segundo a seguinte enumeração: Fulas, Balantas, Manjacos, Mandingas, Papéis, Brames, Bijagós, Felupes, Beafadas, Cunantes, Baiotes, Nalus, Sossos, Cassangas, Cobianas, Banhuns e Saracolés. Os primeiros representam os núcleos mais numerosos. O escritor Landerset Simões calculou mais tarde, em números redondos, a população em meio milhão, sendo os Balantas os mais numerosos, representados numèricamente por 120 000 habitantes (13). Um geógrafo britânico computa a população em mais de 510 000 (14).

Ainda que os números sejam variáveis e que a dificuldade de fixar, com precisão, as populações seja impossível, o certo é que a Guiné é um verdadeiro laboratório de sociologia, com uma quantidade de problemas riquíssimos na sua variedade. É corrente na Guiné viajar de uma região a outra, muitas vezes no decurso de meia hora de automóvel ou de alguns minutos de avião, e encontrar sùbitamente uma população radicalmente diferente da anterior em tudo, nos seus costumes, na maneira de vestir e na vida colectiva. Os Felupes, no norte e na costa, figuram entre os povos mais primitivos da Guiné, tendo sido até há pouco antropófagos, pois o Sr. Prof. Mendes Corrêa cita o testemunho do P.ᵉ Marcelino de Barros, que disse que vinte anos antes do seu tempo, 1883, os Felupes em algumas partes ainda praticavam este costume (15). As tradições indígenas, incertas quanto a datas, confirmam o facto de que os povos da costa, e especialmente os Nalus e Beafadas, conservam a noção de terem vindo daqueles elementos que fugiram à ameaça dos Mandingas e ao perigo da islamização.

---

(12) Província da Guiné, *Anuário Estatístico.* Anos IV e V, 1950-1951 (Lisboa, 1955, pág. 17).

(13) Mendes Corrêa, *Raças do Império* (Porto, 1943, págs. 361 e seg.).

(14) R. J. Harrison Church, *West Africa* (Londres, 1957, pág. 274).

(15) Mendes Corrêa, *op. cit.,* págs. 392-93.

Cada um destes elementos raciais tem desempenhado papel de alguma importância na história moderna da Guiné. Este papel às vezes relaciona-se com a penetração e fixação dos portugueses, com o avanço religioso do cristianismo ou com as realizações práticas da assimilação dos indígenas à civilização lusitana. É muito importante lembrar que a ocupação definitiva da Guiné é obra deste século, pois, apesar da antiguidade da presença portuguesa, que data do século XV, a afirmação eficaz dos direitos sobre a totalidade do território não se efectivou até à pacificação definitiva e à confirmação dos direitos indiscutíveis de Portugal sobre Bolama e os Bijagós contra as pretensões da Grã-Bretanha.

A Guiné ocupa um lugar de posto avançado do lusitanismo na África Ocidental. Dependente durante muito tempo de Cabo Verde, recebia dessas ilhas o pessoal administrativo e a influência religiosa, andando sempre também ameaçada pelas pressões internacionais que se exerciam constantemente do exterior. Portugal perdeu territórios preciosos da França, como o Sul do Senegal e a Cassamança, e dos britânicos que se estabeleceram na Gâmbia e com a sua dominação da costa da Guiné constituíram sempre um gravíssimo perigo para a integridade do território português. Em 1792 os ingleses, sob a direcção de Beaver e Dalrymple, desembarcaram na ilha de Bolama para estabelecer uma feitoria britânica. O expansionismo francês durante o século XIX muito contribuiu para abalar o regime português na Guiné. A situação precária da Metrópole reflectiu-se na longínqua colónia: incerteza na política a seguir; incapacidade de Portugal, depois da invasão napoleónica, para restabelecer a sua autoridade eficazmente em África, e os distúrbios e dissensão na mesma Guiné com as revoltas das guarnições, lutas entre facções opostas e divisões de toda a espécie. Os Papéis, indígenas da região de Bissau, formavam um dos elementos mais perigosos contra os portugueses, e frequentemente foi necessário fazer apelo aos estrangeiros para proteger os europeus contra as suas depredações. Portugal arriscou-se, mais uma vez, a perder o território e a sacrificar até à última parcela esta longa costa que tinha descoberto e aberto à acção civilizadora.

Felizmente vários factores combinaram-se para assegurar a continuidade da obra tão aparentemente frágil. Alguns dos indígenas conservaram-se sempre leais aos portugueses, colaborando com eles contra os demais autóctones. Até fins do século passado a cidade de Bissau vivia realmente num estado permanente de cerco ou sítio, perante os Papéis em revolta. Esta tribo foi a última a submeter-se à autoridade nacional. As campanhas de Teixeira Pinto, um daqueles brilhantes vultos que engrandecem as páginas da história com as suas façanhas, terminaram finalmente em 1915 com a destruição dos últimos núcleos de resistência, assegurando-se assim a paz até hoje na Guiné.

Conservo a lembrança particularmente fresca da visita à cidade de Cacheu, no norte da província, onde não só se podem admirar os restos das fortificações antigas, mas apreciar também um dos aspectos mais originais da presença portuguesa nestas paragens. Cacheu é terra portuguesa muito velha, cenário das operações da primeira investida, e onde se têm conservado muito vigorosas as tradições de Portugal colonizador. Inesquecível foi para mim a recepção por parte das mulheres de Cacheu, aquelas pretas e mulatas pinturescamente ataviadas, que ao clamor de cantos, gritos e movimento dos seus lenços e panos acolhem o visitante. Não menos característica foi a tarde em casa do chefe do posto, o Sr. Mário Fátima Lopes Pereira, goês também de origem, onde entre whiskeyzinhos e em muito agradável conversa se falou das coisas da terra e se olhava, de quando em quando, através das janelas para os grupos de Balantas que vinham chegando e que formavam já os grupos de dançarinos. Os Balantas, diziam-me, não deixavam jamais de responder ao apelo dos chefes, ficando eminentemente satisfeitos de poder abandonar a sua lavoura ou outras ocupações domésticas para entregar-se jubilosamente às contorsões rítmicas das suas danças.

Mas Cacheu tinha outro aspecto que não deve ser esquecido: é o de ter sido o berço de uma das personalidades mais significativas do século passado, e que tanto contribuiu para que a Guiné ficasse permanentemente portuguesa. Não creio que haja melhor lição ou ensino mais eficaz no que respeita à obra de Portugal em Áfrića que o conhecimento da fisionomia moral e política de Honório Pereira Barreto. Conheci em Cacheu a sua neta, uma preta já de idade bastante avançada e de uma grande distinção na localidade, que não hesitou, correspondendo à amável insistência do chefe, em participar numa das danças executadas pelas mulheres da comarca.

Honório Pereira Barreto foi o símbolo da política da assimilação rácica e espiritual que tem sido sempre a

finalidade da obra portuguesa em África. Ele é a testemunha eloquente da eficácia dos seus métodos e das possibilidades de transmissão integral do seu espírito. Nascido em Cacheu em 1813, filho de pai que foi sargento-mor da cidade e de mãe indígena, Pereira Barreto mostrou desde muito cedo na sua vida as qualidades de domínio sobre os indígenas e de compreensão da obra de Portugal, que o capacitaram para as posições de mando que ocupou mais tarde (10). Sob a nova organização dos territórios ultramarinos, Pereira Barreto foi nomeado provedor de Cacheu em 1834, e com esse cargo tomou incremento a sua influência nos negócios públicos da província até assumir a chefia do governo, onde ficou até à sua morte, em 1859.

Não há nenhum documento mais revelador do estado das coisas na Guiné, nos meados do século passado, que a memória escrita por Pereira Barreto e dirigida ao governo em Lisboa, datada de 1843.

Não se trata de um documento cuja leitura seja recomendável aos que se preparam para fazer um pouco de turismo na Guiné. O antigo governador começa falando do «clima doentio e mesmo mortífero» especialmente no Inverno, que começa em Junho e dura até Outubro. Não só merece comentário a insalubridade da região, mas as desordens que prevalecem, pois «os insultos, ferimentos e até homicídios perpretados contra os portugueses ou se deixam em silêncio ou são ainda pagos com aguardente». E, para remate de desgraça, o ilustre guineense conclui que «nestas possessões há um governador e comandantes, mas não há um governo» (17).

---

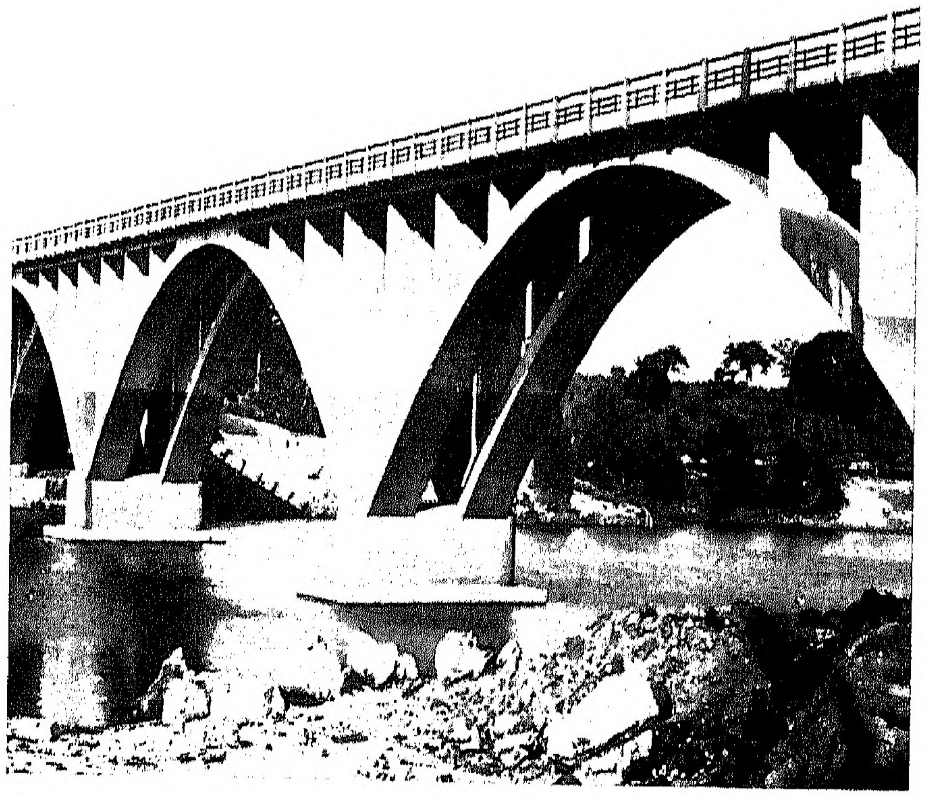
(10) Jaime Walter, *Honório Pereira Barreto* (Bissau, 1947, págs. 11 e seg.).

Em pouco mais de um século a situação mudou radicalmente. Agora, não só há governantes, mas há um governo, e a eficiência com que funciona e o prestígio absoluto de que goza dão uma forte impressão aos que visitam a província. Não quero deixar, nestas páginas sobre a Guiné, de exprimir a admiração que senti em toda a parte pelo pessoal administrativo, especialmente pelos administradores e chefes de posto através de toda a província. A tarefa de lidar com indígenas é difícil em toda a África, e torna-se especialmente espinhosa na Guiné, onde a multiplicidade de raças e a variedade de problemas locais obriga a uma política muito delicada de convivência. Servir no mato isolado dos centros de cultura e de sociabilidade, mesmo quando as condições materiais não são intoleráveis, exige um grande espírito de missão e um profundo sentido de vocação. Não é com o intuito de citar pessoas, mas só para pôr em evidência este pensamento, que me lembro, com respeito, dos funcionários no serviço administrativo como o Sr. Homero Pinto Neves, chefe do posto de Bula, onde passei algumas horas deliciosas numa manhã de Julho, para presenciar o espectáculo das danças fantásticas executadas pelos indígenas da região. E foi nesta ocasião que compreendi todo o alcance do método de governo que Portugal prossegue em África; este equilíbrio que há entre a autoridade e a participação dos indígenas para manter

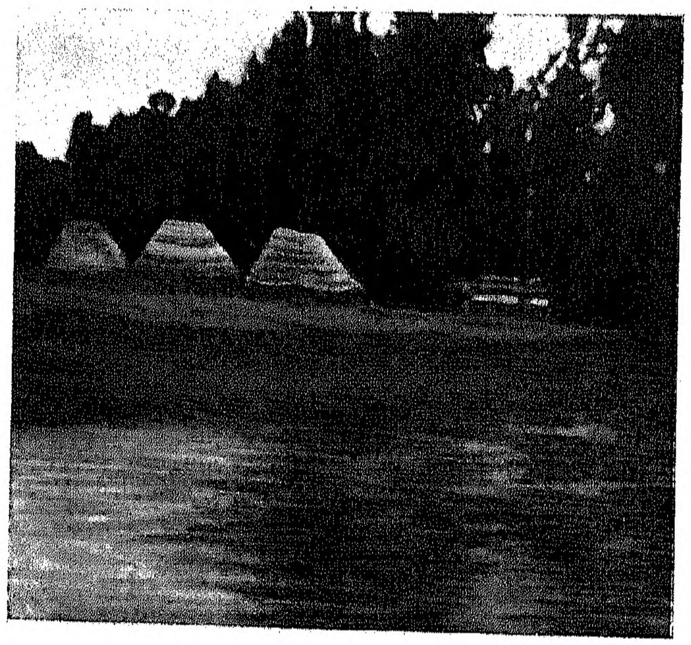
---

(17) Honório Pereira Barreto, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia portuguesa, causas da sua decadência e meios de a fazer prosperar* (citado integramente no seu texto em Walter, *ob. cit.*, pág. 7).

O extenso arcal da praia de Varela



Ponte «Salazar» sobre o rio Geba



Habitações típicas na margem de um rio da Guiné

Sé Catedral de Bissau

a estabilidade durante o longo e necessàriamente penoso processo de civilização que vem a ser o objectivo final da empresa. O contraste era sempre profundo na Guiné quando se organizavam estas festas populares entre os indígenas, quase nus, que se moviam e se mexiam rìtmicamente, e os sipaios ou subalternos, a maior parte das vezes vestidos com esmero, com gravata e camisa branca, e não infrequentemente, como foi o caso de Nova Lamego no Gabu, com uniformes vistosos, bem decorados e ostentando medalhas. Aqui temos essa combinação de direcção dada pelos grandes funcionários e governantes em colaboração e com a ajuda dos indígenas principais ou notáveis, que merecem pela sua conduta e progresso a confiança dos portugueses e ao mesmo tempo representam, pelo seu prestígio pessoal, o elemento mais competente para falar em nome dos mesmos indígenas.

Inútil será dizer que uma das surpresas, não só na Guiné, mas de toda a África, foi a curiosíssima justaposição constante do civilizado e do primitivo: do adiantado e do retrógado. Na mesma comunidade e muitas vezes no mesmo grupo acha-se o evoluído, ou o semi-assimilado, ao lado do indígena ainda perfeitamente tribal. Para o forasteiro que observa estes detalhes tão reveladores, a confusão é constante, pois, a miúdo, em plena floresta, quando menos se pensa, surge da vegetação, como uma aparição súbita, um ou vários indígenas, quase nus, mas conduzindo a sua bicicleta e usando óculos contra o sol. Tive a impressão de que, regra geral, na África contemporânea, os pretos com pretensões à incorporação na vida civilizada começam invariàvelmente a usar o capacete (antigamente chamado colonial, e que a maioria dos europeus já puseram de parte), os óculos escuros e a bicicleta: três artigos que constituem por assim dizer o primeiro passo que dão para entrarem no trilho da civilização. Sempre associei a bicicleta com os centros urbanos, ou com as condições de vida que existem em países de grande densidade de população, como os Países Baixos ou Dinamarca, onde os terrenos planos consentem o emprego eficaz deste meio de locomoção. Mas não sucede assim na Guiné, onde, fora algumas estradas já construídas, especialmente nas proximidades de Bissau, os caminhos deixam muito a desejar para os ciclistas. Esta observação confirma o facto de que o que o africano julga indispensável para o progresso individual e colectivo dos seus povos não está obrigatòriamente conforme nem com a razão nem com a lógica. Quando nos meios mais primitivos se exige, com crescente insistência, um parlamento, um primeiro-ministro, e o sufrágio universal, não se preocupando com a formação política ou intelectual, torna-se difícil condenar o uso dos óculos de cor, como coisa singularmente inútil, especialmente de noite, que é quando tantos indígenas preferem usá-los.

A costa habitada pelo indígena animista, e o interior pelo muçulmano, formam as divisões clássicas da Guiné. Em geral, é verdade que a influência islâmica não chegou até à costa e que a sua força se concentra no Gabu e nas regiões onde os Mandingas conseguiram dominar depois das suas conquistas. Eis aqui, não obstante, um dos problemas cruciais, se posso assim dizer, da Guiné, pois desde os começos da colonização de África a ideia de evangelização cristã e de penetração da influência portuguesa constituíram dois aspectos duma só política e dum só ideal. Na obra de valorização portuguesa não se pode subestimar a importância capital do estado religioso dos habitantes e a sua capacidade actual ou futura

de mudar de sentimentos e convicções para uma melhor incorporação na nacionalidade portuguesa. Este foi, dos aspectos da vida da Guiné, o que mais me interessou, pois desde a Concordata de 1940, sem falar do empenho e interesse multissecular de Portugal pela difusão da doutrina cristã, o governo português está mais que nunca convencido da necessidade de encorajar as missões e os missionários.

Não obstante isso, a realidade guineense está ainda longe de ter alcançado o fim em vista. O território divide-se nìtidamente entre três correntes religiosas: animista, muçulmana e cristã, em proporções desiguais. Se aceitamos a população como mais de 500 000 (351 089 segundo o censo de 1940) os católicos representam uns 20 000, e os muçulmanos mais ou menos 100 000, deixando uns 400 000 como animistas (18). Seja como for, é evidente que ainda hoje o progresso do catolicismo tem sido modestíssimo e a obra a realizar desproporcionadamente grande. Portugal tem sido e continua sendo, como todos sabemos, uma nação profundamente missionária, e sem a devida consideração deste aspecto fundamental da sua política e da sua actuação a história da expansão ultramarina do povo lusitano perde em dimensões e em sentido vital. Bem o afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Dr. Paulo Cunha, perante as Nações Unidas quando disse: «O meu país orgulha-se de ter podido transmitir o facho da civilização ocidental a outras regiões do globo — fomos sempre um país missionário, o que continuamos a ser hoje em dia» (19).

---

(18) O P.e Considine, sacerdote das missões de Maryknoll nos Estados Unidos, propõe 8000 católicos e 57 000 muçulmanos, cifras que parecem excessivamente baixas (John Considine M. M., *Africa Land of New Men* (Nova Iorque, págs. 353-54). Massignon no seu *Annuaire Musulman* (Paris, pág. 335) fala de uma população de 517 249 em 1950, com 70 000 a 300 000 muçulmanos segundo o cálculo. Este autor francês julga que 20 por cento aproximadamente, ou seja 100 000, devem professar a religião do profeta. Os católicos estão calculados em 19 191 para a Prefeitura da Guiné (*Portugal em Africa,* Lisboa. Volume XIII, 1956. N.º 78, Novembro-Dezembro, pág. 373). A ignorância a respeito da Guiné é perfeitamente ilustrada pelo comentário de L. Dudley Stamp, cujo livro é autoridade: «a maioria da população são Mandingas ou Fulas com muito pouca influência muçulmana ou cristã» (*Africa, a Study in Tropical Development, op. cit.,* pág. 290).

Não há dúvida de que existe uma relação estreita e directa entre a condição de «civilização» e a de «cristão». É dificilmente admissível que um indígena que continue a ser animista activo ou mesmo passivo possa «lusitanizar-se» no verdadeiro sentido da assimilação. Ainda mais, o animismo conserva a sua força — na medida de que dispunha de qualquer força — na vida tribal, e a destribalização contribui inevitàvelmente para enfraquecer e até reduzir a posição e influência desta seita religiosa. Do Senegal para baixo, e creio não errar com esta afirmação, todos com quem falei, durante a minha viagem, e que conhecem a realidade espiritual do ocidente africano, estavam, sem excepção, de acordo que o animismo entrou em decadência; que ele já não possui nem a vitalidade nem a capacidade de atracção sobre o africano, para manter o seu prestígio primitivo. O africano mostra tendência para fazer-se muçulmano, cristão ou — com uma terceira possibilidade, que é ainda mais grave — professar um desdenhoso desprezo pelas religiões, baseando as suas convicções no laicismo ou nacionalismo irreligioso. O grande problema assinalado por muitos observadores é que, em muitas partes do continente africano, o europeu já não manifesta mais a autêntica convicção religiosa, nem o espírito de propagação da fé, que fizeram grandes os primeiros séculos da sua presença nestas costas. E o preto, julgando as instituições cristãs pelos europeus que conhece, tira a conclusão racional de que a religião não desempenha na realidade um papel excessivamente vital na vida dos ocidentais.

Sobre o mapa da Guiné Portuguesa é possível traçar uma fronteira perfeitamente nítida entre a zona animista e a zona muçulmana. Teixeira da Mota fê-lo na sua obra já citada (20). A linha divisória segue, com rara fidelidade, a divisão geográfica da província. Até ao limite interior das marés e mangais, o animismo prevalece sòlidamente. Logo o islamismo começa a dominar no resto do território. É difícil julgar o animismo quanto ao seu conteúdo essencial. Ao contrário do islamismo, religião universal e cujos princípios são fàcilmente acessíveis, o animismo não é uma religião de «livro» e por conseguinte é infinitamente difícil conhecer as suas múltiplas manifestações, incluindo as variações que manifesta segundo a tribo ou o povo. Eu não posso pretender ter mais que uma noção geral do animismo da África Ocidental, acrescida de algumas observações feitas de perto na Guiné, que não foram suficientes para um juízo completo sobre o assunto.

Um excelente conhecedor destas coisas, o Sr. Augusto J. Santos Lima, antigo administrador das ilhas

---

(19) Citada na *Voz de Angola* (Luanda, n.º 176, Novembro de 1956).

(20) Teixeira da Mota, *ob. cit.*, V, I, pág. 241.

Bijagós, e depois, quando o conheci, intendente em Bissau, e actualmente em serviço no Ministério do Ultramar, em Lisboa, escreveu uma obra de utilidade indiscutível sobre os Bijagós, cujo animismo, ou, para empregar o termo português mais clássico, o «feiticismo», é com certeza mais puro e menos contaminado que o do continente africano. Só uma longa convivência e um contacto íntimo e contínuo com estas gentes são capazes de fornecer os elementos indispensáveis para reconstruir a sua religião. Mesmo o visitante pouco atento a estes fenómenos reconhece na Guiné, nas aldeias indígenas e nas excursões ao interior, os amuletos, talismãs e bugigangas que servem para proteger ou imunizar o indivíduo contra as influências malfazejas (21). Totemismo, tabuísmo e outras coisas do mesmo género constituem problemas que ficam em muitos casos ainda sem solução satisfatória para os estudiosos destas matérias. O Sr. Santos Lima não acredita no totemismo dos Bijagós e oferece uma lista considerável dos tabus que têm ainda vigor entre eles. Noutros povos, como os Manjacos, também da costa e animistas, observamos igualmente tendências que produzem uma certa confusão no que respeita à etapa precisa da sua evolução religiosa (22). O Sr. Teixeira da Mota afirma que é geral, entre todos os indígenas ainda dados ao animismo, crer num Deus único, mas um Deus indiferente às coisas humanas e sem preocupações pelas actividades cá de

---

(21) Veja-se Augusto J. Santos Lima, *Organização Económica e Social dos Bijagós* (Publicação comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947, págs. 81 e seg.).

(22) António Carreira, *Vida Social dos Manjacos* (Publicação comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947, págs. 89 e seg.).

baixo (23). Os espíritos abundam e tudo o que existe, mesmo as coisas inanimadas, contém alguns elementos de energia ou de vitalidade.

A investigação do animismo tropeça com dificuldades, pois o indígena não é abordável quanto às suas crenças ou práticas. O muçulmano orgulha-se da sua religião; louva as suas excelências e grandezas e sente-se ligado a uma grande comunidade espiritual que tem contribuído para o bem-estar da humanidade. Mas não é assim com o animista que carece desta satisfação e para quem as ideias religiosas são antes razão de certa reticência ou discrição. Muita gente na Guiné quando eu perguntava sobre essas coisas respondia-me que para o branco não era possível interrogar e menos ainda inquirir sèriamente acerca destas crenças. Tive a mesma experiência nas Antilhas, e especialmente no Haiti, onde o animismo, fortemente sincretizado com o catolicismo, existe com certo vigor sob o nome de vuduísmo. Fácil é observar os artefactos ou artigos empregados para o culto, tais como as forquilhas e os objectos de barro. O culto dos antepassados, tão vivo entre sociedades análogas em outras partes, exerce aqui uma influência decisiva, pois os indígenas formam numa comunidade composta de vivos e mortos e onde estes últimos são necessàriamente a maioria. É possível que destas ideias e das suas repercussões comunitárias e colectivas resulte o chamado «imobilismo» das sociedades animistas africanas. O que se torna perfeitamente evidente, mesmo num contacto fugaz com os indígenas da Guiné e seus problemas, é que esta ordem social continua ainda muito rígida e relativamente impermeável às influências estranhas. Compreendi, nas visitas às aldeias e aglomerações da costa da Guiné, como é difícil a conquista espiritual cristã desta gente, pois a conversão individual significa a rotura com a comunidade, com o passado e com os contemporâneos. Converter a comunidade inteira exige recursos e esforços de que não dispõem ainda as autoridades portuguesas.

---

(23) Teixeira da Mota, *ob. cit.*, V, I, pág. 244.

Outra coisa notável, que se observa na Guiné, e que tem uma relação estreita com a religião é que entre os povos do litoral não há aldeias pròpriamente ditas, nem aglomerações urbanas, mas o que nesta província se chama *moranças*, termo que se emprega para um grupo de construções pertencentes a uma só família. O tipo de agricultura à base do arroz explica certamente esta dispersão curiosa e esta ausência de concentrações populacionais consideráveis. Fora dos centros administrativos, que formam o núcleo comercial para europeus e indígenas, são as grandes comunidades familiares que caracterizam a vida guineense (24).

As chamadas cidades, além de Bissau e de Bolama, não o são no sentido estrito do termo, não obstante o progresso material que têm alcançado muitos destes pequenos centros onde reside um administrador ou chefe. Como exemplo citarei a vila de Teixeira Pinto, onde passei uma tarde e noite na casa do administrador, o Sr. Artur Martins de Meireles, cavalheiro duma invulgar afabilidade e de um conhecimento profundo dos problemas da Guiné. Foi uma ocasião mais para admirar estes homens de vocação «colonial», se me é permitida a expressão, que ao lado das preocupações humanas, orçamentais e materiais de todos os dias encontram tempo para interessar-se pela cultura e costumes dos indígenas. O Sr. Martins Meireles, entre sorvos de whisky e enquanto ouvíamos pela rádio a transmissão de Lisboa, mostrou-me o manuscrito dum estudo sobre as tatuagens exibidas pelas mulheres indígenas. A vila de Teixeira Pinto possui hoje as condições básicas duma cidade moderna. Há um excelente sistema de iluminação eléctrica na grande rua principal que vai desde a residência do administrador até baixo. Facto curioso: preponderam os comerciantes sírios e libaneses. Fiquei admirado de encontrar no interior da Guiné um número elevado de libaneses dedicados ao comércio. Em Teixeira Pinto, e depois em Nova Lamego, ainda mais longe, esta gente levantina parece ter penetrado de uma maneira activíssima nas esferas do comércio por miúdo, especialmente com a gente indígena. Não notei na Guiné o que mais tarde vim a observar em Angola: portugueses continentais, vindo como imigrantes para África e que se dedicavam, em grande número, ao comércio com os aborígenes. Na Guiné, fora dos portos e da costa, parece que são os elementos do Oriente Próximo que dominam.

Mas voltemos momentâneamente ao Islão. Confesso que o problema me intriga duma maneira notável, pois é difícil evitar a conclusão de que a grande luta na África do futuro, e especialmente nesta África ainda formidàvelmente vinculada à sua estrutura tradicional, será entre o Islão e o cristianismo. O perigo reside na possibilidade de que a luta reflicta considerações políticas e internacionais que nada têm que ver com o espírito. Não o senti na Guiné, mas nos outros territórios, especialmente na África Francesa, onde tive a impressão de que o Islão servia cada vez mais como fio condutor para os nacionalismos que estão surgindo no mundo árabe. Até que ponto seria lícito interpretar o islamismo negro como um aspecto do islamismo árabe em efervescência, é difícil dizer. O certo é que o Islão faz uma propaganda activa no mundo negro e que em todas as partes se observam os efeitos deste avanço.

---

(24) Francisco Tenreiro, *Estudos, Ensaios e Documentos. Acerca da Casa e do Povoamento da Guiné* (Lisboa, 1950, pág. 18).

Não é possível dizer que o islamismo guineense é uma coisa pura ou profunda em todos os casos. Opera-se o sincretismo entre o Islão e o animismo até ao ponto de às vezes se tornar difícil distinguir a fronteira de uma religião e a da outra. Mas o que é mais evidente é a natureza diferente da comunidade islâmica ou islamizada. Entre Bubaque, por exemplo, caso perfeito de colectividade animista, e Nova Lamego, comunidade islâmica, a diferença é quase astronómica nas suas proporções. Nota-se a diferença no vestuário, nos trajos e usos das mulheres, a discrição nas danças e demais manifestações, e a resistência absoluta ao cristianismo. Também existem as escolas corânicas. Não sei até que ponto estes centros, geralmente modestos, exercem influência profunda sobre a mentalidade e a inteligência dos indígenas. Visitei duas destas escolas, para ver como se realizava o ensino. Gilberto Freyre ocupou-se disso na sua *Aventura e Rotina,* assinalando também os elementos e factores que explicam a expansão islâmica. Um dia que visitei uma destas escolas, depois de saudar o notável do lugar, o mestre corânico, aparentemente, seguidamente falámos dos métodos do ensino. Perguntei se os rapazes aprendiam realmente o árabe. O mestre, com muito orgulho, chamou um dos meninos e mandou-lhe ler, em voz alta, um texto do Corão. Inútil será dizer que esta gente — mandingas — não é da que usa a língua árabe e só a percebe como língua ritual. O rapazinho leu com rapidez vertiginosa alguns versículos do texto sagrado, para logo ir correndo brincar com os companheiros. Pareceu-me que a leitura era uma coisa puramente mecânica, na qual os miúdos aprendiam textos inumeráveis numa língua que não era a sua, para logo os recitar ao mestre, sem provàvelmente compreenderem o sentido das palavras aprendidas. É o mesmo como se fizéssemos aprender, aos nossos pequenos, trechos consideráveis do Missal sem que pudessem, evidentemente, ter a menor ideia do que significava tudo aquilo. Como formação espiritual ou cultural parece-me que as escolas corânicas pouco contribuem para o desenvolvimento da Guiné. Mas a sua existência e proliferação serve de barreira indiscutível ao avanço do cristianismo, pois os muçulmanos reclamam o direito de ter as suas escolas e de proteger assim os interesses religiosos dos seus.

Gilberto Freyre fala da impressão que lhe causou, durante a sua viagem do Senegal à Guiné, a expansão islâmica, e dá algumas sugestões para explicar este fenómeno: «Há no islamismo alguma coisa socialmente plástica, culturalmente sem ossos, fácil de adaptar-se às culturas e naturezas mais tropicais que a árabe, e essa plasticidade social parece facilitar o triunfo entre povos animistas africanos de um monoteísmo mais severo que o cristão» (25). Também, aponta o distinto brasileiro, o islamismo aproveita a desintegração das sociedades africanas para as reconstituir com os fragmentos ou pedaços destas culturas desmoronadas em organismos novos no sentido muçulmano.

---

(25) Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina* (Lisboa, s. d., págs. 223-24).

Temos falado da questão da profundidade ou superficialidade da penetração islâmica na Guiné, quer dizer, em toda a África Negra, pois não é possível separar a Guiné Portuguesa do resto do continente. Não há dúvida de que a presença dos cristãos tem contribuído directamente para o avanço do Islão. Primeiro, porque as comunidades animistas foram gravemente perturbadas nas suas bases pelo impacto dos europeus: as suas ideias, as suas missões e a sua cultura. Depois, porque muitas vezes os europeus, e especialmente os portugueses, na sua ocupação e pacificação da Guiné, se viam obrigados a utilizar os serviços dos islamizados, dado que entre eles se encontravam, com frequência, os elementos mais capazes de colaborar na obra comum. Este facto dava aos muçulmanos um prestígio que era incomparàvelmente superior ao dos animistas. O Sr. Teixeira da Mota conclui melancòlicamente que «assim a acção portuguesa, sem que tal tivesse sido previsto, contribuiu substancialmente para que, em meio século, fossem islamizados muitos mais indígenas do que os que em cinco séculos se conseguiu cristianizar» (26).

O Islão vive na Guiné pelo estabelecimento de confrarias e pela influência dos *marabouts,* como na África Francesa. Esta realidade tem importância política, pois as fronteiras que demarcam os territórios da França e de Portugal nada significam para os muçulmanos quando pretendem intensificar a criação de centros entre os diferentes sectores do islamismo negro. Se o Islão se converter ainda mais num instrumento de transmissão do nacionalismo e do anticolonialismo, a Guiné sofrerá sempre que os seus indígenas islamizados respondam às pressões vindas de longe. Vi retratos de Nasser nas palhotas da costa da Guiné, e não é para estranhar que o Islão cresça em vitalidade e prestígio quando alguns governos, como o britânico, colaboram para facilitar os seus contactos. Conservo lembrança viva de ter visto no aeroporto de Bathurst, na Gâmbia, um enorme cartaz na parede convidando os indígenas a fazer a peregrinação a Meca.

Numa pequena publicação que saiu em Roma, em 1956, sob o título de *L'Islam, sa Doctrine. Sa physionomie en Afrique Noire,* analisa-se escrupulosamente a grande realidade do islamismo na África de hoje (27). Já passou o tempo em que se discutia se o facto de pertencer a esta religião não teria influído nos africanos e produzido um desequilíbrio na harmonia das relações com os europeus. De agora em diante, a coisa mudou de aspecto. O Islão é uma cultura, um estilo de vida, uma consciência colectiva de grande importância. E sobretudo com a situação política no Norte de África, perguntamos como se pode evitar que o islamizado da África Negra deixe de sentir o poderoso atractivo do nacionalismo em fermento além do Sáara? (28) Infelizmente, alguns dos elementos humanos da Guiné Portuguesa resistem ao islamismo não por motivo religioso nem por convicções sobre questões de doutrina, mas pela generalização do alcoolismo, especialmente entre os Balantas. É triste verificar que um dos mais consideráveis obstáculos ao movimento islâmico é a tendência para a embriaguez por parte do indígena que fabrica as suas beberragens do sumo da palmeira (29). O senhor comandante Sarmento Rodrigues, que tanto fez durante o período do seu governo na Guiné a favor do progresso da província, e que tem deixado por escrito observações luminosas a respeito dos seus problemas, tratou da questão do islamismo numa conferência proferida na Escola Superior Colonial em 1947. «De um dia para outro massas de homens podem transitar para o Islão, tal como o fizeram os Beafadas, em obra de uma geração. [...] Precisamos finalmente de encarar o perigo que ele (Islão) representa para o futuro da Guiné» (30).

---

(26) Teixeira da Mota, *ob cit.,* V, I, pág. 256.

(27) (Roma, Setembro, 1956, pág. 239).

(28) Teixeira da Mota descreve esta situação da maneira seguinte: «O progresso da islamização na Guiné não constitui apenas um problema religioso, porquanto pode vir a constituir um obstáculo crescente à maior integração do indígena na comunidade nacional». E mais adiante: «O mal reside nas inevitáveis confrarias e ligações com o exterior. O perigo está no pan-islamismo, no moderno movimento de ortodoxia corânica, e no imperialismo dos estados árabes» (*Ob. cit.,* V, I, págs. 257 e 259).

E que há sobre o cristianismo na Guiné? A obra evangelizadora começou muito cedo, pouco depois de conhecida a costa da Guiné, que era então um termo bastante vago. Se a expansão da Fé não teve o mesmo carácter espectacular dos primeiros contactos com o Congo e a conversão dos seus reis, na costa ocidental houve, contudo, um esforço louvável de penetração e de conquista espiritual. «Em fins do século XVI contavam-se já algumas cristandades em Buba, Geba, Farim, Guinalá, Bafatá, Ziguinchor, etc.» (31). Os franciscanos parecem ter sido os pioneiros desta empresa da primeira hora. O século XVIII foi o da decadência missionária, registando-se acontecimentos duma gravidade extrema que abalaram a Igreja e a deixaram em estado de ruína. Em 1834, a extinção das ordens religiosas em Portugal e, em geral, a decadência do espírito religioso puseram em foco, com fidelidade, esta grande crise. No período moderno, a situação antes da Revolução Nacional não foi muito mais favorável, pois entre 1926 e 1929, por exemplo, o padre José Pinheiro foi o único sacerdote em todo o território.

Que existe das antigas comunidades cristãs na Guiné? Muito pouca coisa na realidade. Chamam-se *cristãos* às gentes de Cacheu, e quando se visita aquela localidade insiste-se em que os indígenas já razoàvelmente assimilados e até urbanizados representam os descendentes dos primeiros fundadores e os netos dos primeiros convertidos. Em realidade, o cristianismo de Cacheu, o dos chamados *grumetes,* de cristianismo não tem mais que o nome. A obra missionária de hoje está concentrada essencialmente nos centros urbanos, entre os elementos destribalizados e os europeus. O perigo consiste em criar, entre os indígenas, a ideia de que cristianismo é religião de brancos; que só com o abandono da tribo e a incorporação na vida urbana ou semiurbana é concebível fazer-se cristão. Eu assisti à Santa Missa na capela de Nova Lamego, em pleno Gabu, onde os cristãos pràticamente não existem. Além do administrador, o Sr. Augusto Farto Leão, o amigo e administrador Sr. Gomes Pereira, que nos acompanhava, meu filho e eu, e mais três ou quatro pessoas muito novas da vila, ninguém mais estava presente. O padre Vernocchi, italiano de origem, mas falando um português perfeito, tinha vindo de Bafatá, onde tem a missão, para celebrar a Missa. Naquela manhã de Julho, no silêncio deste canto da Guiné, cercado por centenas de indígenas muçulmanos e, se não hostis, pelo menos profundamente indiferentes à nossa fé, senti, como jamais na minha vida, o tremendo problema da necessidade de cristianismo como elemento consubstancial para a incorporação destas povoações na nacionalidade portuguesa.

---

(29) Jorge Vellez Caroço, *Monjur. O Gabu e a sua História* (Bissau, 1948), e António Carreira, nas suas *Mandingas da Guiné Portuguesa* (Lisboa, 1947), oferecem dados suplementares sobre estes problemas.

(30) Sarmento Rodrigues, *No Governo da Guiné* (Lisboa, 1952. 2.ª edição), «Os maometanos no futuro da Guiné», págs. 378-379.

(31) A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia* (Lisboa, 1956, pág. 228).

Acho que é imperioso fomentar, por todos os meios possíveis e na medida mesmo do impossível, a expansão do cristianismo, especialmente entre os pagãos que ainda não foram apanhados pelo Islão. A gente desespera-se em frente do problema da conversão dos muçulmanos, julgando que já estão perdidos e que todo o esforço se torna inútil. Mas lembremo-nos de que a África Oriental, e especialmente na região de Uganda, se tem repetido várias vezes o caso da conversão de muitos islamitas à fé cristã, revelando que o processo, ainda que difícil e árduo, não é totalmente impossível.

A Concordata e o Acordo Missionário são instrumentos preciosos para esta renovação da obra cristã (32). Mas faz falta pessoal superior. Julgo que nada há que mereça tanto a atenção dos governantes e da Igreja como o aumento das possibilidades de acção dos missionários na Guiné, porque este território é literalmente a trincheira mais exposta na luta contra as forças que ameaçam a destruição da África moderna.

Desde a minha chegada a São Domingos até à partida de Bissau, várias semanas mais tarde, não deixei nunca de apreciar, em toda a sua extensão e alcance moral e humano, a grande política de assimilação, seguida e praticada desde há séculos pelos portugueses. Mas, alguns conhecedores tanto da Guiné como das outras províncias africanas objectarão com certeza: Onde se vê assimilação na Guiné? Não devem passar de dois ou três mil os pretos ou mestiços que podem ser considerados como assimilados ou incorporados na vida portuguesa. Um amigo britânico, que tinha passado há alguns anos por Bissau, durante uma estada momentânea no aeroporto, exprimiu a opinião de que a capital da Guiné é o melhor exemplo da inexactidão e pouca veracidade dos portugueses quando falam da harmonia rácica e da cordialidade existente entre europeus e pretos, pois, dizia ele, não moram os indígenas nas suas palhotas fora da cidade de Bissau, com uma disposição que, se fosse na União da África do Sul, chamaríamos *apartheid?*

É preciso responder sèriamente a esta gente que acha que entre as declarações da política portuguesa e a realidade há uma distância tão grande que fàcilmente a primeira fica desmentida. Como se poderá falar da ausência de prejuízo de raça ou de conceitos hostis aos pretos e da possibilidade da igualdade? Estas coisas são admiráveis, mas a verdade é que o preto fica sendo preto, e que nada se tem mudado desde há séculos. Acho que é muito importante insistir, na difusão do conhecimento do império português, sobre certos aspectos e factos que constituem motivo de preocupações para os estrangeiros. Sei, por experiência, ao expor as minhas impressões sobre a África Portuguesa inúmeras vezes na América, a gente, mesmo a bem intencionada, dificilmente apreende os matizes ou gradações subtis do problema. A paixão nacionalista e as actividades dos irresponsáveis no seio das Nações Unidas têm contribuído igualmente para uma tão lamentável confusão que se torna cada vez mais difícil falar com serenidade.

---

(32) Não quero deixar de mencionar para uma resenha sobre o passado da obra portuguesa as numerosas referências no livro do padre M. J. Bane, *Catholic Pioneers in West Africa* (Dublin, 1956).

É verdade que na Guiné há poucos «assimilados», e que a maioria dos habitantes ocupa uma posição análoga se não idêntica à do século passado. Isto é, sob o ponto de vista social. Não esqueçamos que durante os últimos trinta anos a obra de saúde, de higiene, e de melhoramentos em todos os domínios, tem progredido duma maneira extraordinária. Não tive ainda a oportunidade, ao exprimir a minha admiração pelos diversos aspectos da administração portuguesa, de acentuar os oficiais e funcionários sanitários.

Quando penso nos homens que encontrei no Gabu e em outras partes da província, médicos ainda novos, formados em Coimbra e em Lisboa, e que se dedicavam com perfeita abnegação a combater a doença do sono e demais pragas africanas, vejo que o que em Portugal se empenha em fazer nos seus territórios em África é resolver os problemas realmente urgentes e que não podem ser adiados, dando-lhes preferência às questões secundárias e artificiais, que não têm nem profundidade nem realidade.

Os indígenas da Guiné não têm sido assimilados em maior número, pela ausência de colonos europeus numerosos, pela situação política e internacional desastrosa que sempre tem pesado sobre a Guiné, e pelos factores que acabo de descrever, como o Islão e a sua influência. Pois bem, a população branca começa a aumentar, não muito ràpidamente mas apreciàvelmente. Não existem na Guiné africanos destribalizados e que vivam à margem inteiramente das duas comunidades: a antiga africana e a nova europeia. Não há, numa palavra, elites africanas repelidas pelos europeus e forçadas a achar, na sua frustração, uma expressão violenta da sua amargura. Sabemos todos, e isto apenas é repetir um lugar-comum, que a política portuguesa aspira à lusitanização progressiva dos indígenas, não por saltos, queimando as etapas, como dizem os franceses, mas paulatinamente, com a lentidão necessária, pois aprender civilização não é coisa de dias nem de poucos anos. Quando se pensa em certas decisões das Nações Unidas, como a de conceder a independência aos somalis em 1960, apenas com alguns anos de duvidosa experiência de vida política, compreende-se que ideia portuguesa de *festina lente* está de harmonia com a realidade. A urbanização na Guiné, como em toda a África, modifica profundamente a situação das raças. A formação de cidades e a tendência das gerações novas para abandonar os campos e ir para a cidade complica o problema e cria certos atritos que só a delicadeza e a experiência podem resolver. Nota-se, por exemplo, em Bissau, que a administração portuguesa não tem permitido a mistura, dentro da mesma comarca municipal, de edifícios europeus e de miseráveis palhotas indígenas, como se vê em Lagos e em muitas cidades do Senegal, onde os arranha-céus aparecem ao lado de modestas construções de palha. O regime do indigenato consente que se respeite a organização indígena enquanto desempenhe uma função necessária e até ao momento de poder fazê-lo desaparecer. A atitude do português para com o mestiço, que é única no mundo moderno entre as nações europeias, evita o que é muito mais importante em África do que a questão de níveis sociais ou de progresso material — o choque psicológico entre as raças (33). Há funcionários cabo-verdianos na Guiné, mulatos ou gente de raça misturada, e ninguém pensa nisso. É preciso convencer o indígena a renunciar, quando for o momento oportuno, ao seu sistema de vida; de compreender as vantagens indiscutíveis da vida civilizada e de vir para ela com a consciência tranquila. Isto não é o caso doutras partes de África onde o africano tem sido empurrado, por uma força exterior, para evoluir com uma rapidez que se é materialmente possível, é psìquicamente inconcebível. É preciso na Guiné, antes de tudo, criar os organismos, combater as doenças, ensinar a viver com saúde e com decência. Estas são, fora de toda a discussão, as obrigações peremptórias. E em tudo isto não há qualquer espírito de hostilidade à raça negra. Bem ao contrário. Quando penso que na Guiné só o número de indivíduos observados como possíveis vítimas da doença do sono aumentou entre 1946 e 1951 de 15 689 a 214 000, compreendo que o governo português não faz isto em benefício dos europeus, que são apenas um punhado no território. Quando soube, um dia, que o avião ao serviço do governo não chegou à hora indicada porque se tinha deslocado a outra parte da província para transportar um indígena gravemente doente para Bissau, compreendi que isto é um serviço prestado à África. Infelizmente, não sou daqueles que crêem que o progresso se deve medir pelo número de parlamentos e de primeiros-ministros que se fabricam arbitràriamente em nome da democracia ou nacionalismo africanos.

Sabemos todos que esta província não é juridicamente uma «colónia» no sentido pejorativo dado à palavra nas assembleias internacionais. Que a situação da Guiné não é igual, no seu desenvolvimento, ao da Beira Alta ou de Trás-os-Montes, é perfeitamente evidente. O Sr. Prof. Adriano Moreira definiu o problema ao dizer que a Guiné não é colónia mas que há nela «situações coloniais» que se devem ir progressivamente eliminando. Se a intenção última, realizada já em parte ou realizável em uma data próxima, é a assimilação dentro da comunidade nacional dos elementos humanos constitutivos dos territórios, é claro que não se trata de «colónias», mas de unidades que ainda não alcançaram a plenitude do seu desenvolvimento embora vão caminhando para ela (34).

Um escritor belga resumiu, talvez melhor que qualquer outra pessoa, este pensamento sobre a obra portuguesa em África: «a política portuguesa de colonização tem por base um carácter realista, um sentido prático, uma reacção espontânea, uma extraordinária faculdade de adaptação, e tudo baseado nos factores espirituais e humanos que constituem a fonte duma assimilação entre a Metrópole e as províncias ultramarinas» (35).

---

(33) Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou* (Lisboa, s. d., pág. 45).

(34) Adriano Moreira, «Les élites dans les territoires portugais sous le régime de l'indigénat» (Guinée, Angola, Mozambique). *Bulletin International des Sciences Sociales* (UNESCO, Paris, Vol VIII, n.º 3, 1956, pág. 468).

(35) A. Durieux, *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique* (Bruxelas, 1955, pág. 5).

Encontrei a província da Guiné uma terra de esperança e de confiança, de certeza na justiça da obra que se realiza, e de compreensão dos sentimentos humanos que nela entram em jogo. A Guiné é uma revelação para as pessoas de boa vontade que lá forem com o fim de conhecer este maravilhoso microcosmo de raças, culturas e costumes. Antes de partir desta terra para Cabo Verde, aproveitando o serviço marítimo que faz a ligação com Lisboa, é preciso sublinhar o facto de que, em Lisboa, a Guiné não é considerada como uma terra doentia e longínqua onde qualquer pessoa, por incompetente que seja, pode ser funcionário. Eu tive a sorte, durante uma semana, de ser hóspede do senhor Dr. Álvaro da Silva Tavares e de sua esposa. Homem de vasta cultura e de muito engenho, o então governador personifica o tipo do alto administrador ao serviço do Portugal de hoje.

CABO VERDE

As ilhas de Cabo Verde conservam ainda qualquer coisa que parece ser um espírito de metrópole em relação ao território ultramarino da Guiné, pois, durante a maior parte da longa história da presença portuguesa nas costas ocidentais de África, a Guiné dependia administrativamente de Cabo Verde.

Hoje não é tão simples, como poderia parecer à primeira vista, visitar as ilhas partindo do continente africano. Da Europa há um serviço aéreo para a América do Sul que faz escala na ilha do Sal, mas infelizmente quando o viajante chegar a esta ilha fica imobilizado, pois estar numa das ilhas pode fàcilmente converter-se, pela falta de meios interiores de comunicação, em longa permanência numa só localidade sem poder visitar o arquipélago. Entre Bissau e a cidade da Praia encontram-se facilidades de navios portugueses com bastante regularidade. Assim foi que, um domingo chuvoso de Julho, embarquei no paquente *Ana Mafalda* com destino à Praia, na ilha de Santiago, a distância de umas quarenta e quatro horas de navegação. Vai-se perdendo em

África o costume de fazer viagens de cabotagem, quer dizer em pequenos barcos que vão tocando de porto em porto, fazendo escala e carregando mercadorias, e que permite por conseguinte ao viajante saborear devagar as paisagens, as gentes e o espectáculo de África. Hoje é o serviço aéreo que predomina, de tal maneira que não é fácil arranjar as coisas para ir de barco, pela infrequência e irregularidade dos serviços e dificuldades de fazer combinações satisfatórias.

Os aeroportos africanos vão-se tornando tão internacionais como os da Europa, e perdendo a sua personalidade. O de Kano na Nigéria é enorme e, se não fora o vestuário nigeriano de alguns dos empregados, quem quer podia crer-se fàcilmente em Lisboa ou Barcelona. Se na entrada do aeródromo de Dacar não dormissem tantos indígenas, que obrigam os passageiros que chegam de manhã cedo a saltar por cima deles, qualquer pessoa se julgava também em outro centro qualquer de transportes aéreos. Mesmo Bissau, ainda que tenha proporções mais modestas, já vai a pouco e pouco adquirindo esse aspecto internacional. As instalações são as mesmas — e muito modernas — e o ambiente, nos dias em que chega ou parte um avião, lembra já, pela aglomeração de gente, os centros análogos do mundo inteiro. O aeroporto de Bissau constitui um ponto de atracção considerável e grande foi a minha surpresa ao observar um dia de partida para Dacar, depois de ter voltado de Cabo Verde, pois meia população da capital da Guiné acudia ao aeroporto para assistir ao embarque dos escassos passageiros. O aeroporto nas pequenas cidades africanas desempenha a função de janela aberta para o mundo e de pretexto, sempre válido, para um momento fugaz de vida mundana.

A partida do barco reveste uma importância muito semelhante. Funcionários que voltam para a Metrópole, estudantes que vão para o Continente, homens de negócios que acabam de passar algum tempo neste mundo tropical e partem — cheios de entusiasmo ou decepcionados, segundo os casos; a partida tem sempre o seu momento emocionante. Os bons amigos da Guiné estavam lá para me dar o último abraço e apresentar as últimas saudações. Finalmente levantámos a âncora para a cidade capital da Praia.

Se eu tivesse algo que ver com os serviços de propaganda ou de turismo tanto de Portugal como de Cabo Verde pròpriamente dito, ocupar-me-ia em conseguir que nos barcos que chegam periòdicamente na ida para a Metrópole ou de volta dela, oficiais, e outro pessoal marítimo, falassem com um pouco mais de discrição das ilhas. Fui recebido no barco, por todos, como um indivíduo que ia irremediàvelmente para o desterro; um exílio que nada devia invejar o da ilha do Diabo, na Guiana Francesa, nos seus piores tempos. Quando os outros companheiros e oficiais do barco souberam que desembarcávamos na cidade da Praia, houve expressões de profundo pesar e de sentida emoção diante a perspectiva de passar dez dias nessas ilhas. Na Praia, diziam, não há absolutamente nada. A gente aborrece-se perdidamente. Não há nada que fazer, nada que ver, ninguém com quem falar, enfim, uma experiência tal que só um espírito singularmente corajoso poderia arrostar com valentia, oferecendo a sua determinação como penitência heróica. Houve quem opinasse que a única solução para o problema de Cabo Verde era deixar cair por cima das ilhas uma bomba atómica e então tudo ficaria arranjado. O tema mais frequente durante os dois dias de travessia foi indiscutìvelmente a chamada indolência e preguiça invencível dos cabo-verdianos. Dizia-se deles que era uma gente sem vontade, sem capacidade de trabalho, e que todos os esforços do Estado eram perdidos, pois desta política não se tirava o menor proveito. «Que desapareçam as ilhas», dizia-me alguém, «e o problema está resolvido». Eu esperava, com uma certa impaciência, a nossa chegada, que teve lugar de manhã, para ver este mundo que tinha merecido comentários tão pouco indulgentes.

Que ilhas são estas que formam no seu conjunto o arquipélago de Cabo Verde? «A vanguarda da grande convexidade ocidental africana», assim lhes chama o Sr. Prof. Mendes Corrêa na sua obra a respeito delas (1). Compõe-se o arquipélago de dez ilhas e algumas ilhotas, repartidas clàssicamente em duas divisões, conforme os ventos que sopram: as ilhas de Barlavento e as ilhas de Sotavento. No primeiro agrupamento temos Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, ilhéus Branco e Raso, São Nicolau, Boa Vista e Sal, e no segundo, Maio, Santiago, Fogo e Brava com alguns dos seus ilhéus. A área total calcula-se em 4033 quilómetros quadrados, ou seja cinco vezes maior que a Madeira e o dobro dos Açores. A ilha de Santiago, onde está situada a capital, cidade da Praia, é a maior, com uma superfície de 991 quilómetros quadrados.

Sem ser geógrafo profissional não pude deixar de admirar a situação destas ilhas e os problemas postos pelo clima e pelo regime de chuvas. Cabo Verde, apesar de estar a uns 450 quilómetros de Dacar, no Senegal, tem muito pouco de África. São ilhas *atlânticas* e não africanas, e a sua orientação é para fora e não para o lado do continente. Formadas de rochas vulcânicas, as ilhas dão à primeira vista uma impressão de desolação e de esterilidade, desgastadas pela erosão e convertidas em massas desérticas no meio do oceano. Um escritor descreveu-as como uma frota de galeões dispersos e petrificados (2).

Eis a primeira impressão que tive de Santiago, de longe, na manhã da chegada: montes escarpados, falta de vegetação, uma mole de areia de cor granítica e, perto da Praia, onde não é possível, para os barcos de algumas dimensões, acostar ao cais, algumas casas e ao longe os edifícios brancos da povoação. Alguma coisa de triste e de sombrio, é preciso dizê-lo, neste conjunto monótono. Não se apercebia aquela confusão alegre; aquela vitalidade de múltiplas cores e vozes discordantes que se observa nos portos antilhanos à chegada dos barcos. Praia parecia receber o seu modesto contingente de visitantes sem fazer alarde de nada e sem perturbar a solidão e o sossego da sua vida.

Como já disse, a primeira impressão é a de deserto — e de deserto insular tropical, o que é bastante raro. Depois de conhecer ilhas tropicais noutras partes do Mundo, incluindo as Canárias e a Madeira, esperava aqui, perto de Dacar, e não longe da região africana das grandes florestas, alguma coisa de exuberante e de fecundo. Foi o contrário. A ilha de Santiago fez-me lembrar — e esta impressão perdurou durante todos os dias passados na ilha — a Islândia no extremo norte, perto do círculo polar, que também, quando dela nos aproximamos em barco, apresenta um aspecto lunar. Evidentemente as impressões recebidas de longe, depois de estar exposto durante vários dias a juízos sistemàticamente enegrecedores e desfavoráveis, modificam-se por si diante da evidência. Compreendi perfeitamente bem que o problema de Cabo Verde, se deixarmos de lado os puramente humanos ou aqueles em que entra o engenho humano, é o das chuvas. Se não chove nas ilhas tudo fica árido, seco e estéril; se chove, tudo se torna florido e abundante. E para toda a gente, a queda ou não-queda das chuvas é o tema de conversa e uma preocupação constante. Na Praia falava-se constantemente de tal ou qual ano, quando tinha chovido abundantemente; de outro ano, quando já no mês de Setembro ou Outubro ainda não tinha caído a menor gota do precioso líquido. Há evidentemente uma certa uniformidade de temperaturas, pois as ilhas não são expostas a mudanças muito violentas. Durante o mês de Julho em que lá estive, achei o clima perfeito, mas, evidentemente, não sou agricultor cabo-verdiano e a ausência de chuva, depois das grandes ameaças sobre o continente, era para mim muito agradável. Mas a minha lembrança da Praia quanto ao clima é duma coisa paradisíaca: quente sem fazer calor excessivo de dia, e fresco de noite. Todas as noites na Praia dormíamos debaixo de cobertor e as manhãs eram invariàvelmente duma perfeição indescritível de luminosidade e de clareza sem que uma só nuvem muitas vezes viesse perturbar a limpidez do céu.

---

(1) António Mendes Corrêa, *Ultramar Português: Ilhas de Cabo Verde* (Lisboa, 1954, pág. 5).

(2) Augusto Casimiro, *Ilhas Crioulas* em *Cadernos Coloniais de Lisboa*, citado por Mendes Corrêa, *ob. cit.*, pág. 15.

Cabo Verde não tem história anterior aos portugueses, de maneira que se trata duma terra de profundas e

indiscutíveis raízes lusitanas, onde os títulos ou diplomas da presença portuguesa não estão expostos à discussão ou à dúvida. O mais antigo documento relativo às ilhas parece datar de 1460. As cinco ilhas a que se referem estes documentos primitivos eram Santiago, Maio, Fogo, Boa Vista e Sal, e é evidente que tinham sido descobertas em vida do Infante Dom Henrique. O nome do descobridor continua desconhecido, pois a polémica em torno deste ponto de história tem sido e continua ardorosa. Mas pouco importa, salvo para os profissionais da história, que precisam de completar o nosso conhecimento das expedições portuguesas. O essencial é que Cabo Verde foi descoberto e as dez ilhas encontradas inteiramente sem habitantes (³).

Estas ilhas, sem rasto de homem, foram sucessivamente povoadas com gente vinda dos Açores, da Madeira e de casais do Algarve, enquanto para o amanho da terra e outros trabalhos que se tinham iniciado se importaram pretos da costa de África como escravos. Faltam estudos suficientes sobre as origens das populações africanas que permitam o conhecimento preciso da fixação nas diferentes regiões de Cabo Verde dos elementos diversos e variados que chegaram do continente africano. Estes estudos constituem uma necessidade imperiosa, pois o problema da cultura cabo-verdiana, de que falarei mais adiante, apresenta-se, em parte, como um problema de identificação de raça e de influências afro-europeias. Não existe, que eu saiba, para Cabo Verde nada comparável aos trabalhos realizados no Brasil por Nina Rodrigues, Artur Ramos e a escola de valores intelectuais que

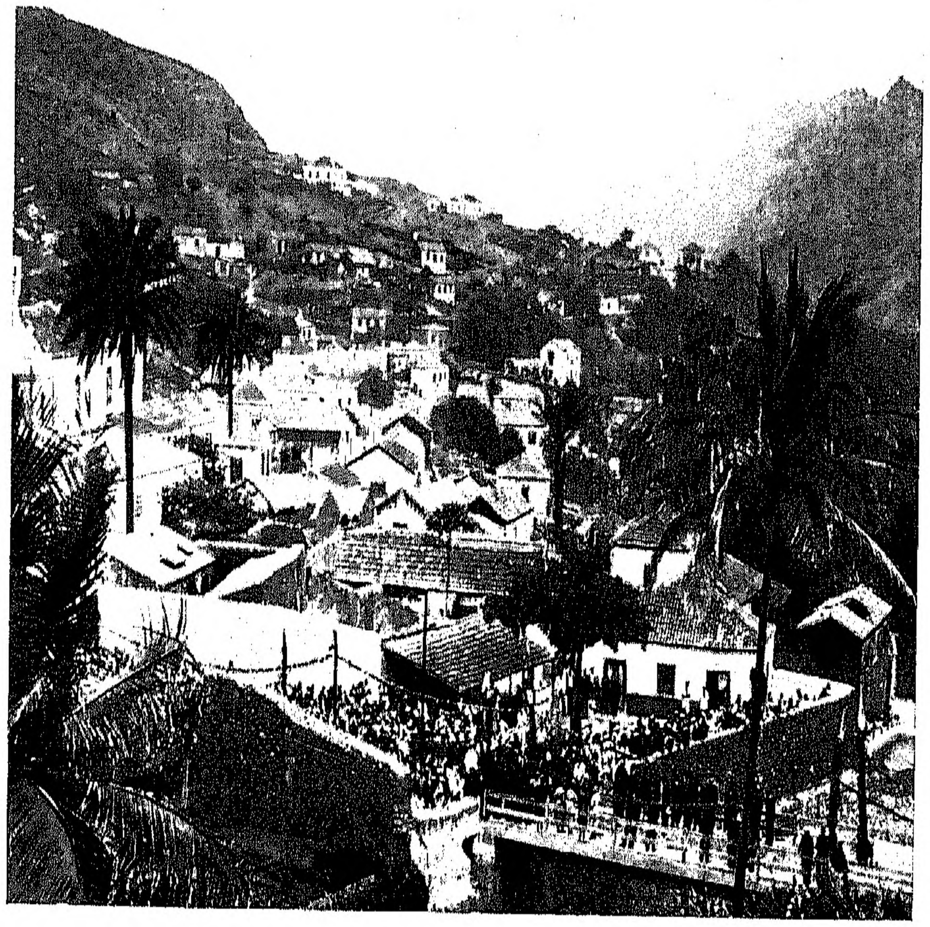
---

(³) Damião Peres, *Descobrimentos Portugueses* (Porto, 1943, págs. 129 e seg.).

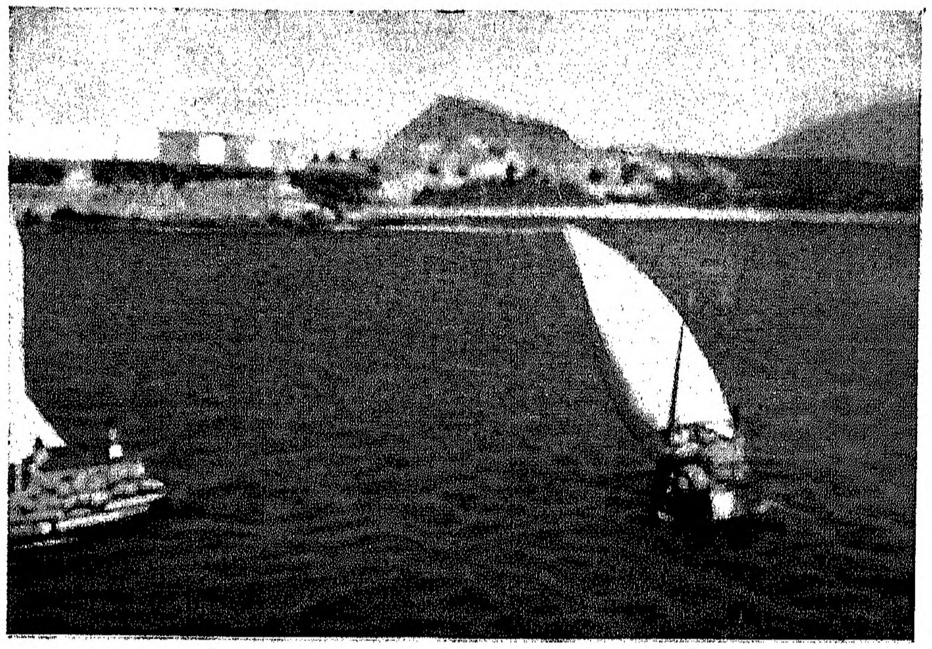
tem revelado tantos aspectos da formação multirrácica da nacionalidade brasileira. Fazem falta justamente inquéritos científicos que indiquem as *áreas de cultura* para a determinação das origens e evolução das tradições culturais e mesmo folclóricas. Estranhei, antes de ir para Cabo Verde, e depois de lá estar, a relativa pobreza da bibliografia moderna sobre as ilhas. Tinha conhecido a obra monumental de Sena Barcelos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné,* em cinco volumes, igualmente monumentais e de leitura bem pouco amena. Não há, parece-me, nada comparável com o número de publicações sobre a Guiné, que graças principalmente à feliz iniciativa do Centro de Estudos da Guiné tem fornecido aos interessados, já há alguns anos, uma bibliografia abundantíssima sobre a província. Aproveito este lugar para exprimir ao Sr. João Francisco Mendes e aos seus colegas do Centro da Guiné, em Bissau, o meu reconhecimento pela excelência dos seus serviços, e a minha admiração pela obra notável que estão realizando num meio difícil para o estudo e onde a recopilação de dados não é das mais fáceis. O pequeno Centro, instalado perto do palácio do governador, reúne condições excepcionais para a pessoa desejosa de obter algumas indicações concretas e sérias sobre a Guiné. Oxalá em Cabo Verde se pudesse fazer coisa análoga, pois seria uma contribuição apreciável para todos aqueles que se interessam pela obra de Portugal no Mundo.

Seria esquecimento imperdoável não dizer que em Cabo Verde há gente de categoria e competência para a orientação do estudioso. Devo muito, mas muitíssimo mesmo, ao Dr. Bento Levy, filho destas ilhas, e um dos homens mais activos e devotados à obra da reconstrução intelectual da província. Director actualmente da revista

Uma porta da fortaleza da Cidade Velha, na ilha de Santiago



Trecho da vila da Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau



A Baía da Praia, na ilha de Santiago

A Cidade do Mindelo e o Porto Grande, em S. Vicente

Cabo Verde, que, no momento de escrever estas linhas, chegou a mais de cem números, a sua contribuição à cultura das ilhas é de uma importância capital. Creio que a leitura desta revista, que mensalmente contém artigos de fundo e estudos de valor, se impõe para toda a pessoa que siga a evolução da vida e do espírito de Cabo Verde. O Sr. Dr. Bento Levy foi para mim o homem providencial e bem-vindo; cicerone incomparável e companheiro inestimável. A ele devo um conhecimento que não pode dizer-se passageiro da ilha de Santiago, e em longas conversas falámos dos problemas que inquietam e agitam o seu povo. Ao lado dele, uma outra personalidade interessante é o director da Biblioteca Municipal, o Sr. Jaime de Figueiredo, a quem devo algumas apostilhas preciosas sobre as ilhas e a sua cultura. Acho — e isto sem ser economista — que os serviços de estatística e de informações económicas e sociais não andam mal, pois os relatórios abundam, e é fácil informar-se sobre estes aspectos da província.

Mas voltemos aos pretos. Foi grande o contingente africano importado, notando-se hoje certas indicações que levam a pensar que, ao lado duma forte presença de elementos sudaneses, nos escravos vindos da costa houve também bantos. Entretanto, parece que o facto de miscigenação e de assimilação se efectuou sem choque qualquer de raças, pois os resultados levam a crer que entre os dois elementos presentes — o povoador reinol e os africanos — não deveria ter havido nenhum choque apreciável, devido à natural fragmentação e diversidade que predominou na aquisição originária dos negros africanos anàlogamente ao que sucedeu no Novo Mundo, evitando a presença de uma frente homogénea, expressiva de determinada área cultural, capaz de resistir à cultura

1761

dominadora que tinha sido transportada da Europa. Primeiro aceitação e logo franca assimilação — tal deve ter sido o processo vital que fundiu numa só raça ou tendência racial todos os elementos originalmente diversificados. Os africanos não deixaram portanto herança cultural hoje patente, além de certas reminiscências puramente folclóricas nalgumas ilhas. A miscigenação, praticada durante séculos de contacto, apressou também a transmutação dos valores e a fusão harmónica das culturas.

Não sou mais que um simples amador destas coisas da antropologia, e não tenho autoridade na matéria; mas a observação, ressalvado o perigo da incompetência, parece que confirma a profundidade e o grau de assimilação das raças em Cabo Verde. O tipo cabo-verdiano, se é que existe, oferece todas as combinações possíveis de pigmentação no preto de Santiago, onde há muitos que não se distinguem fàcilmente dos seus congéneres continentais, e outros que são tão brancos como qualquer europeu. As diferenças manifestam-se de ilha para ilha. Como infelizmente não visitei mais que Santiago, não posso falar com conhecimento pessoal das outras ilhas. Mas informaram-me que, nalgumas, a população é muito menos africanizada que em Santiago. Isto posso crer fàcilmente, pois dessas outras ilhas têm ido numerosos emigrantes para a América do Norte, onde se têm confundido com o resto da população sem encontrar, que eu saiba, qualquer dificuldade por motivos de cor.

Cabo Verde não me deu impressão alguma de África, no sentido geográfico talvez, pois as ilhas pertencem à área continental africana, mas o meio, o ar, o ambiente em geral e aqueles elementos inumeráveis que no conjunto dão um não sei quê de especìficamente africano a um lugar faltam inteiramente em Cabo Verde. Não se fala em África; não há entre a gente que conheci mais que um interesse académico pela África. Os grandes problemas que perturbam a vida do continente não chegam a Cabo Verde e não exercem nenhuma influência sobre a sua evolução. Sentia-me tão longe de África na Praia como se estivesse em La Habana ou Ciudad Trujillo. Mais me parecia um país antilhano, e Praia podia ser fàcilmente uma cidade qualquer do interior de Cuba. Quando olhava do balcão do meu quarto na Pensão Moreira — única pensão, diga-se, na cidade — via uma praça bem característica dos portugueses e espanhóis; ruas amplas, edifícios baixos, branqueados. Nos bancos da praça os inevitáveis e universais engraxadores e gente sem ofício, em animada cavaqueira. Ao cair da tarde, quando já os armazéns fechavam, a sociedade elegante da Praia (masculina) reunia-se sem necessidade de prévio aviso na praça, para dar eternas voltas e discutir as notícias do dia. Às seis e meia a praça tornava-se deserta para logo às oito, mais ou menos, uma sociedade mista amenizada pela presença das senhoras, se reunir em torno das mesas do pequeno pavilhão de refrescos e café no centro, ou passear devagar até às dez ou dez e meia. Repetia-se invariàvelmente este mesmo ritual todas as noites, e suponho que, quando não chove, deve ser o ritmo normal da sociedade da Praia. E não é nada desagradável. Bem ao contrário. Cheguei a incorporar-me de tal maneira nestes costumes locais, e a conhecer tanta gente nos colóquios de todas as noites, que me sentia mais ou menos «cabo-verdianizado». Vida de província, sim, e muito, mas de província onde não falta uma certa gentileza inata e, entre a gente de cultura, gostos e refinamento da boa sociedade.

Gilberto Freyre diz que a sua impressão de Cabo Verde, e especialmente de Santiago, «foi a de estar numa espécie de Martinica que, em vez de afro-francesa, fosse afro-portuguesa, ou numa Trinidad que, em vez de afro-inglesa, fosse afro-lusitana» (4).

Para Gilberto Freyre, e a sua opinião é eminentemente respeitável, há entre Cabo Verde e o Brasil, especialmente o nordeste, um parentesco indiscutível, mas vago. Conheço mal o Norte do Brasil, tendo viajado por aquelas paragens há já uns vinte e cinco anos pouco mais ou menos, e sem ter estado no Ceará. Mas parecia-me que Santiago, em particular, se identificava muito mais com as Antilhas, aliás perfeitamente inconfundíveis no seu hispanismo, seja-me permitida a expressão. As Antilhas Francesas e Inglesas, desde a arquitectura até o ritmo de vida, são coisas muito diferentes. Praia, volto a repetir, parecia-me alguma cidade do interior da província de Oriente em Cuba, mas onde se falava o crioulo português e não o espanhol.

A vida em Santiago não é de luxo. Como já disse, não existe aí hotel algum e portanto não existe possibilidade de turismo. Ainda mais, para haver turismo é preciso que haja comunicações, pois o transporte é o ponto essencial da empresa. Em Cabo Verde não há nada mais desconsolador que o simples problema de sair de lá. Há muitos anos que não tinha tido esta curiosa sensação de estar bloqueado num lugar sem a certeza de poder sair quando quisesse. Estamos mal habituados, nestes tempos dos aviões, que já funcionam em muitas partes, como também dos autobuses e das viagens rápidas, frequentes e fáceis. Tenho passado muitos anos da minha vida em ilhas, e conheço na América antilhana, antes do estabelecimento do serviço actualmente existente de aviação, a angústia de não dispor de meios de transportes se, de repente, tivesse o desejo de sair. A última vez que isso me sucedeu foi na ilha de Curaçau, nas Antilhas Holandesas, durante a greve de estivadores nos cais de Venezuela, quando o tráfego ficou totalmente suspenso. Uma ilha pode ser uma pequena prisão, pois nada de mais desesperante que saber que não há barco senão muito tarde, nem avião, nem meio terrestre de ir-se embora. Em Cabo Verde o problema capital é que não é fácil ir de uma ilha para outra. Não digo apenas que não é fácil; é formidàvelmente difícil. No dia da minha partida fui despedir-me do P.e Augusto Nogueira e ele relatou-me como tinha precisado de umas quarenta horas para ir da ilha de Maio até Santiago, distância realmente insignificante. Para Mindelo, na ilha de São Vicente, existia um serviço semanal de avião — o único avião então sobrevivente na província mas que transportava só dois ou três passageiros. Por conseguinte, foi-me impossível fazer a visita a São Vicente, porto principal para os barcos que fazem a rota entre a Europa e a América do Sul, e um lugar, diziam todos, mais cosmopolita que a Praia, que é o centro administrativo e burocrático. Vi a ilha de Maio de longe mas, além das embarcações frágeis e precárias que fazem o serviço esporàdicamente, não há meio nenhum de transporte. Estiveram comigo na pensão da Praia dois geólogos franceses de Dacar, desejosos de fazer pesquisas e trabalhos na ilha de Maio. Precisaram de esperar não sei quantos dias, antes de obter um barco fretado para seguirem ao seu destino.

---

(4) *Aventura e Rotina, ob. cit.*, pág. 240.

Eu perguntava muitas vezes como é que os habitantes das ilhas se arranjavam para ir de uma parte a outra. Provàvelmente não faziam coisa nenhuma e ficavam tranquilamente em casa. O caso porém é que o desenvolvimento das diferentes ilhas é muito desigual. Na Praia, por exemplo, visitei um hospital excelente, bem equipado e com boas instalações. Mas nas outras ilhas não existe um serviço comparável e para os casos graves é preciso recorrer à Praia. Que se pode fazer numa emergência? Não sei, salvo expor-se, durante horas intermináveis, às águas embravecidas dos canais que separam uma ilha de outra e chegar provàvelmente mais morto que vivo. Qualquer volta que se lhe dê, o problema apresenta-se igual. O bispo da diocese, Mons. José Colaço, goês de origem e antigo reitor de seminário na Índia, dizia-me que na visita pastoral já andava há um ano sem ainda ter percorrido as paróquias de todas as ilhas. Para a valorização da província é necessário antes de tudo, e acima de tudo, uma organização adequada de comunicações, pois, de outra maneira, fomenta-se o isolamento mútuo, o desconhecimento e sobretudo a fragmentação espiritual, que vem a constituir um imenso perigo.

Felizmente nada ameaça as ilhas de Cabo Verde. Que eu saiba, ninguém tem falado nelas nas Nações Unidas, nem proposto que o organismo internacional se encarregue da sua administração — o que seria agravar penosamente os problemas já suficientemente grandes dos cabo-verdianos! A população está inteiramente incorporada na vida portuguesa e ninguém pensa, com certeza, em separatismos nem brincadeiras semelhantes. A província está aberta à obra de reconstrução e de progresso, e feliz de Portugal que não tem qualquer sombra de resistência ou oposição dos moradores das suas províncias ultramarinas contra a política que pretende seguir.

O que notei, sim, nas ilhas e por intuição mais que pelo que ouvia aos meus amigos, foi um certo pessimismo ou melancólica resignação, que parece ser uma determinante na vida cabo-verdiana. Fala-se muito da indolência do povo e da sua incapacidade congénita para um esforço permanente. Mas não é tão fácil a análise do problema. Indolência, se acaso ela existe, pode resultar de muitas causas, entre as quais a nutrição e as condições materiais de vida. Não senti em Cabo Verde, salvo entre alguns elementos plenamente conscientes do problema e da realidade, o que eu chamaria a esperança, a fé ardorosa e inabalável nos destinos da região. Muitos cabo-verdianos pensam na solução do seu problema e por conseguinte do problema da colectividade em termos de fuga, de ir-se embora, de deixar tudo para emigrar. O meu bom amigo Jaime de Figueiredo, nas notas que me deu sobre a província, exprime-se assim: «No círculo das suas limitações, a vida decorre no arquipélago sob um resignado conformismo, e ao baixo nível económico das populações se devem vir buscar as determinantes da insuficiente expressão do seu condicionamento material na luta do homem com a natureza». Ao mesmo tempo que me adverte de que este «resignado conformismo» é sentido com muita força, verificando-se que Cabo Verde está muito longe de dar a si mesmo o que é capaz. Não é só uma questão de valorização de que se fala constantemente, mas de vitalização e vigorização que ainda não se alcançou. Cabo Verde é uma região à margem da vida do século XX. Em lugar de ficar, pela sua situação geográfica privilegiada, no centro de tudo, especialmente entre Europa, África e América, acha-se quase tão afastado dos centros vitais como a ilha de Ascensão, Santa Helena e outras do Atlântico. Livros há, e muito numerosos sobre África e a região em geral, que não mencionem Cabo Verde, esquecimento involuntário talvez, mas que revela um estado de ânimo, em que não se pode decidir se deve pertencer a Portugal europeu, no mesmo sentido que Madeira e Açores, ou à África Negra, da qual se acha claramente desvinculado, ou mesmo à América, da qual fica bem longe. Creio que o problema capital de Cabo Verde, e isto é provàvelmente ousadia minha, é o facto simples de ainda não ter encontrado o seu lugar no Mundo. Vegeta em lugar de viver; enlanguesce em lugar de florescer.

Visto Cabo Verde de fora, tratemos agora de vê-lo por dentro. Como já disse, não posso falar mais que da ilha de Santiago. Nada sei de experiência pessoal do formidável vulcão do Fogo, nem das delícias de Santo Antão, que me foram cantadas pelo bom amigo, filho daquela ilha, o intendente Augusto J. Santos Lima, que lamentou, com amargura, que eu não tivesse tido a oportunidade de lá ir. Mas como Santiago é a ilha de maiores proporções, talvez seja lícito chegar a certas conclusões a respeito da sua natureza. Apresenta ela uma série de fortes contrastes, que são desconcertantes. Terras baixas, áridas, cortadas por vales ou profundidades com vegetação abundante. Nas estradas — e algumas são de natureza a exigir o «jeep» e não o automóvel — observa-se um panorama que vai mudando de quilómetro em quilómetro. Durante um trecho da estrada, por exemplo, que conduz ao interior, a Santa Catarina, não há mais que a aridez habitual com as pobres casas dos camponeses, todas construídas de pedra. Cabo Verde é o único caso de uma terra tropical pelo clima, e luso-africana pela composição racial, onde as construções das casas da gente do povo são de pedra. Nos outros países semelhantes, que conheço, emprega-se quer a madeira, quer as próprias árvores, com folhas de palmeira para o tecto. Em outras terras a lata ou a folha de ferro estanhada serve para as barracas primitivas e pouco sãs. Mas em Cabo Verde, arquipélago pedregoso por excelência, é a pedra que serve em toda a parte. Só conheço um fenómeno parecido na Islândia, onde também se constrói com pedra no interior, fazendo com que as casas, de cor gris, se confundam com a paisagem, que é também pedregosa. Mas de repente, em Santiago, abre-se um vale onde a cultura abunda e onde os bananais, as palmeiras, as frutas menores e os legumes prosperam. Visitei a estação experimental na estrada de Santa Catarina, onde, num meio científico perfeitamente moderno, se está realizando uma obra fundamental para o melhoramento da agricultura.

Para o futuro, ao turista que vá a Cabo Verde não se pode deixar de recomendar uma visita à Cidade Velha, na costa de Santiago, onde existiu a primeira fundação colonial portuguesa nos começos da epopeia de expansão ultramarina. Fui lá num dia de grande claridade, como foram todos os dias que passei na ilha; e se depois de subir até o imenso promontório, onde ficam as ruínas do antigo forte português, olhamos para baixo, poderemos desfrutar um espectáculo deslumbrante na sua beleza: quilómetros de costa com areia branca, rochas enegrecidas e vulcânicas que abundam nestas paragens e impedem que as praias convencionais tenham maior extensão, e contra as rochas negras faiscavam as ondas do mar que se quebravam em silêncio a grande distância, espumando contra elas. E logo não longe, perto do mar e de uma laguna, cercada por coqueiros, ficavam outras ruínas, a catedral e muitos edifícios desta antiga fundação. Há aí agora uma aldeia de pescadores que se têm utilizado das pedras e de outros materiais das velhas construções para fazerem as suas casas. Pobreza sem par a desta gente, entre a qual passámos talvez duas horas em passeio, bebendo água de coco que as crianças do lugar, com rara agilidade, iam buscar escalando velozmente as grandes árvores. Mas como o visitante se engana! Vi, naquela manhã, um homenzinho da localidade, homem talvez de uns sessenta anos, andrajoso e feio, parecendo vítima do seu meio e nunca ter saído da sua aldeia. Falava um português perfeito e confessou que tinha andado na guerra de 1914-18, em França, com as forças expedicionárias portuguesas, e que, durante vários anos, tinha prestado serviço nos navios que faziam a carreira de Nova Iorque. O cabo-verdiano pode viver isolado nas suas ilhas mas não há evidentemente nada que o impeça de correr Mundo em busca de aventuras.

Mas voltemos aos problemas fundamentais. Tenho dito várias vezes, no decurso destas páginas, que se fala muito, em Cabo Verde e no estrangeiro, da nutrição. Tão-pouco sou especialista nestas coisas, mas vivo sempre intrigado pela ideia de que talvez muitas deficiências humanas, individuais e colectivas, derivam da falta de certos elementos nessa mesma nutrição. Não é razoável dizer que o factor clima ou situação geográfica determinam inteiramente a aptidão ou a incapacidade dum povo. Dizer que nos trópicos faz calor e não se pode trabalhar é bastante absurdo, quando se pensa que em climas quentes foram construídos os formidáveis monumentos de

Angkor Vat e Chitchen Itza. A pobreza do solo e a improdutividade do território, durante épocas de seca, são factores que contribuem para que a produção agrícola não seja nem variada nem suficiente sob o ponto de vista nutritivo. Logo a questão das proteínas animais entra em consideração e aqui as deficiências são notórias. Entretanto as ilhas de Cabo Verde não sofrem só de escassez, mas da repetição de verdadeiras crises de fome, que periòdicamente assolam a província. A subnutrição é uma condição mais ou menos normal; a fome «catastrófica» torna-se um fenómeno cíclico. É útil observar que em Cabo Verde é a própria geografia que contribui para o problema alimentar. Em outras regiões do Mundo, onde o mesmo fenómeno ocorre, é as mais das vezes consequência de uma distribuição inadequada das riquezas ou de uma ordem social ineficaz (5).

O pessimismo de que falei anteriormente, que impregna um pouco o ar do arquipélago, estende-se aos problemas da agricultura e da saúde pública. O professor Orlando Ribeiro num artigo sobre Cabo Verde fala desta «terra tão desfavorável à agricultura» e «onde não era possível um povoamento do tipo da Madeira e dos Açores» (6).

---

(5) H. Teixeira de Sousa, *O Problema Alimentar em Cabo Verde* (Praia, Cabo Verde, 1954, pág. 18). O resumo do pensamento deste autor é o seguinte: «Temos em Cabo Verde as duas modalidades da carência alimentar: a carência total, ou seja a fome epidémica, e a carência parcial, isto é, a fome endémica ou qualitativa, que constitui, por assim dizer, a situação normal destas ilhas» (pág. 20). O mesmo autor deu-nos *Alimentação e saúde nas ilhas de Cabo Verde. Contribuição para o conhecimento do Estado de nutrição da população de Cabo Verde* (Anais do Instituto de Medicina Tropical, Lisboa, Volume X, n.º 3, Setembro 1953) e João Agostinho da Cruz, *Regime alimentício em Cabo Verde e o seu valor biológico* (Anais do Instituto de Medicina Tropical. Lisboa. Volume VII, Julho 1950).

Com o Plano de Fomento e os grandes esforços que vem realizando o governo central, é de esperar que a agricultura cabo-verdiana aproveite esta ajuda para um desenvolvimento mais científico, coordenado e activo. «Não podemos esquecer-nos de que a agricultura em Cabo Verde é a mais atrasada de todas as províncias ultramarinas e urgiria modificá-la» (7).

Cabo Verde tem, fora de toda a dúvida, uma personalidade própria que é obra dos séculos transcorridos desde o primeiro povoamento. Isto não é Portugal, como se compreende. Não é África pelas razões já aduzidas, é realmente uma modalidade especial da cultura portuguesa, transformada em algumas formas e deformada em outras, sob a influência do encontro de raças, de mestiçagem, do isolamento e de certa introspecção insular que é a consequência da distância que separa as ilhas da Metrópole. «Cabo Verde está literàriamente mais preso ao Brasil que a Portugal. Também a sua música e as suas danças populares recebem constante influência do Brasil» (8). Um brasileiro seria necessàriamente mais intuitivo nestas coisas que outro estrangeiro qualquer, e sobretudo no que se refere a estas manifestações populares. Confesso que no capítulo das danças me parecia que as célebres *mornas* me soavam a fado e fado perfeitamente peninsular. Talvez esteja em erro, pois sem uma sensibilidade musical bem desenvolvida escapam-me muitas coisas e sobretudo muitos matizes. Ouvi mornas e vi as danças várias vezes. Não digo que não gostasse delas, pelo contrário, gostei, mas não vi nada nelas que me parecesse exclusivamente cabo-verdiano ou fosse mesmo uma particularidade inconfundìvelmente insular. Depois, uma noite, em companhia do Dr. Bento Levy e de alguns outros amigos, assistimos a um *batuque* não longe da Praia. Batuque moderado se assim podemos dizer, pois carecia, pelo menos naquela noite, de certas extravagâncias que se introduzem com facilidade. Dança exibida com graça e com donaire, com o desembaraço característico dos mulatos e sempre com a graça rítmica das mulheres mestiças, que parecem combinar no corpo e na alma um instinto inato de cadência. Dizem-me que o batuque vai desaparecendo e que não é frequente que se dance espontâneamente mesmo nos campos e nos lugares mais retirados das ilhas. No caso da minha visita o espectáculo foi, para dizer assim, organizado expressamente e como manifestação de circunstância. Tinha obrigatòriamente muito de africano, mas depois de ter visto tantas danças das tribos da Guiné, onde a espontaneidade era a qualidade mais característica, o africanismo do batuque cabo-verdiano parecia-me muito mitigado.

Cabo Verde tem, quanto à sua cultura particular, uma língua própria, o crioulo, que apresenta alguns problemas de grande interesse não só para os especialistas nestas coisas, como também para o profano. O meu amigo Jaime de Figueiredo define o crioulo como «um dialecto românico resultante da interpenetração do português reinol com elementos linguísticos de falares africanos, ao longo da colonização». Na sua estrutura fundamental, aparentemente, encontra-se o português, que tem contribuído com uma elevada percentagem de vocábulos. Há depois um certo número de termos de raiz banta ou sudanesa. O fenómeno da criação não só do «crioulo» mas dos «crioulos» no Mundo é um aspecto apaixonante da evolução das sociedades mistas e de contacto de raças. No caso do português, sabemos muito bem que se verificam estreitas afinidades nas linguagens ultramarinas de formação lusitana, tão afastadas umas das outras, como o cabo-verdiano, o indo-português e os falares da Malásia. Coisa igual ocorre com os *créoles* saídos do francês, entre o que se fala em Haiti, na Martinica, na ilha da Reunião, territórios muito separados uns dos outros. No seu livro, que saiu há muito pouco, e que lamento não ter folheado antes de visitar Cabo Verde, Baltasar Lopes da Silva, cabo-verdiano ele mesmo, analisa com explicações gramaticais e textos apropriados as particularidades desta linguagem que é falada normalmente pela imensa maioria dos habitantes das ilhas, e que tem penetrado com os cabo-verdianos no continente africano, para constituir, como já mencionámos ao falar da Guiné, um problema de administração, pois ainda não está muito claro se a presença do crioulo afugenta o português literário, ou se o crioulo abre a porta para a penetração mais eficaz do português. Diz o senhor Lopes da Silva: «Parece-me que o crioulo cabo-verdiano, como os crioulos em geral, procede de uma fase inicial bilingue, a que se teria seguido, a breve prazo, uma outra, em que o africano haveria já assimilado uma estrutura gramatical simplificada do português» (⁰). No

---

(6) Orlando Ribeiro, «Papel das ilhas de Cabo Verde na Expansão Portuguesa», *Cabo Verde* (Praia, 1 de Fevereiro, 1956, n.º 77, pág. 37).

(7) Armando Xavier da Fonseca, «A agricultura de Cabo Verde e a necessidade do seu desenvolvimento», *Cabo Verde* (Praia, 1 de Março, 1956, n.º 78, pág. 42).

(8) Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, *ob. cit.*, pág. 246.

prólogo deste livro, o professor Rodrigo de Sá Nogueira cita as palavras de Lopes de Lima, há mais de um século, quando escreveu sobre Cabo Verde e a Guiné e se refere ao crioulo como «gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné». Seja como for, linguagem monstruosa cheia de deformações trazidas pelos escravos africanos, o dialecto respeitável do grande tronco românico é o falar de mais de 150 000 pessoas em Cabo Verde; o crioulo é um factor que não pode ser descurado, tendo em consideração as ilhas. Disseram-me em Cabo Verde que a língua vai evoluindo e até se vai aristocratizando, sobretudo nas zonas urbanas, onde se enriquece na boca de elementos mais educados com termos novos, afinando-se, apurando-se fonèticamente pelo padrão português, sem perder a estrutura morfológica de base, atingindo maior alcance e novas possibilidades de expressão.

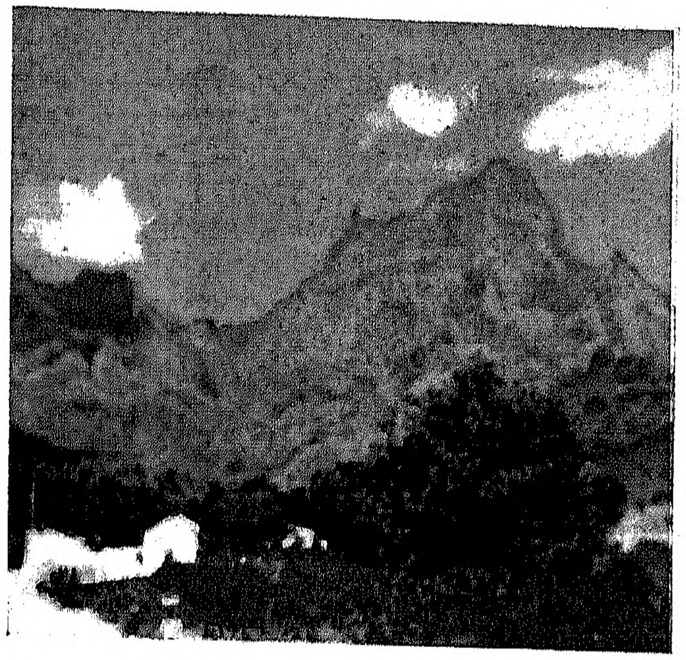
Desde o primeiro dia da minha estada em Cabo Verde ouvi falar da contenda entre os partidários do crioulo, como linguagem literária, e os inimigos do seu emprego, como isolador e delimitador, inútil quando se dispõe do instrumento excelente que é a língua portuguesa normal. O estrangeiro não é chamado para resolver estes pleitos, mas fiquei profundamente interessado, pois o mesmo problema, apresentado nos mesmos termos, surge no Haiti, que conheço bem, e em países onde o mesmo fenómeno existe. Tinha lido de uma maneira um tanto superficial algumas das obras cabo-verdianas publicadas, que recebi antes de empreender a viagem. Tenho visto algumas poesias e peças do lirismo local, em crioulo, e, sem poder apreciar a sua beleza ou emotividade, acho interessante esta afirmação da personalidade através do uso da linguagem local.

(⁰) Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde* (Lisboa, 1957, pág. 42).

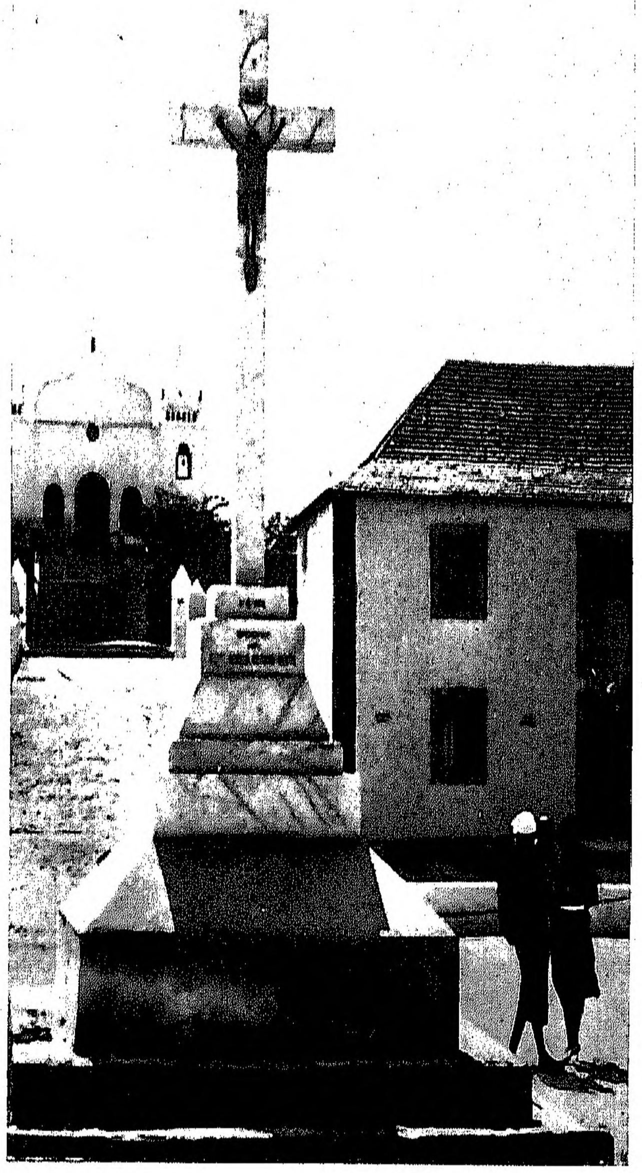
Pois bem, é preciso sempre respeitar as proporções das coisas e não cair num nacionalismo tão estreito que isole ainda mais. Cabo Verde precisa terrìvelmente dos ares de fora, de contactos com a inteligência alheia. Não creio que o emprego do português, que é a língua do ensino, da administração e da nação, seja um obstáculo para que a alma cabo-verdiana se exprima com toda a sua pureza e delicadeza, como não creio que o crioulo de Haiti — ainda não escrito com ortografia regular — seja indispensável como instrumento de expressão para os haitianos, muitos dos quais utilizam brilhantemente o francês literário. O problema é cheio de actualidade: uma luta surda, entre o regionalismo concebido como aliado do falar local, e a universalidade do lusitanismo, baseada sobre o emprego progressivo da língua nacional. Não duvido de que o crioulo seja capaz de expressar as emoções mais íntimas e os sentimentos mais delicados. Veículo para o lirismo insular ou para romances que reflictam aspectos da vida das ilhas, é compreensível que tenha alguma aceitação. Mas como órgão de uma cultura geral nas diferentes disciplinas, mal vejo que tenha um lugar sequer ao lado do português. O processo de integração nacional que se impõe quando Portugal aspira a manter a sua unidade mundial, tão persistentemente afirmada, exige que a cultura e sobretudo a língua sejam uniformes, ou pelo menos que se faça o humanamente possível para que em todas as partes do mundo português se pense em português, de maneira que as vibrações, se assim posso exprimir a ideia, sejam concordes (10).

---

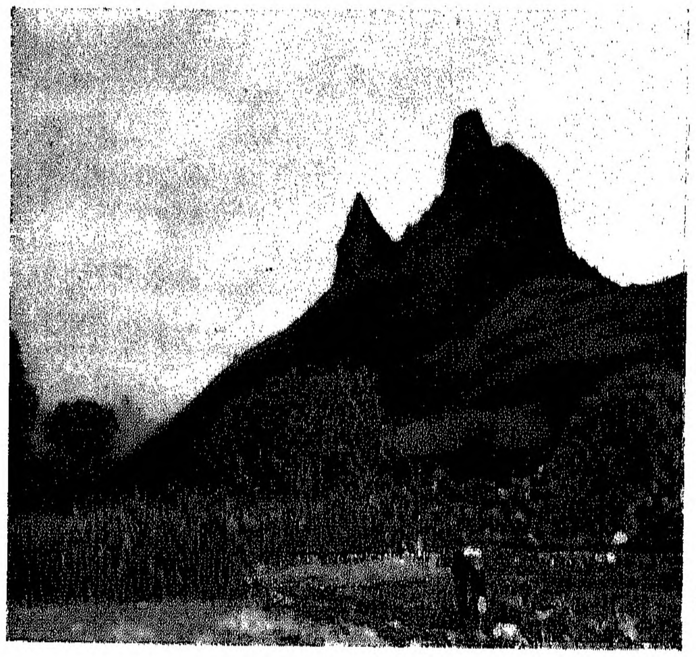
(10) Poucos são os estrangeiros que se ocupam da literatura cabo-verdiana de expressão crioula. Veja-se o capítulo muito interessante «The creole poets» em Archibald Lyall, *Black and white make brown* (Londres, 1938, págs. 90-111).



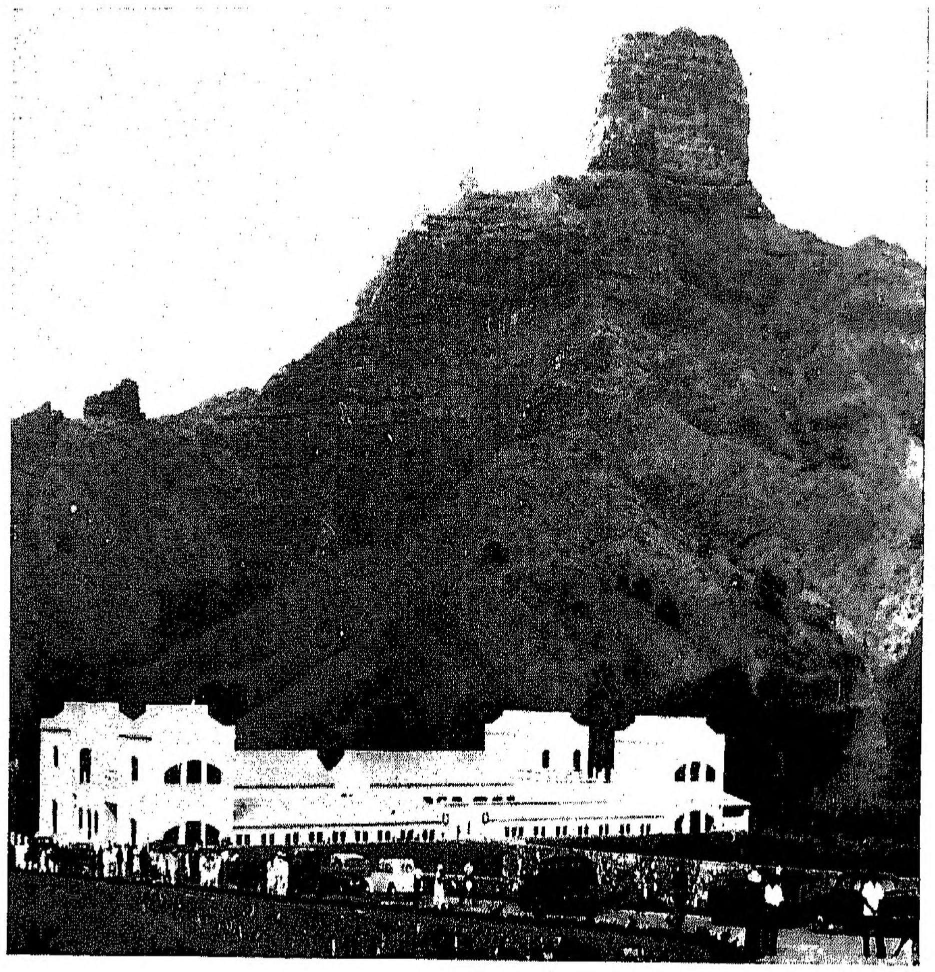
Paisagem do interior da ilha de Santiago



Cruzeiro e Igreja Matriz de Porto Inglês, na ilha de Maio



Trecho montanhoso do interior da ilha de Santiago



Posto Agropecuário de S. Jorge dos Orgãos, em Santiago

Refiro-me mais uma vez a como na Guiné encontrei funcionários que se exprimiam em crioulo com os indígenas — para facilitar a tarefa, diziam eles. E outros, que condenavam o emprego deste dialecto, como um verdadeiro atentado à possibilidade da difusão efectiva do português. O problema é semelhante ao do «pdigin English» em outras partes de África e do Pacífico, onde um inglês simplificado e deformado, com sintaxe emprestada de quem sabe quantas línguas indígenas, serve para a comunicação geral, ou o francês «petit-nègre», cuja função é a mesma. Se o português não é ainda uma língua geralmente falada e compreendida, entre os vastos sectores dos indígenas do continente africano, parece então que a primeira obrigação é dedicar todos os esforços e todos os desvelos para que seja ela a língua a difundir-se sem necessidade de passar por uma etapa intermédia do crioulo, porque o autóctone, uma vez assimilados os elementos rudimentares do dialecto, esforçar-se-á bem pouco por aperfeiçoar o português, já que possui o suficiente para tratar com os europeus.

Isto não quer dizer, de maneira nenhuma, que em Cabo Verde o problema da língua seja comparável ao do continente africano. A assimilação cabo-verdiana é completa. O que faz falta é talvez uma integração mais activa, ou, sòmente, menos passiva, no conjunto nacional. Não visitei suficientmente as escolas para julgar do seu labor. Só passei uma manhã no Liceu Gil Eannes, na Praia, para assistir a alguns exames dos alunos. Visitei depois o novo edifício que se achava em construção para este liceu, edifício monumental e dos mais modernos, e que poderia satisfazer as exigências de qualquer país do Mundo.

Tudo isto está intimamente relacionado com o estado religioso da província. Aqui haveria muito que dizer, pois, até há pouco tempo, a situação da Igreja era francamente deplorável. Num relatório remetido à Santa Sé, não há muito tempo, para informar sobre o estado e os problemas da instituição eclesiástica, dizia-se abertamente que até à grande reacção produzida pelos últimos bispos, a diocese estava em condições catastróficas. Isto apesar de ser Cabo Verde território muito antigo e de religião bem estabelecida. Depois do primeiro povoamento, foi criado em 1532 o bispado. Esta primeira diocese estendia-se não só a todas as ilhas mas à costa desde a região que hoje é Dacar até além da Costa do Marfim.

Foi então que a cidade de Ribeira Grande, onde está justamente a Cidade Velha, de que já falámos, foi erigida em sede do bispado, e conheceu a sua prosperidade de centro populacional das ilhas. Muitos dos problemas mais agudos de Cabo Verde são o resultado de factores que datam dos primeiros séculos da colonização portuguesa. Muitas vezes, no decurso da minha viagem pelo mundo «que o português criou», meditava eu nesta realidade, pois ela tem alguma coisa de milagroso. Depois de tantos séculos, em que os embates da fortuna têm sido frequentemente adversos, o império português conserva ainda hoje essencialmente a mesma extensão — sem o Brasil — que nos começos. E, durante todos estes séculos, as demais nações não têm mostrado nenhum interesse especial pela solidariedade ou integridade de Portugal ultramarino. Mas, se esta integridade tem sido mantida, quase na sua totalidade, os territórios individualmente têm sofrido directamente as consequências dos actos de agressão e têm sido ameaçados por graves perigos. O que a província de Timor experimentou, durante a ocupação japonesa, não se pode apagar numa só geração. Cabo Verde teve também a sua *via crucis*, que foi especialmente pesada durante a época da dominação filipina, quando o arquipélago, situado sobre a rota de passagem obrigatória das naus que iam para a América ou para a Índia, era vítima fácil dos corsários franceses e ingleses. O P.e Silva Rego situa neste momento histórico uma «decadência quase vertical das ilhas» (11).

A gente fugia das ilhas, daí resultando um despovoamento que permitia fàcilmente a conquista por outra qualquer nação. Em 1604 chegaram aí os jesuítas para ficar algum tempo. O problema de então, como o de hoje, ainda que actualmente menos difícil, era simplesmente o de poder existir. Os fiéis não estavam em condições de fornecer ao clero o indispensável para a sua vida e o seu ministério. De fora, os recursos que chegavam eram em geral insuficientes. Agora todas as províncias portuguesas de África são dioceses regularmente estabelecidas e esses territórios não dependem da propaganda em Roma. Quer dizer que não são considerados, no sentido clássico, como terras de missão, mas terras nacionais onde há ainda muito que fazer para a propagação da Fé. Isto enobrece, indiscutìvelmente, a Igreja portuguesa no Ultramar, mas cria ao mesmo tempo obrigações extraordinàriamente pesadas para ela.

O padre António Vieira fala numa das suas cartas das impressões colhidas em Cabo Verde durante uma visita: «Há aqui clérigos e cónegos, tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais» (12).

---

(11) A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia, op. cit.*, pág. 247.

(12) Citado em Silva Rego, *ob. cit.*, pág. 251.

No século XVIII foram os capuchinhos para as ilhas, mas a decadência geral não foi detida: época de Pombal, crise do regime com as invasões francesas e todos os desastres que puseram à prova a capacidade da gente lusitana de poder sobreviver.

Os problemas práticos não deixavam jamais de assolar as ilhas. A sede da diocese estava em Santiago; o seminário em São Nicolau. As comunicações, julgando pelas de hoje, não devem ter sido famosas. Por conseguinte, entre as dificuldades materiais e espirituais, a crise na Metrópole e a ocupação estrangeira, fomes periódicas e uma população que diminuía, não é estranho que Cabo Verde tenha chegado aos nossos dias a carecer de muitas coisas. A própria revolução republicana, com a sua sequela de anticlericalismo e hostilidade às comunidades religiosas, não foi precisamente uma vantagem para a Igreja em Cabo Verde. Ares anticlericais chegaram a soprar nas ilhas, e só depois do Acordo Missionário de 1940 é que elas puderam entrever um período de recuperação e de reconquista. O bispo Dom Faustino Moreira dos Santos fez muitíssimo para a restauração religiosa. O bispo actual, S. E. Dom José do Carmo Colaço como dissemos, chegou da Índia Portuguesa com a sua vigorosa vida religiosa e abundância de clero. É um espectáculo muito comovedor esta presença de clero goês na África. Vieram com o bispo Colaço alguns elementos da Índia e também virão para Angola mais alguns, pois os que aí se encontram já exercem uma influência muito favorável sobre o clima espiritual daquela província.

Eu visitei na Praia a casa destinada aos seminaristas e soube do interesse vivíssimo do novo prelado no restabelecimento do seminário, que tinha decaído tanto. A organização da vida paroquial impõe-se, pois com tantas

ilhas e tão más comunicações não é estranho que haja regiões onde um só sacerdote é chamado para se ocupar de milhares de fiéis.

Achei que a vida católica de Cabo Verde, mesmo depois de um contacto muito efémero, deve ser comparável, em muitos aspectos, à doutros países onde as condições e circunstâncias têm sido parecidas. Conheço territórios da América Hispânica onde também o liberalismo e o anticlericalismo têm envenenado a sociedade. Na igreja da Praia parecia-me ser a situação mais ou menos a que se encontra em muitos países hispano-americanos: bastante gente do povo, que assistia com devoção e regularidade; muitas mulheres e uma escassez notável de homens; uma proporção ainda menor de gente da alta sociedade. A Fé está latente na consciência das gentes mesmo quando a prática não é activa. Um clero numeroso bastaria para acordar o zelo um pouco adormecido. Não se trata de terra de missões no mesmo sentido que a Guiné; longe disso. Trata-se da recristianização dum meio que languesceu durante demasiado tempo.

Os dias passaram-se tranquilamente na Praia com excursões pela manhã a lugares pitorescos do interior, especialmente à vila de Santa Catarina, onde a nossa visita coincidiu com um dia de mercado, espectáculo que me fez lembrar, até nos detalhes, o Haiti ou algumas partes de Cuba. Tardes e noites passadas na praça com os amigos; vida sossegada, sem incidentes extraordinários, mas que pouco a pouco me ia envolvendo num ritmo de vida que era muito agradável. Para variar um pouco dicidimos um dia, durante uma visita à fábrica de conservas de peixe, sair com os pescadores durante uma das suas excursões pesqueiras. Foi com viva curiosidade que presenciei as operações da pesca, e sobretudo as que acompanham a do atum. Pensei que seria formidàvelmente instrutivo ir com esta gente, não só para ver como se pescava o atum, que como desporto deve ser uma coisa grandiosa, mas também para conhecer de perto a vida e os problemas dos pescadores. Não houve nenhuma dificuldade, e tudo se arranjou para que partíssemos à meia-noite do cais numa pequena embarcação que nos levaria, a meu filho e a mim, até à lancha movida a gasolina que servia para a pesca. A dona da Pensão Moreira, sempre atenta às nossas necessidades materiais, com uma amabilidade extraordinária, de que não me esqueço nunca, preparou o indispensável farnel para uma aventura tão audaz. Cestos cheios de comestíveis, garrafas de vinho e frutas, queijo, que bastariam, numa palavra, para a travessia do Atlântico, e não para algumas horas que eu esperava iam ser de plácida pesca.

Evoco aqui o nome de João Gouveia, patrão desta expedição, madeirense como a maioria dos que dirigem a pesca em Cabo Verde, e tipo excelente. O Gouveia veio ter connosco por volta da meia-noite, perto da fábrica, e, com os companheiros que não distinguíamos na escuridão, entrámos na chalupa para então chegar à lancha. Aqui instalaram-se os pescadores, a dúzia de homens que formavam a equipagem, e saímos navegando muito perto da costa em direcção do Tarrafal, numa das extremidades da ilha. As primeiras horas da manhã foram relativamente tranquilas, o mar manso e sem novidade. Dormitava-se mal, pois não havia nenhum lugar especial onde a gente se acolhesse e protegesse contra o frio — e fazia muito — e contra a espuma que saltava constantemente para dentro do barco. Com algumas cordas e um sobretudo velho, acomodávamo-nos o melhor possível, até que, decorridas quatro ou cinco horas, não longe da terra, procuraram a isca fresca que tinha sido guardada. Fez-se logo uma saída directamente para fora, num mar que estava muito longe de ser tranquilo; foram horas passadas num vaivém contínuo, num balanço violento que impedia manter-se a gente de pé e muito menos andar. O sol tornava-se a cada instante mais implacável, e assim foi que, durante horas incontáveis, peregrinámos pelas águas de Santiago e Maio, em busca de atum sem avistar um só peixe. Os pescadores, como os caçadores no continente, quando atravessam o mato, em «jeep» ou automóvel, espiam o horizonte na esperança de distinguir algum rasto de peixe para logo gritar «Atum grande!» e deitar fora a isca fresca para atraí-lo. Basta dizer que no pino da tarde, com a pele bem curtida pela soalheira, voltámos para a Praia. Expedição que tinha revelado muitos detalhes sobre a vida austera e abnegada desta brava gente, mas que foi totalmente nula sob o ponto de vista de desporto.

Impressões gerais e finais? Pena vivíssima de não ter visto as outras ilhas para efeitos de comparação; cheio do mais profundo reconhecimento por uma cordialidade e um afecto sem limites, outorgados a pessoas de fora, que chegaram cheias de boa vontade e com o intuito de conhecer este canto do mundo português, que está tão profundamente enraizado na epopeia antiga e moderna da expansão lusitana pelo Mundo. E como impressão final: Estava, na minha pensão, na Praia, um goês, que tinha aspecto de comensal de velha data. Travei conversa com ele e observei que a sua devoção à causa de Portugal na Índia, e no Mundo em geral, não era precisamente ilimitada; depois averiguei que tinha sido um dos perturbadores da ordem em Goa quando a União Indiana fazia as mais violentas pressões contra os territórios portugueses. Foi mandado para Cabo Verde, onde se encontrava há alguns anos. Vivia, não digo desafogadamente, mas normalmente, com uma pensão fornecida pelo Estado português. Se isto vem a ser o exemplo da perseguição «fascista» do Estado Novo, merecia estudar-se o caso, pois não acredito que nos regimes realmente totalitários os governos concedam pensões aos seus inimigos para que possam viver tranquilamente.

SÃO JOÃO BATISTA DE AJUDÁ

Tive pena de não poder ir a São Tomé e Príncipe por motivo da combinação de transportes, e por conseguinte vi-me privado de conhecer esta província africana. Mas cumpri honradamente outra promessa, feita antes da partida para terras de Portugal em África, a da visita ao forte de São João Baptista de Ajudá, enclave simbólico e histórico de Portugal no território francês de Dahomé. Depois de sair de Cabo Verde, de volta à Guiné, de onde segui viagem para Dacar e depois para a Costa de Marfim e Ghana, o interesse principal era conhecer pessoalmente este pedaço insignificante de terra onde tremulava a bandeira de Portugal.

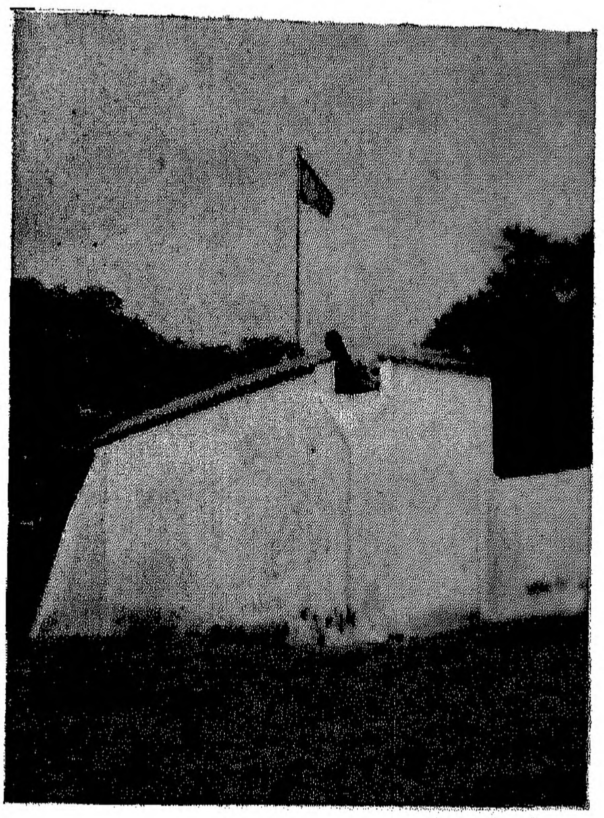
São João Baptista de Ajudá data da época em que Portugal, e bem assim outras nações, levantavam feitorias na costa do Golfo da Guiné e traficavam activamente com os indígenas da região. Para lá chegar é fácil. Para mim tornou-se complicado, pois de Accra, em Ghana, decidi ir por terra a Lomé, na República Autónoma do Togo, criação recente das Nações Unidas e realidade política de muito duvidoso valor. No Togo quis visitar os irmãos cristãos canadianos que dirigem uma escola normal para indígenas perto da capital. Tinha tomado a precaução de telegrafar em Accra ao Residente de São João Baptista para fixar, com precisão, o dia e hora do nosso encontro. Descobri uma verdade que é extraordinàriamente útil na África Negra em geral: que os telegramas não chegam muito mais ràpidamente que os viajantes e que, às vezes, é mais fácil ir pessoalmente que mandar uma mensagem. O facto é que o meu telegrama chegou tarde, e numa forma tão transformada que o Residente mal sabia do que se tratava. Depois de diversas peripécias, encontrámo-nos na picada perto do lago de Lomé, por onde se vai para a escola normal, e então fomos directamente a Ouidah, sede do forte.

Ouidah é conhecido como o centro do animismo na África Ocidental, e é justamente no meio desta concentração urbana que se acha o forte de São João, casa residencial toda branca, muralhas que cercam a área, restos do forte onde tremula a bandeira nacional, um jardim que o Residente actual, o Sr. António Borges, e a sua esposa cuidam com muito esmero e devoção, um secretário, que estava ausente quando eu lá estive, e nada mais. A presença é inteiramente simbólica e sob o ponto de vista económico não produz absolutamente nada. Ao contrário, o pequeno orçamento que o Estado português destina a manter o forte, leva dinheiro. John Gunther, na sua obra *Inside Africa,* fala de São João Baptista como «a entidade política mais pequena do Mundo» (1). Alguns franceses diziam que os portugueses continuavam nesse lugar, que nada lhes rendia, por uma

---

(1) John Gunther, *op. cit.*, pág. 599.

Moradia do residente de S. João Baptista de Ajudá



A Bandeira Portuguesa hasteada em S. João Baptista de Ajudá simples teimosia; uma espécie de obstinada relutância em abandonar seja o que for, por ter sido deles no passado. Outros, e estes eram vários, julgavam que a presença de Portugal servia para lembrar aos demais países que há posições que não se podem abandonar mesmo quando as vantagens tenham deixado de existir. Portugal permanece em São João Baptista porque tem o direito de lá estar, direito que remonta já a vários séculos. Num momento histórico em que as potências renunciam sob pressão, e como resultado de uma chantagem internacional, a territórios que são seus, é edificante ver que Portugal não consente dobrar-se a esta política de extorsão territorial. É uma lição de muito valor que uma nação pequena, na sua extensão puramente europeia, resista serenamente, quando os grandes estados, com territórios consideráveis, aceitam, por incúria ou falta de vontade, as perdas mais lamentáveis. A França cedeu, no caso dos seus territórios da Índia, para assim debilitar a posição de outros países que ocupam situações análogas. Em Ifni as tribos de Marrocos, com a ajuda e incitação do novo estado, esperavam aparentemente que com um simples pedido os espanhóis deviam abandonar o seu território. Ninguém, até hoje, tem exigido de Portugal a sua saída de São João Baptista de Ajudá. A França, com autoridade suprema no Dahomé, poderia, evidentemente, isolar o forte e tornar a sua vida impossível. Mas bem ao contrário. Dizia-me o Residente que as autoridades francesas respeitam com muito acato a soberania portuguesa e que nada fazem para entorpecer as suas relações normais. O Residente vai de um lado a outro, a Cotonou, a capital do Dahomé, que é o centro comercial, a Porto Novo, a capital oficial, a Lagos, na Nigéria, para onde me conduziu com a esposa e filha, muito gentilmente, no seu automóvel; viagem que nos permitiu longas conversas sobre muitos aspectos de África e os problemas que se apresentam com o crescente nacionalismo e a agitação que ganha progressivamente o espírito dos indígenas. Não estou, de maneira nenhuma, autorizado a ter uma opinião sobre o que se deve fazer ou não fazer com o forte de São João Baptista de Ajudá. Mas parecia-me, depois da visita, que se poderia aproveitar a sua situação sob vários pontos de vista, que seriam positivamente benéficos para o Estado e de vantagem económica. Não é possível falar de turismo na costa da Guiné, quer dizer, turismo no sentido europeu da palavra, mas na grande estrada que conduz de Accra, por exemplo, a Lagos, que une dois territórios onde a influência britânica é dominante, há muito tráfego e muita gente que viaja com intenções diversas. O Residente dizia-me que muito frequentemente estrangeiros — franceses, norte-americanos e outros — se detinham durante a sua viagem de automóvel para visitar o forte, tendo ouvido falar das suas particularidades, e desejosos de conhecer esta relíquia do passado que os portugueses conservam. Julgo que não seria impossível fazer do forte um ponto de paragem na estrada, com alguma publicidade no exterior.

Cada vez que vejo um caso como o de São João Baptista penso na excelente oportunidade filatélica que se está perdendo. Actualmente o forte é dependência administrativa de São Tomé e Príncipe. A correspondência dele enviada leva selos franceses da África Ocidental, de maneira que o correio que sai dum território português passa obrigatòriamente por mãos francesas. Não sei se um serviço postal no forte será aconselhável, mas com certeza seria uma fonte de rendimentos interessantes, quando se considera que meio mundo está

cheio de filatelistas e as entidades exóticas, que emitem selos, possuem possibilidades consideráveis de receitas económicas. Lá está o caso de Lichtenstein e de São Marinho, que não fazem mau negócio. Imagino a alegria dos coleccionadores do Mundo se São João tivesse os seus selos especiais evocadores do passado desta parcela de terra portuguesa, que continua como símbolo de tenacidade e de direito.

ANGOLA

A duas horas de Léopoldville, em avião, encontra-se Luanda, e para lá dirigi os meus passos em fins de Julho com a intenção de passar várias semanas no vasto território africano que é parte de Portugal na costa sudoeste do continente. Província que tem as dimensões de um quarto da Europa, população indígena que não chega a cinco milhões. É uma terra para povoar e para a expansão demográfica dos continentais europeus. Esta é ainda a África aberta à colonização. Creio que foi este o ponto principal que me seduziu e me induziu a conhecer Angola; esta ideia que é tão duvidosa no século XX de *povoar* a África. Nós estamos no século dos grandes acontecimentos, quando vemos os europeus como que envergonhados de se terem instalado em África: fogem espavoridos perante o que se pode chamar, *faute de mieux,* os «nacionalismos» africanos. O europeu na África Francesa e na Britânica vive, se podemos exprimir-nos assim, com as malas arrumadas, pronto para a partida precipitada quando as circunstâncias assim o exigirem. Quem pensa em vir para África colonizar? Ninguém, a não ser os portugueses. Politicamente, a ideia predominante é que a África deveria pertencer aos africanos, e que o mais justo é deixar o continente aos seus moradores originais. Os ingleses exprimem a sua satisfação por em Ghana e na Nigéria não terem colonizado à maneira do Quénia ou da África do Sul. Por conseguinte evitam-se numerosos problemas que se manifestam nas sociedades multirraciais, e reduzem-se todos os problemas aos políticos e económicos sem as complicações dos problemas sociais. Assim a Grã-Bretanha sai de Ghana para não deixar uma minoria europeia exposta aos rigores dum regime dirigido por africanos. Parece mostrar esta atitude uma profunda sabedoria e uma finíssima intuição da realidade. E, ao mesmo tempo que a Europa se prepara para entregar a África aos africanos como coisa sua, e sem que a Europa tenha mais direitos que os livremente consentidos pelos mesmos africanos, aqui está Portugal, que incita a sua gente a emigrar para Angola, que cria centros de colonização como Cela, que fala constantemente de que o futuro de Angola consiste na colonização branca. O governador da província, o senhor comandante Sá Viana Rebelo, tem insistido muitas vezes, em discursos em África e na Metrópole, sobre a importância vital de povoamento europeu, sem o qual o porvir de Angola estará gravemente comprometido. E assim é que centenas de camponeses de todas as partes de Portugal emigram para África, com a esperança de encontrar, nesta terra hospitaleira, a oportunidade que as limitações da pátria não permitem.

Alguns jornais ingleses lamentam esta obstinação vendo nela o perigo de criar uma outra África do Sul ou outro Quénia com o seu mau-mauísmo e tensões rácicas. Mas os que se queixam da política portuguesa

de fixação de elementos europeus em Angola esquecem-se de que há uma diferença fundamental entre a União da África do Sul, Quénia e Angola, e esta diferença é que os portugueses não são *boers* nem professam nenhuma doutrina de segregação, nem de desprezo de raça. Os portugueses de hoje como os de ontem chegam para fazer vida nova, mas sem nenhum intuito de tiranizar o preto nem reduzi-lo a uma nova escravidão. No Quénia, como na União da África do Sul, a coexistência das duas raças reveste o carácter de luta e de conflito, de penosa rivalidade e de medo de dominação.

É sempre difícil definir, com a precisão desejada, a natureza exacta das relações entre raças justamente porque o problema é psicològicamente subtil. Eu fiquei admirado na Guiné, bem como em Angola e mais tarde em Moçambique, perante o facto de que Portugal não fazia uso de força alguma material ou física na sua administração africana. Eis aqui milhares de indígenas, alguns deles recentemente pacificados, e outros, como em Moçambique, que conservam grandes tradições guerreiras, vivendo hoje, em perfeita paz e concórdia, da lavoura ou do trabalho manual, sem oferecer o menor problema no que se refere à tranquilidade pública. Não há coisa mais impressionante que visitar um administrador na sua circunscrição e ver como ele entra pelas aldeias e pelas casas, como saúda a gente na estrada, como recebe, com interesse e afecto, os notáveis das tribos, e como nunca, em nenhuma circunstância, leva armas nem possui talvez os meis para repelir qualquer ataque. A minha impressão mais duradoura da África Portuguesa foi a ausência de soldados, de milicianos, de gente uniformizada e armada. Além de alguns indígenas que fazem o serviço militar e alguns oficiais de carreira, onde estão os exércitos para dominar estes doze milhões que povoam as províncias africanas? Em parte alguma, e nisso reside a força e a grandeza de Portugal! Eu creio que o segredo desta harmonia é outro; é uma questão de psicologia, de um estado de ânimo que permite que haja paz simplesmente porque a gente respeita a autoridade e não sonha em rebelar-se contra ela. Como se explica, de outra maneira, a confiança sem hostilidade? A submissão sem terror da parte dos indígenas aos administradores e chefes? Se Portugal, com meios infinitamente inferiores, não gozasse da confiança da parte dos seus naturais, sucumbiria e não saberia resistir à inimizade dos indígenas e ficaria pior que os ingleses no Quénia, os franceses na Argélia ou os holandeses na Indonésia. É evidente que uma população decididamente hostil e irredutivelmente oposta ao sistema vigente, mesmo que careça de armas modernas, pode por meio de guerrilhas tornar a vida insuportável aos governantes e fazer sangrar a metrópole. Potências ricas e poderosas não possuem a vitalidade ilimitada que exigem as operações contra estes rebeldes. Assim tem sido o caso dos ingleses contra os malaios no sudeste asiático, contrapondo-se à experiência de Portugal na Índia. É crível, por acaso, que se a população de Goa, Diu e Damão sentisse essa animosidade contra Portugal que os indianos lhes atribuem, Portugal, tão longe desta província, e tão falto de recursos adequados de combate, pudesse manter-se mesmo uma semana? O caso de Chipre é eloquente para mostrar o que meio milhão de habitantes pode fazer, se é da sua vontade.

Eu acho então que o que mais se destaca no sistema português em África não é o regime do indigenato, a

organização administrativa e os admiráveis serviços sanitários, de saúde e outros, mas o estado psicológico que prevalece e que é o elemento determinante de tudo. A autoridade portuguesa é respeitada e acatada sem discussão, como toda a autoridade legítima. Não há questão de *legitimidade,* pois ela se acha estabelecida há séculos. Os portugueses agem como gente que possui licitamente a autoridade e sabem o que fazem. No resto de África, a verdadeira crise é a crise da autoridade. É esse o motivo da claudicação, por parte dos europeus, que já não crêem na sua própria autoridade, sem falar na sua missão ou falta de vocação ultramarina. Quando falta a fé nas esferas superiores e começam a oscilar os próprios fundamentos da estrutura moral da presença europeia, então já não se pode aplicar paliativo algum para curar o mal que se enraizou. Portugal felizmente crê no seu destino, aceita a sua responsabilidade e compreende que a sua missão em África não pode considerar-se ainda concluída. Ainda mais, e esta impressão é fundamental: os portugueses não se enganam fàcilmente com histórias da «democratização» da vida africana, não pensam converter o indígena em prematuro eleitor ou em criar organismos locais que a população, no seu primitivismo, é incapaz de sustentar. O realismo português contrasta com o sonambulismo político de outros países que estão, por uma perversão psicológica inexplicável, empenhados em denegrir a sua própria obra, e, o que é pior, denegrir-se a si mesmos. Quando percorro os jornais e revistas de Inglaterra, estremeço ao ler como no Parlamento, nos conselhos oficiais e na opinião pública cresce e se desenvolve a ideia de que o homem de cor tem sempre razão, e que basta ser europeu para a não ter.

Mesmo que as considerações expostas desempenhem um papel primordial não é justo supor que elas sejam as únicas. Portugal tem sido singularmente favorecido por várias razões. A neutralidade durante a última guerra evitou que as províncias do Ultramar sofressem o choque político do grande conflito. O ingresso de Portugal nas Nações Unidas, muito mais tarde que a maioria das nações, evitou possìvelmente alguns dos piores choques que caracterizaram os primeiros anos da organização entre as potências «colonialistas» e o bloco sempre crescente, e mais numeroso, dos anticolonialistas. Não digo que, agora que Portugal participa nos trabalhos do organismo internacional, se possa evitar — como não tem podido evitar com efeito algumas polémicas — mas que talvez tenha sido vantajoso não ter ficado exposto, desde os primeiros tempos, à agressão sem misericórdia dos inimigos da Europa no Ultramar. Um terceiro factor favorável a Portugal foi a ausência de qualquer contacto político que o levasse a contribuir para a tensão com o mundo árabe. Não tinha, como a Espanha, interesses em Marrocos, nem estava implicado nas controvérsias que têm agitado a grande zona islâmica. O único conflito aberto que Portugal tem tido com uma potência não europeia tem sido com a União Indiana. Nem a China, no caso de Macau, nem a Indonésia, com o de Timor, têm agitado questões que possam tornar-se embaraçosas.

A estas condições, que podemos chamar externas, é possível agregar as internas, que não são menos significativas: a paz completa no interior sob o regime actual, o progresso constante que se realiza no saneamento da economia e no desenvolvimento progressivo dos recursos naturais da Nação. A convicção de que Portugal pode confiar no futuro tem mudado completamente o ambiente. É necessàriamente o estado das coisas na Metrópole que se reflecte nos territórios do Ultramar. Não é possível supor que a confusão e, ainda pior, a desorientação moral e política na metrópole europeia não tenha repercussões extremamente graves nos territórios africanos. Não é a África Francesa um reflexo, fiel e perfeito, do que se passa na própria França? Onde há ordem, seriedade e dedicação na Metrópole, é difícil que os habitantes dos territórios africanos percam a fé e a confiança nos seus governantes. Esta fé perde-se quando os habitantes metropolitanos deixam de ter ilusões a respeito dos que os governam. Na situação actual, Portugal não tem tido que lutar com elementos políticos que se opõem à política geral; não tem uma esquerda doméstica, que hostilize sistemàticamente, causando prejuízos irreparáveis à causa nacional no Ultramar. Não sofre, como na Inglaterra, da existência dum partido laborista violento e doutrinàriamente oposto ao «colonialismo», ou como na França, antes de De Gaulle, de um partido comunista de influência activa ou latente, que impede muitas vezes que certos aspectos duma boa política sejam postos em prática.

Seja-me permitida esta digressão para fixar certos princípios que me parecem importantes para a compreensão da situação de Angola. Esta é a província onde todos os problemas se concentram e onde é possível fazer as experiências mais variadas. É a terra que tem possibilidades de ser convertida, com o tempo, em outro Portugal. Clima excelente, espaço vital abundante, população africana muito reduzida, altiplano favorável à agricultura dos europeus; tudo se combina para fazer de Angola uma verdadeira e autêntica terra de promissão.

Mas antes de entrar nos vários aspectos que Angola oferece vejamos qual é a sua situação no quadro geográfico e físico. Tem uma superfície de 1 246 700 quilómetros quadrados, quer dizer, mais ou menos catorze vezes a de Portugal Continental, e constitui aproximadamente a 23.ª parte da superfície total de África. Angola na sua quase totalidade acha-se ao sul do rio Congo, mas não devemos esquecer o enclave de Cabinda, ao norte da desembocadura do rio; pequeno território de 7160 quilómetros quadrados, mas de grande importância pela sua produção e as suas possibilidades económicas, que são bem interessantes. A distância de norte a sul, sem contar o enclave, é de 1286 quilómetros, o que dá uma ideia, bastante exacta, da vastidão do território. Angola divide-se, duma maneira geral, em zonas perfeitamente definidas. A costeira, em parte coberta de bosques ou de vegetação, para mais tarde se confundir no Sul de Moçâmedes com o deserto que caracteriza o território do sudoeste africano; o altiplano ou planície central, e o *veldt* ou savana que cobre uma boa parte do sul da província (1).

A impressão do visitante, que chega pela costa ocidental de África, habituado à humidade, calor e maior concentração de população, é que Angola não é africana a não ser na sua situação geográfica, e que o território tem mais de sul-africano ou de àridamente desértico que de tropical. Visões de Angola, como as obtidas em Sá

---

(1) Gabriel Lefebvre, *L'Angola. Son histoire, son économie* (Liége, 1947, págs. 11-12).

da Bandeira, em Nova Lisboa ou na viagem até à fronteira do extremo sul, na região de Pereira de Eça, confirmam a impressão de que se está no Texas, na Austrália Interior ou no Sul de Espanha. Sobretudo as distâncias intermináveis nas estradas que seguem indefinidamente sem que se veja, de quando em quando, mais que alguns indígenas, um modesto casario ou um posto administrativo. Angola contrasta fortemente com a Guiné, onde tudo é movimento, presença de gente e actividade. No mundo angolano, mesmo as obras de grande vulto e os progressos notáveis de ordem económica, perdem-se um pouco na vastidão territorial.

Angola é, evidentemente, velha terra portuguesa, terra das primeiras conquistas e uma das províncias que datam da grande época dos descobrimentos. Desde o tempo de Diogo Cão, a costa foi conhecida, e os padrões que mandou erguer testemunham a antiguidade dos direitos portugueses sobre a região. Não é meu propósito historiar os começos de Angola, nem sequer falar senão de passagem acerca de uma epopeia bastante bem conhecida. Mas não deixam de ser profundamente comovedores os primeiros contactos com os indígenas e especialmente com os reis congoleses, e os esforços mais que extraordinários que se fizeram para atrair esta gente à fé cristã e o êxito com que esta obra de conversão se realizou (2). Desde os tempos de Rui de Sousa, que no mês de Julho de 1492 voltou para a Metrópole, houve em Angola, apesar do maior interesse pela Índia, «uma lenta e obscura infiltração de influência portuguesa no

---

(2) Basta percorrer as páginas dos grandes volumes do Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, para se conhecer a natureza destes primeiros contactos entre europeus e africanos e o grau alcançado na cristianização desta gente.

Congo» que continua paulatinamente até às fundações mais estáveis (3). O enfraquecimento de Portugal durante a época filipina, que pôs em jogo a perda da província, e, mais tarde, a sua dependência do Brasil como fonte de abastecimento de escravos contribuíram para que o desenvolvimento fosse lento, sem falar evidentemente no perigo que encontrava da parte dos holandeses e nas dificuldades de defender um território tão exposto e afastado da Metrópole.

Em contraste com Moçambique, Angola não conheceu nunca o sistema das companhias de exportação, nem evolucionou na esfera de influência económica e social da Grã-Bretanha ou da União da África do Sul. Entre Luanda e Lourenço Marques o contraste é flagrante, no sentido das influências que ali se exercem. Na capital de Moçambique são orientais e sul-africanos que parecem pulular por toda a parte. Em Luanda não há mais que portugueses, sejam brancos da Metrópole ou pretos da província (4).

A população reduzida a que nos referimos explica-se de várias maneiras, sendo a mais importante a causada pelos estragos da escravatura, que sangrou a província durante muitas gerações (5). Em uma palavra, Angola produz a sensação de ser uma terra mais portuguesa que qualquer outra em África, terra onde o português tem, dentro das limitações necessárias da vida económica e social, as maiores possibilidades de expansão.

No dia em que cheguei a Luanda fazia sol, o que não é muito corrente durante o mês de Agosto; um sol esplêndido, que iluminava com brilho o branco das casas e as cores dos telhados. Do Aeroporto Craveiro Lopes até à cidade vai uma distância de uns vinte minutos talvez, em automóvel. Entra-se na cidade por uma estrada excelente e, de longe, divisa-se a massa urbana e a costa. Nada, mesmo absolutamente nada, desta primeira impressão de Luanda dava a ideia de que estávamos em África. Luanda é tão europeia como Lisboa, e, se não fossem os pretos que traficam nas ruas, crer-se-ia que estávamos ainda em Portugal Continental. Durante dias mantive-me assombrado pensando como teria sido possível esta transplantação literal para África do génio urbanístico português. Na verdade, vinha habituado, do norte, às cidades indígenas, com ligeiras incrustações europeias, como Lagos, Accra e outras, onde o europeu tem introduzido muitas coisas e numerosas melhorias, mas sem modificar na essência o carácter africano da aglomeração. Lagos, por exemplo, na Nigéria, é uma cidade que no conjunto nada lembra da Europa. Salvo alguns edifícios, é uma colecção imensa de palhotas e de baixas construções africanas. Accra é uma combinação do indígena e do europeu, numa justaposição arbitrária que pouco contribui para o embelezamento deste centro urbano. Desde Dacar ou Abidjan até Léopoldville não vi cidade no sentido europeu da palavra. Mas Luanda é, indiscutìvelmente, a cidade mais autênticamente europeia que há em toda a costa de África, e talvez, fora da União da África do Sul, em todo o continente.

---

(3) Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império* (Lisboa, 1952, Volume III, págs. 20-21).

(4) H. V. Livermore, editor, *Portugal and Brazil. An introduction* (Oxford, 1953, pág. 257).

(5) Francisco Bahia dos Santos, *Angola* (Lisboa, 1954, pág. 8): «Dir-se-ia que a Europa, sacrificando as leis da história, saltou por cima do Atlântico e sangrando-se a si própria e à África lançou na outra costa os fundamentos da sua própria continuação».

Mas, o que é ainda mais extraordinário, Luanda não é a única cidade de Angola. Países há onde a cidade açambarca tudo, numa absorção de vantagens e de vitalidade, para constituir uma simples fachada, detrás da qual não há mais que primitivismo. Não é este o caso de Angola. Porque além de Luanda há outras cidades, e cidades do mesmo estilo, ainda que muito mais modestas de proporções. O fenómeno de Angola é o processo contínuo de criação de cidades, o espírito urbano que tem presidido à expansão ao interior. Porque sem cidades não pode haver as grandes obras de estabilização e de fusão que é a política portuguesa na província.

O progresso das cidades angolanas coincide com o incremento da população branca estabelecida na província. É importante ver como em poucos anos Angola tem progredido neste sentido, com a promessa de que, de agora em diante, este progresso cobrirá a província inteira de uma rede de centros populacionais que ficarão como pontos de convergência e de intensificação da obra civilizadora. Por exemplo, as oito cidades de Angola tinham em 1940 uma população branca total de 22 289 almas. Dez anos mais tarde, segundo o censo de 1950, esta população tinha subido a 45 453 (6). Muitas destas cidades registaram um aumento de muito mais de 50 por cento e, em alguns casos, como o de Malanje e Sá da Bandeira, até 85 por cento. Mas a atracção da cidade exerce-se não só sobre o branco e sobre o novo imigrante, mas sobre o preto. A urbanização das populações africanas é, como toda a pessoa interessada em África sabe muito bem, um dos factos fundamentais da sua história moderna. Desde a segunda guerra mundial particularmente, a tendência dos indígenas, especialmente dos novos, de ir para a cidade, abandonando a tribo e os costumes consuetudinários, converte-se em movimento de grandes proporções. Todos os que tratam de África assinalam esta realidade, que tem um aspecto profundamente inquietante: o indígena renuncia à vida tradicional para vir engrossar o número dos proletários destribalizados nas cidades. Tem-se produzido, entretanto, durante os últimos dez anos, um movimento interior considerável, que vai modificando lentamente a distribuição e até a composição populacional da província.

Enquanto os indígenas ficarem tribalmente concentrados, sem mais contacto com o elemento europeu, a não ser o esporádico que dá o mercado, o comércio ou o serviço doméstico, a obra de integração efectua-se com extrema dificuldade. Fiquei especialmente impressionado em frente das diferenças fundamentais entre a experiência de Cabo Verde, onde a fusão é total, e a de Angola, onde ainda se está apenas no começo duma conciliação pela mestiçagem (7).

A miscigenação não tem feito em Angola um progresso espectacular, que parece actualmente quase paralisado. É possível que o aumento do número de brancos, e a tendência da mulher europeia de ir para a província, sejam a causa deste facto. Angola tem também a particularidade de contar com uma população relativamente importante de brancos nascidos nela. Quando se pensa que o Estado português tem alentado a emigração para Angola desde 1840, não deve ser estranho que exista um núcleo importante de portugueses angolanos, que são africanos pelo nascimento mas não pela raça (8). O número de assimilados tem sido calculado em 25 000 pouco mais ou menos, e os mistos ou mestiços em 28 000, números redondos (9). Um estudo feito sobre o problema por Justino Teixeira faz uma luz considerável sobre a sua complexidade. Mostra que no caso dos matrimónios mistos em Angola, na quase totalidade entre brancos e gente de cor, a mulher é mulata. Os mulatos geralmente casam-se entre si para assim estabilizar este elemento social. Entre os indígenas, 95 por cento casa-se com gente da sua própria raça, e só uns cinco por cento com mulatos. Não se cita o caso de branco ter casado com africana de pura raça (10).

---

(6) Alexandre Sarmento, *Temas Angolanos* (Lisboa, 1957, pág. 41).

(7) Província de Angola. Repartição Técnica de Estatística Geral. *II Recenseamento Geral da População, 1950.* (Luanda, 1953, Vol. I, págs. 16 e seg.: «O grupo mestiço não pode deixar de oferecer-se, como se oferece, instável, cujos limites para os enquadrar só artificiosamente podem ser estabelecidos».

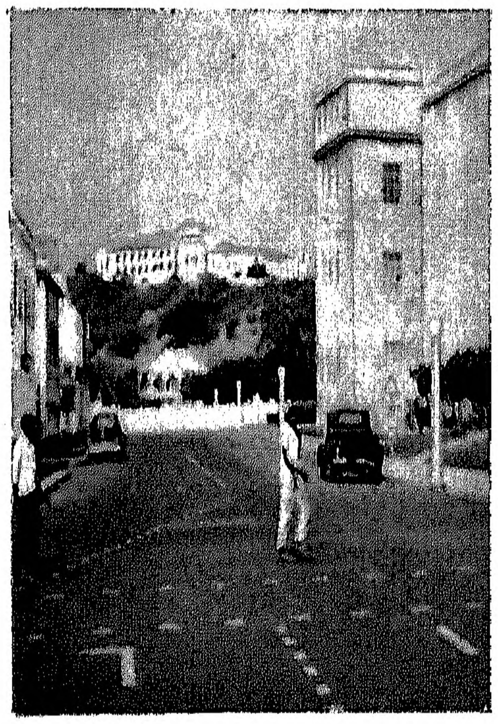
Em toda a parte, em Angola, não se falava mais que na necessidade de fomentar a colonização, de trazer gente e de povoar. Durante a minha estada sentia que dominava um entusiasmo ilimitado para fazer progredir a província e convertê-la em foco de população europeia, em colaboração com o indígena. Infelizmente não me foi possível visitar Cela, onde se está realizando uma das grandes experiências de colonização branca. Falei com muita gente que a conhecia e com portugueses continentais que, para diversas partes da província,

---

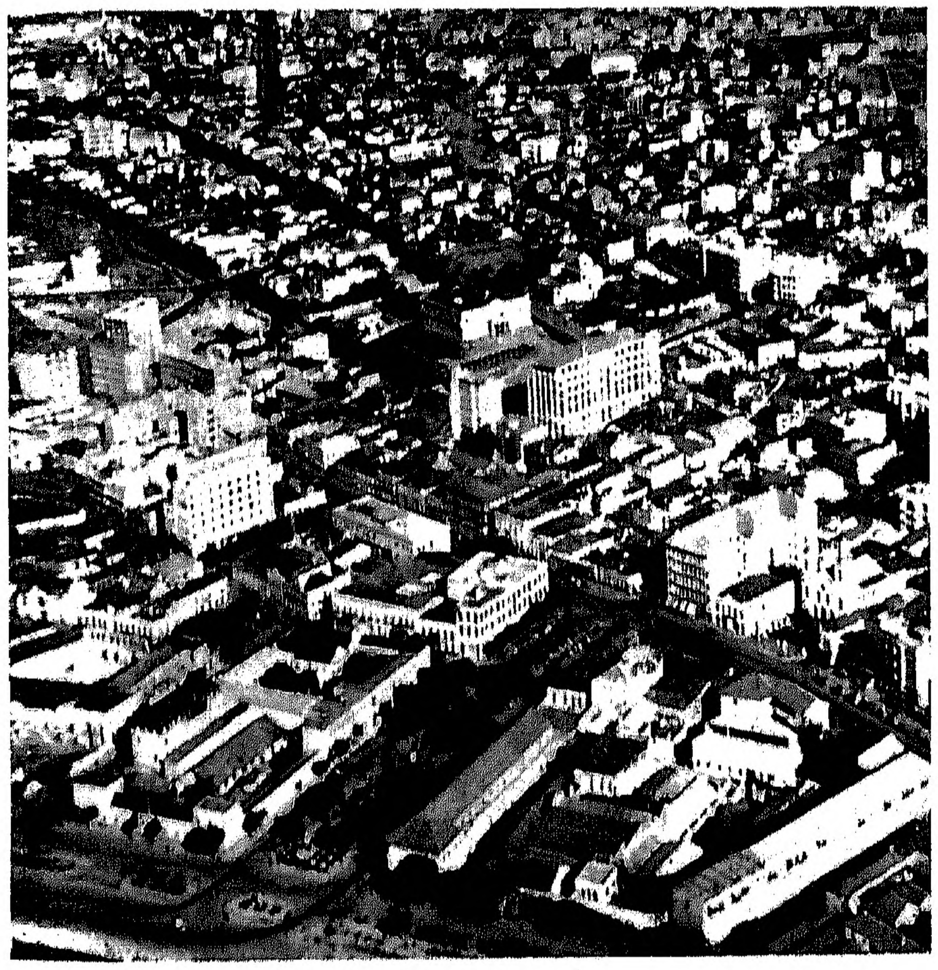
(8) Província de Angola. Repartição Técnica de Estatística Geral. *II Recenseamento Geral da População, 1950.* (Luanda, 1953, Vol. I, pág. 62).

(9) *Anuário do Império Colonial Português* (Lisboa, 1945, 11.ª edição, pág. 64).

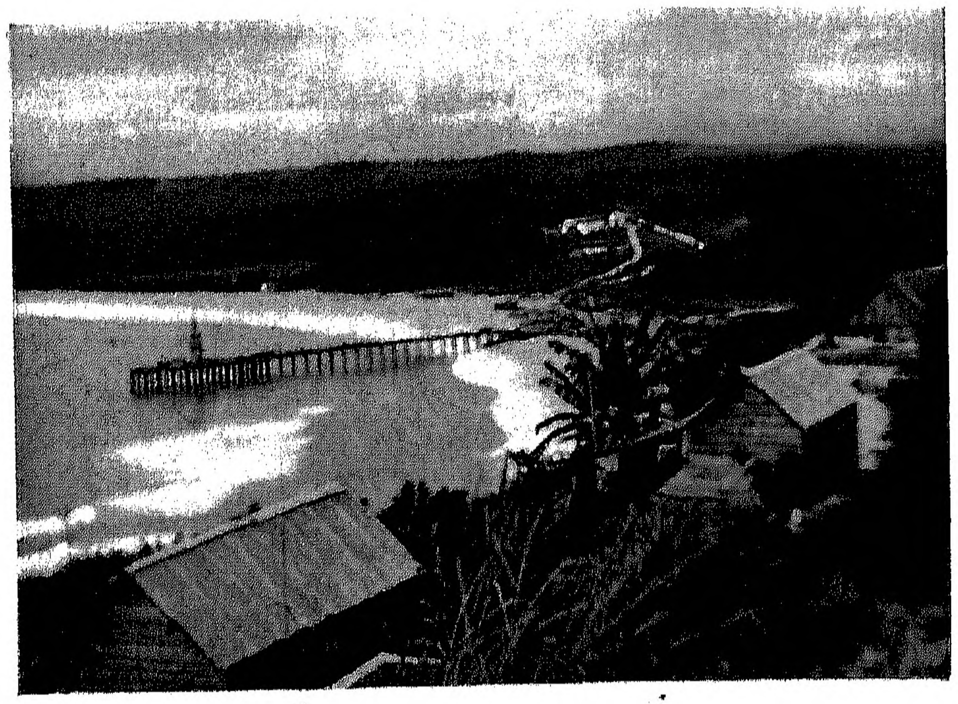
(10) Artigo no *Diário de Luanda,* citado em *Afrique Nouvelle* (Dacar, Senegal, 6 de Dezembro de 1955).



Uma rua de Luanda, vendo-se ao fundo o Colégio de S. José Cluny



Vista aérea de Luanda



O rio Chiloango, em LAndana

Vista aérea do Porto do Lobito

tinham vindo nas mesmas condições, quer dizer, como agricultores da sua própria terra, sem a mão-de-obra africana e sem estar na dependência do indígena, o que, em geral, caracteriza as sociedades de «plantação». Não sei se a experiência de Cela tem tido todo o êxito que se esperava. Alguns dizem que não, que têm surgido dificuldades inesperadas, e que alguns dos colonos abandonaram a empresa antes de verificar as suas possibilidades. Mas seja como for, a intenção é clara: que o branco se estabeleça em Angola em condições comparáveis às que tinha conhecido na Metrópole, mas com a vantagem de terra e de produtividade maiores, e que desenvolva uma ordem social sem a dependência do preto.

Apesar da ideia portuguesa da associação das raças e da estreita colaboração entre elas nada há nem na legislação nem nos usos que incite a um deslocamento violento das populações indígenas. Eu fiquei bastante impressionado em Angola, como nas outras províncias, com o desejo da administração de respeitar, tanto quanto possível, as instituições indígenas e de não provocar a sua dissolução antes de tempo. Esta discrição, esta *prudência política,* que é tão essencial a toda a obra de grande envergadura, exige condições pessoais muito particulares para reconhecer a fronteira justa entre o respeito pelas instituições indígenas e a necessidade de modificá-las para que o progresso se realize.

Numa pequena obra muito sugestiva sobre estes temas, a de Manuel Dias Belchior, diz o autor que «Sem querermos defender a passividade rotineira do negro, pois isso é contrário a toda a ideia de progresso, supomos, contudo, que o segredo de uma boa administração consiste em não perturbar, sem motivo forte, qualquer particularidade da vida indígena» (11). O problema de Angola, por conseguinte, é, num sentido estrito, mais difícil que o da Guiné. Não só porque o território é mais vasto, e as distâncias maiores, mas porque aqui se está promovendo uma sociedade multirracial, comparável à da Rodésia e da União da África do Sul, mas com inspiração diametralmente oposta. A administração tem de considerar não só os indígenas, às vezes lentos ou incapazes de alcançar ràpidamente um nível superior de cultura, mas os brancos, que estão em todas as partes e que forçosamente estão também em contacto com os indígenas. Na Guiné trata-se do governo enfrentando sòmente os indígenas; em Angola é governo, indígenas e população branca.

Falando agora dos brancos, passemos a certos aspectos concretos desta realidade. A primeira coisa que notei em Luanda, depois de admirar o carácter perfeitamente europeu das construções e do ritmo da vida geral, foi que os motoristas de táxis eram europeus. Logo no hotel (e Luanda tem hotéis excelentes) observei que os moços que serviam à mesa, como os demais empregados, eram todos brancos. Nas lojas em geral, ainda que com algumas excepções, os empregados eram também portugueses do Continente. No interior da província, em Sá da Bandeira, Malanje, Nova Lisboa, e outros lugares, apresentava-se o mesmo panorama. Creio que este é caso único em toda a África. Em Moçambique, por exemplo, onde abundam indianos ou goeses, parece regra geral que esta gente é a que se ocupa dos serviços dos hotéis. Em Angola também se vê, o que é para o estrangeiro objecto de uma viva curiosidade, o português continental encarregado das mais humildes tarefas. Nas estradas angolanas, os condutores dos camiões são invariàvelmente europeus. Naquelas vastidões solitárias escasseia a população de tal maneira que se torna digno de nota ver de longe, ao passarmos no automóvel, a casa-loja de algum português que lá vive com a sua família, no meio dos pretos com quem faz o comércio da região. Lembro-me especialmente do dia em que íamos para o extremo sul, para Pereira de Eça, e nos detivemos no Forte Roçadas, depois de passar a jangada, para tomar gasolina e algum refresco. No estabelecimento, garagem e centro comercial em geral — quem servia os fregueses era uma branca, mulher do proprietário.

Não sei se ando errado ao crer que este factor denota a capacidade do português para colonizar a África. É o único europeu, que eu saiba, capaz de vir para África, e ocupar-se durante anos duma faina modesta, comparável com a que ocupava a sua actividade na Metrópole antes de emigrar. Não possui ilusões de grandeza nem tem ambições desmedidas, para serem realizadas em breve prazo. Fica contente com melhorar o seu nível de vida, mas em proporções sóbrias e decorosas.

Falemos agora de alguns aspectos específicos de Angola, observados um pouco a voo de pássaro, em algumas semanas de constante andar pela província, mas que me permitiu, não obstante isso, obter algumas impressões gerais. Devo exprimir aqui um grande sentimento de gratidão ao Sr. Dr. Casimiro Alves, funcionário superior dos Serviços de Economia de Luanda, designado pelo governo da província para se ocupar de mim durante a minha visita, e que cumpriu a sua missão tão esmeradamente que não tenho mais que palavras de admiração e elogio para este distinto cavalheiro, cujas atenções, delicadas e constantes, facilitaram notàvelmente os meus deslocamentos por Angola. A província é tão grande que as viagens não são sempre fáceis. O serviço aéreo interior é excelente, com aviões de seis, oito ou mais passageiros, que vão constantemente, várias vezes por semana, de Luanda às outras cidades e o mesmo sucede entre as do interior. Na época seca, por sua vez, as estradas não são más, bem ao contrário. A leitura das experiências de certos viajantes tinha-me convencido de que andar por Angola, em «jeep» ou de automóvel, era comparável a um período mais ou menos prolongado no purgatório. Mas, ou porque a minha própria resistência fosse superior à que eu pensava, ou porque os meios de transporte fossem melhores, o caso é que passei muito bem em toda a parte, desde os 400 quilómetros de «jeep» para visitar a grande reserva da Quissama, perto da Lunda, até à excursão de Sá da Bandeira para o sul, que durou vários dias.

---

(11) Manuel Dias Belchior, *Compreendamos os Negros* (Lisboa, 1951, págs. 94-95).

Comecemos por Cabinda. Cabinda é uma região que intriga. Enclave inteiramente cercado por território belga e pelo mar, ficou português depois das diversas delimitações que serviram para demarcar fronteiras. Em duas horas de avião vai-se de Luanda até Cabinda, capital do enclave. Desce-se num campo aberto de onde, andados dois ou três quilómetros, se chega à cidade, à cidade num certo sentido, pois nada tem que recorde Luanda nem as outras cidades angolanas. Cabinda tem aspecto tropical. O hotel principal é excelente e não deixa nada a desejar. É bom insistir em que, no capítulo de hotéis, viajar por Angola oferece muito poucas aventuras. Na realidade, mesmo no interior e nas cidades pequenas, estas facilidades são superiores às que normalmente podem esperar-se em países fora das grandes rotas turísticas. As condições de vida para o forasteiro em Angola são muito superiores por exemplo às de muitos países sul-americanos, quando se deixa a cidade capital. Em Cabinda, graças à gentil acolhida do governador do distrito e do seu secretário, foi-me possível ver muita coisa em muito pouco tempo. Eu tinha sobre Cabinda as noções mais rudimentares possível: tinha lido algum comentário nas obras que tratam em geral de Angola, e só sabia que era uma região de gorilas e que exportava muita madeira preciosa. Também, há alguns anos, li um romance policial norte-americano, *Murder in Cabinda,* onde foram assassinadas algumas pessoas em meio de típica vida africana de pretos, calor, muita bebida, corrupção de costumes e degeneração geral. Mas confesso que a Cabinda que eu vi durante alguns dias não parecia cenário nem de assassínios nem de gorilas e não vi nem uma nem outra destas coisas.

Cabinda goza de uma grande prosperidade e tem um movimento económico activo. Ainda que pequena, a sua exportação aumenta e os seus recursos parecem ser de grande interesse. Também é uma região onde o cristianismo tem penetrado bem profundamente. Uma maioria bem grande dos habitantes do enclave são já católicos. Durante certa manhã demos uma boa volta de carro para chegar até os começos da floresta grande. Nas aldeias por onde passámos não faltava a pequena capela, e como era domingo de manhã tornava-se interessante notar que na maioria dos casos se celebrava Missa, com assistência dum bom número de indígenas. Não se vê em Cabinda o primitivismo, por exemplo, do Sul de Angola, onde nas estradas e nos centros povoados o africano anda quase nu e as mulheres invariàvelmente com os seios descobertos. Em Cabinda há mais de Cabo Verde, por assim dizer, povo onde a evolução tem progredido considerávelmente e a lusitanização tem feito grandes avanços. Também sob o ponto de vista religioso Cabinda é terra de vocações. Vários padres indígenas da província vêm de Cabinda, onde depois de fazerem os seus estudos preliminares passam a Malanje, ao seminário, onde continuam e terminam. Aqui, como em toda a parte, predominam os padres do Espírito Santo, congregação que tem prestado enormes serviços à causa da civilização de Angola.

Uma tarde o governador conduziu-nos até Landana, na costa de Cabinda, onde existe uma grande igreja e o centro missionário. Esta é uma velha terra cristã, e junto do depósito de madeiras para exportação encontram-se as oficinas e outros estabelecimentos da missão. Notei aqui, como em outras partes da província, que nesta pequena vila havia, na rua e nas varandas das casas, muitas senhoras e raparigs europeias — pertencentes a famílias portuguesas, algumas delas estabelecidas há gerações neste território.

O governador falou-me dos indígenas, da sua lealdade a Portugal, da vontade inconfundìvelmente manifestada em tempos difíceis, quando os belgas aspiravam ao controle de todo o Baixo Congo, quando foram os mesmos pretos de Cabinda que defenderam com a maior insistência a soberania de Portugal. Pareceu-me uma resposta adequada ao argumento de alguns escritores, que vêem no regime português uma tirania desapiedada em que o preto sofre os tratos desumanos que lhe são infligidos.

A floresta grande, que fica já a alguma distância da cidade de Cabinda, é o começo da enorme extensão de selva que cobria esta parte de África. Será conveniente lembrar que África não é um continente de selvas escuras e impenetráveis, por onde o homem só logra atravessar com o machete ou faca de mato na mão. A zona da floresta está bem marcada e termina mais ou menos nesta região de Cabinda. Já para o sul, são planícies e campos mais abertos, de arbustos e vegetação mais baixa. Na verdade, é impressionante a entrada da floresta grande. A espessura das árvores, a abundância das plantas trepadoras, a densidade da folhagem e a escuridão produzida pelas matas entrelaçadas dão uma impressão de profunda solidão e de mistério. É terra de caça, mas, como é vulgar, quem vem passar apenas alguns dias vê pouco. As nossas impressões de África, obtidas nos filmes hollywoodianos, de um continente em cujas estradas aparecem girafas, elefantes e leões cada vez que o visitante sai de seu passeio, está longe da realidade. A vida animal em África vai desaparecendo, de tal maneira que só uma política de conservação rigorosamente aplicada será capaz de evitar que certos animais desapareçam. Não sei se o gorila está em vias de desaparecer, mas sei que não é muito provável vê-lo no decurso de algumas horas de deambulação pela floresta.

Podemos fazer a mesma observação para o resto de Angola. Meu filho, rapaz de 17 anos, que ia comigo, estava ansioso por ver caça maior. Na Guiné falaram-nos de patos e das delícias da sua caça, mas vir do Canadá para a Guiné Portuguesa, para ver patos, parecia um contra-senso. Em cada um dos lugares que visitámos, quando se perguntava sobre as possibilidades de caça, a resposta era geralmente a mesma: Por aqui há pouca, mas era só esperar e chegar a tal e tal lugar para encontrar tudo o que se pretendia. Na Guiné faziam o elogio de Angola como um centro de vida animal por excelência, onde se encontrava muita caça. Em Angola exprimiam a convicção de que já tinha desaparecido quase tudo e que era necessário visitar Moçambique para ver coisa interessante. E assim se foi andando sucessivamente, até chegar a Moçambique. Numa longa excursão a Quissama, que começa a desenvolver-se como reserva de importância em Angola, vimos durante o dia algumas espécies animais. No sul da província, durante três dias, passados com o administrador de Pereira de Eça, o Sr. Amândio Raposo, saímos uma noite às seis, mais ou menos, em um «jeep», com a intenção de surpreender alguma caça na floresta, pois é costume conduzir o «jeep» através do mato, pelas picadas que por lá existem, e, com os faróis iluminados, pode-se distinguir o esconderijo da caça. Durante três horas demos voltas, por entre árvores baixinhas e abundante capim, sem incomodar mais que os bichos pequenos e os insectos. Durante toda a correria vimos apenas três coelhos. Parecia trágico vir para o Sul de Angola com o intuito de ver caça e não tropeçar em mais que estes modestos animaizinhos.

Em Nova Lisboa, durante um jantar no palácio do governador do distrito, falaram-me nas possibilidades infinitas de Moçambique para a caça, garantindo que na região de Quelimane e sobretudo na Gorongosa não faltaria com certeza a oportunidade tão anelada. Mas um natural cepticismo apropriara-se de mim e já me parecia inevitável ter de partir de África sem conhecer a sua grande vida animal.

A vida institucional de Angola, não só na capital mas nas cidades interiores, é assombrosamente variada. Notáveis são os liceus de Luanda e Sá da Bandeira, e igualmente importantes porque demonstram o espírito prático da administração. Há centros como o de veterinária de Nova Lisboa, e o hospital, que estava ainda por terminar quando eu lá estive, mas que pelas suas proporções e comodidades pode comparar-se com os de qualquer cidade do Mundo. O director do centro veterinário, com quem passei algumas horas na visita à sua instituição, explicou-me em detalhe alguns dos problemas que se apresentam em África para o gado e para a protecção em geral da vida animal; problemas de tal importância que sem a sua solução haverá poucas probabilidades de que o africano avance econòmicamente. Não quero cair na tentação de exagerar excessivamente o aspecto económico, mas a pobreza de África, a sua miséria em tantos aspectos, não provêm da ausência de liberdade política ou de não ter parlamentos com ministros responsáveis. O problema de África vem da necessidade, ainda não completamente solucionada, de criar novas fontes de riqueza e de assegurar o progresso da vida agrícola rudimentar actualmente existente. Explicavam-me em Nova Lisboa como há em toda a África uma doença que tem destruído os porcos, e que até hoje não tem sido exterminada. Eu perguntava a mim mesmo se, na realidade, a administração que contribui para erradicar esta praga, que destrói irremediàvelmente uma das principais riquezas dos países, não faz mais pela África do que todas as conferências constitucionais, todas as manifestações políticas e toda a agitação, em nome dum nacionalismo que não existe, salvo na medida em que tem sido instigado e atiçado de fora. Em Malanje, onde a convite do governador visitei a granja experimental para a criação de galinhas, fiquei impressionado com este espírito de inovação económica que é a primeira necessidade dos africanos para sair do círculo vicioso de baixo consumo, devido à baixa produção e à ignorância técnica para melhorar a situação.

A situação religiosa de Angola merece algumas palavras, por ser bastante original, entre todas as províncias ultramarinas de Portugal. As missões nesta região remontam à primeira época dos descobrimentos, pois, desde a visita de Diogo Cão ao Zaire, a atenção dos portugueses foi atraída pelas possibilidades missionárias destes vastos territórios, partindo, três anos depois da segunda expedição ao Congo, o primeiro grupo de evangelizadores (12). Não nos detenhamos sobre os pormenores extraordinàriamente pitorescos daqueles reis do Congo dos primeiros tempos, das embaixadas constantes entre o Congo e a Europa que se mandavam e os grandes esforços que se faziam para que o cristianismo nascente se afincasse em profundidade no solo africano. Os missionários estabelecidos no Congo desceram, pouco a pouco, para Angola e em 1560, quando Paulo Dias de Novais lá foi, o cristianismo era conhecido, ainda que não propagado em todas as partes. Angola como as outras províncias sofreu os rigores da história com grave dano para a sua catolicidade: ataques de holandeses, preponderância da escravatura, despovoamento progressivo devido ao crescimento do Brasil, em que Angola ia a reboque. Depois a ilustração pombalina, e a seguir o século XIX, em que pouco menos se fez que conduzir a província à ruína. Não é preciso referirmo-nos às controvérsias em torno do Padroado e às dificuldades de jurisdição surgidas com a Santa Sé. A partir de 1866 missionários de origem estrangeira começaram a evangelizar uma área considerável de Angola. Apesar da sua abnegação e devoção, houve fricções especialmente pela presença de elementos *boers* na província e a suspeita de que os padres favoreciam quer a Inglaterra, quer a França, nas suas pretensões territoriais. No fundo da questão fica sempre o problema das missões como elemento de civilização nacional. A questão é duma actualidade vital, em vista da crise das missões em certas terras, especialmente orientais e africanas, onde o nacionalismo tem dominado os espíritos. Não é preciso mais que a leitura duma obra como a de Sardar Pinikkar, da Índia, *Asia and Western Domination*, para se compreender como as missões se consideram identificadas com a obra da potência dominadora. No caso de Angola tratava-se também de missionários católicos de nacionalidade não-portuguesa, justamente num momento, como depois de 1940, em que o Estado entregava às missões a tarefa delicada e sumamente importante de dirigir o ensino rudimentar e elementar dos indígenas. As missões instalam-se no território primordialmente para fazer cristãos. Sem dúvida. Mas, neste caso, estão também a fazer cidadãos da nação por meio das escolas fundadas por elas. E um dos elementos mais vitais sob o ponto de vista da política nacional é a difusão da língua portuguesa. É possível que missionários estrangeiros, ainda que competentes na Língua, não dediquem à sua propagação a mesma devoção e ardor que seria de desejar? Eu não posso responder por todos os casos, mas os que conheço, e são bastante numerosos, parecem confirmar que os missionários não-portugueses estão cumprindo admiràvelmente a sua tarefa. Cito o caso do

---

(12) A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia, ob. cit.*, págs. 260-261.

padre Vernocchi, italiano da Guiné, que evangeliza na região de Bafatá. Fala um português impecável, e sente-se vinculado à cultura portuguesa. Se não fosse pelo seu nome italiano não se pensaria que não fosse nacional. Ou o padre Henrique, reitor do Seminário de Malanje, com quem visitei as cataratas do Duque de Bragança, perto daquela cidade, e que são uma positiva maravilha da natureza. O padre Henrique é holandês, mas holandês aportuguesado. Nós falámos exclusivamente português e nada se podia dizer da sua leal colaboração no espírito da Concordata e do Acordo Missionário com as autoridades civis. Evidentemente será melhor que Angola, como as outras províncias, possua um clero nacional e no decorrer do tempo mesmo um número considerável de sacerdotes indígenas. Pois já os há, tendo eu assistido à Missa na Lunda celebrada por um padre de cor, e o número deles, sem ser extraordinàriamente grande, tende a crescer.

Angola está dividida normalmente em dioceses regularmente constituídas. Depois de Luanda, sede arquiepiscopal, há Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Silva Porto e provàvelmente não tardará a criar-se a de Malanje. Calcula-se para toda a província o número de católicos em mais de um milhão numa população de mais de quatro milhões (13).

A grande surpresa de Angola é o número elevado de protestantes. Sem dúvida é um dos territórios onde o protestantismo tem penetrado com mais êxito, contando actualmente mais ou menos meio milhão de fiéis. A presença das seitas evangélicas data de muito tempo e foram especialmente favorecidas depois da Conferência de Berlim, quando Portugal firmou o convénio em que se obrigava a não colocar obstáculos à obra dos homens de ciência nem aos missionários. Assim foi que pouco a pouco missões inglesas, norte-americanas, canadianas e suíças se estabeleceram na província até alcançar hoje uma posição de importância capital. A sua obra é principalmente realizada entre as massas indígenas com hospitais, escolas, clínicas e centros análogos. Existe uma aliança ou associação da maior parte dos protestantes com sede em Luanda, que coordena e sincroniza o trabalho.

Desde 1940 a situação tem sido mais difícil para eles. Com o Acordo Missionário, os católicos recebem ajuda directa do Estado e têm o direito de encarregar-se do ensino dos indígenas. Os protestantes evidentemente nada recebem oficialmente, sendo a sua actividade, inteiramente particular, mantida pelo estrangeiro. Tratam eles de induzir um número cada vez maior de portugueses a compartilhar nas missões para dar assim uma impressão de que protestantismo e lusitanidade não são coisas opostas ou pelo menos substancialmente diferentes. Antes de visitar Angola li muitas das suas obras e os relatórios dos missionários sobre a situação angolana.

---

(13) *Portugal em Africa* (Lisboa, Janeiro-Fevereiro, 1956, Vol. XIII, n.º 73, págs. 51 e seg.). Os algarismos são bastante reveladores a respeito da situação da Igreja em Angola:

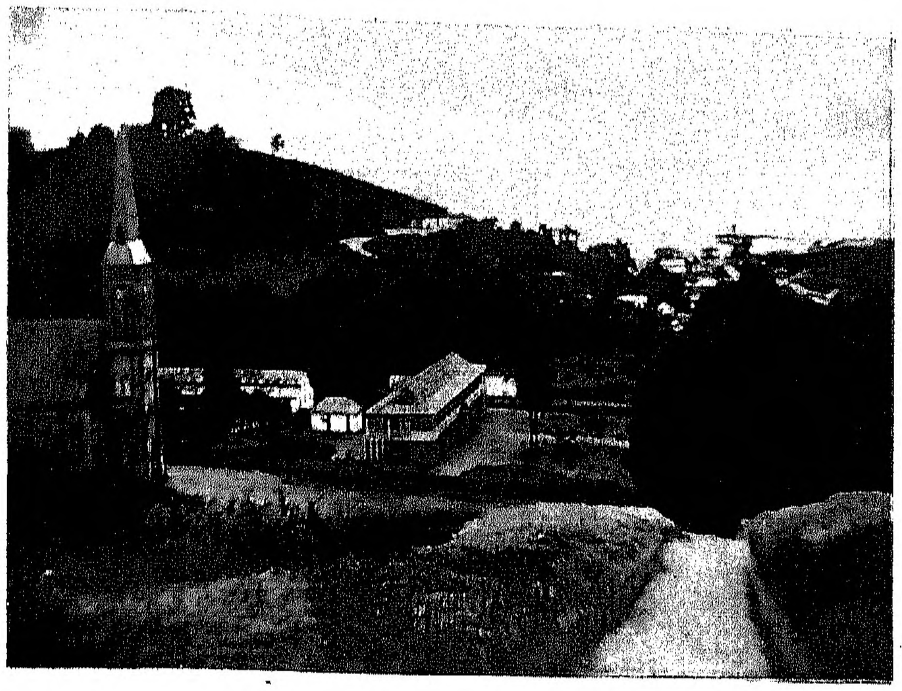
Diocese	*Católicos*	*Clero*	
Luanda	345 000	Seculares europeus	22
		Seculares indígenas	13
Nova Lisboa ...	498 713	Seculares europeus	18
		Seculares indígenas	26
Silva Porto	114 000	Sacerdotes missionários	56
Sá da Bandeira	153 326	Sacerdotes	44

Queixam-se das restrições e das dificuldades para entrar na província; dos problemas surgidos pela insistência sobre o ensino em português e de que todos os livros mesmo os de doutrina apareçam, no caso de serem publicados em língua indígena, com a tradução portuguesa ao lado.

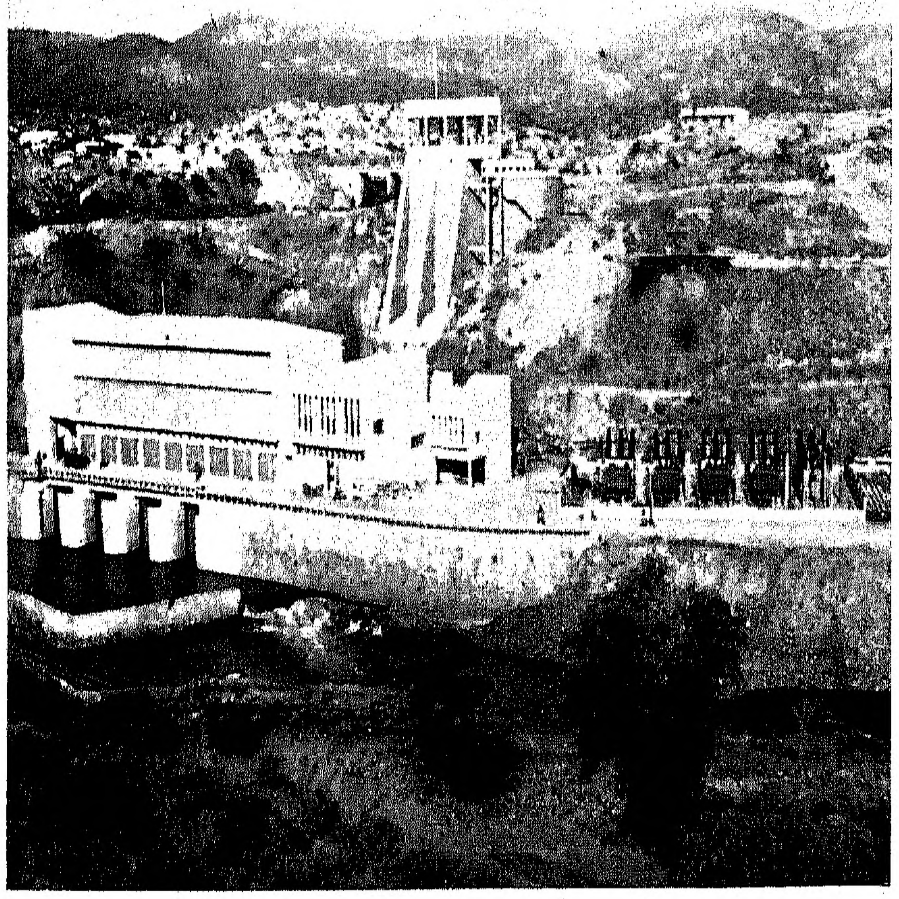
No fundo o problema é simples. As autoridades portuguesas aceitam o princípio de que o catolicismo representa o sentimento da Nação e que é a sua tradição. Se nós admitirmos que as missões são supranacionais na sua intenção, isto não quer dizer que necessàriamente estejam divorciadas da cultura e das aspirações de integração que animam o governo nacional. Criar protestantes em Angola não contribui para fazer mais intensamente portuguesa a província, pois, inevitàvelmente, os elementos que dirigem o ensino evangélico inculcam alguma coisa de diferente, se não hostil às correntes espirituais gerais. Que o missionário católico seja belga, francês ou holandês, importa pouco, pois comparte com o seu colega português das mesmas convicções e não está animado certamente por nenhum desejo de fazer dos indígenas angolanos, belgas, franceses ou holandeses. Não encontrei, entre o clero e os bispos que conheci na África Portuguesa, nenhum espírito de sectarismo cego, mas uma compreensão muito natural de que, na conquista espiritual dos indígenas, não pode ser vantajoso que se lhes apresente um cristianismo na sua forma anarquizada, deixando-lhes a escolha entre uma diversidade de seitas. Concluí que é eminentemente desejável que os africanos se integrem na civilização por meio do português e do catolicismo ao mesmo tempo. E não foi por intolerância de católico que julguei o protestantismo alguma coisa de exótico neste meio onde luta por manter-se contra a política imperante.

Deixei por conhecer muitas coisas em Angola: o centro dos diamantes, longe, na fronteira do Congo Belga, a região do Congo Português e sobretudo as cidades da costa, Lobito, Moçâmedes e Benguela. Não conheci os comboios excelentes que servem a província e que asseguram uma ligação com o território belga e a Rodésia. Não tive tempo suficiente para observar, com a atenção devida, as variedades de raças e de povos que habitam a província. Ainda fica muito por fazer neste domínio, segundo me dizia o Dr. Cruz, director do novo museu de Sá da Bandeira e excelente amigo, que sacrificou três dias do seu tempo para ir connosco visitar o sul da província. Feliz lembrança a do amigo Cruz, vivamente interessado, não só nos indígenas, mas também na caça de perdizes e de galinhas do mato. Entre Sá da Bandeira e Pereira de Eça, que espectáculo variado e cheio de colorido o daquelas indígenas com penteados bem exóticos e tatuagens não menos inesperadas! Na estrada que vai de Sá da Bandeira por Chibia, povoação onde se encontra uma forte mistura de raças, Gambos, Cohama até ao Forte Roçadas e logo a vila de Pereira de Eça, as mulheres do subgrupo dos Gambue, as nhanecas, que apareciam e ficavam impassíveis quando nos propúnhamos tirar alguma fotografia. Raro encontrámos algum homem, e as mais das vezes fugiam antes de podermos falar com eles, tornando-se impossível tirar a foto, pois, se iam com espingarda de caça, receavam ser presos, porque a lei é severíssima no capítulo que se refere ao uso de armas de fogo pelos indígenas. Mas alguns, mais velhos, vestidos com uma espécie de redingote ou sobrecasaca rafada, consentiam em posar, orgulhosos da distinção que lhes prestava tão miserável prenda. Dizia-me o Dr. Cruz, entre perdiz e perdiz e indígena e indígena, que ainda não estavam bem conhecidas as tribos de Angola, nem feita a classificação racial. Referiu-se ele a certos elementos na região de Pereira de Eça que ainda não estão incorporados nas listas dos agrupamentos raciais. A estrada passa raras vezes por centros de população, salvo em alguns lugares onde se tem fixado a administração ou os estabelecimentos de comércio. Os indígenas preferem ficar afastados das estradas, servindo-se delas só para ir de um lugar a outro.

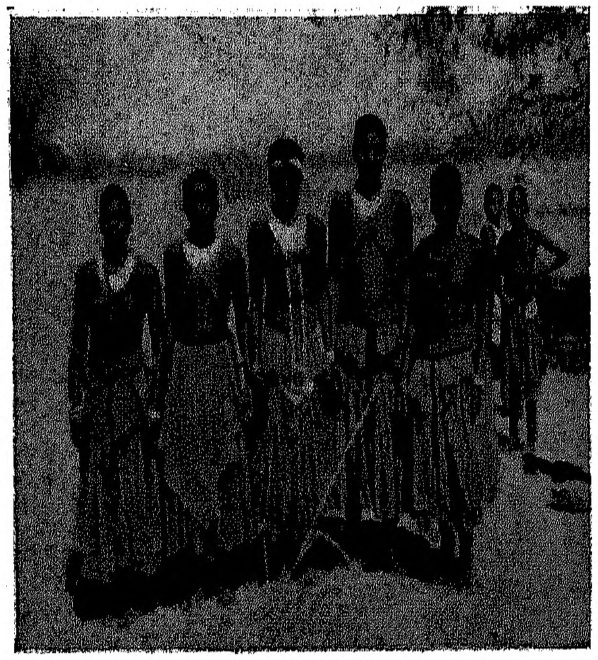
Pereira de Eça fica a pouca distância da fronteira com o território do sudoeste africano, região que antigamente pertencia à Alemanha e que passou depois, sob o regime de mandato, à União Sul-Africana. É especialmente conhecido por ter constituído motivo de litígio entre o governo nacionalista da União e o Conselho de Curadoria das Nações Unidas, sem falar da Assembleia Geral, de onde a África do Sul se retirou para protestar contra a política de intromissão do organismo internacional. Depois de passar na estrada por uma missão onde um alsaciano e um goês se ocupam da expansão da Fé, combinação que é bastante típica da vida católica de Angola, chega-se à fronteira. O sudoeste africano oferece pouco interesse, pois a sua capital, Windhoek, fica a uns 800 quilómetros de Angola e antes de lá chegar há relativamente pouco que ver. Com o administrador de Pereira de Eça e os amigos que nos acompanhavam penetrámos em território sul-africano, depois de cumprimentar o administrador ou comissário encarregado deste posto. Foi curioso notar a diferença entre as condições materiais dum funcionário em território sul-africano e do seu colega português. Aqui no Sudoeste, a casa do administrador assemelhava-se totalmente às dos indígenas, tecto de folhas, e cerca dentro da qual podia



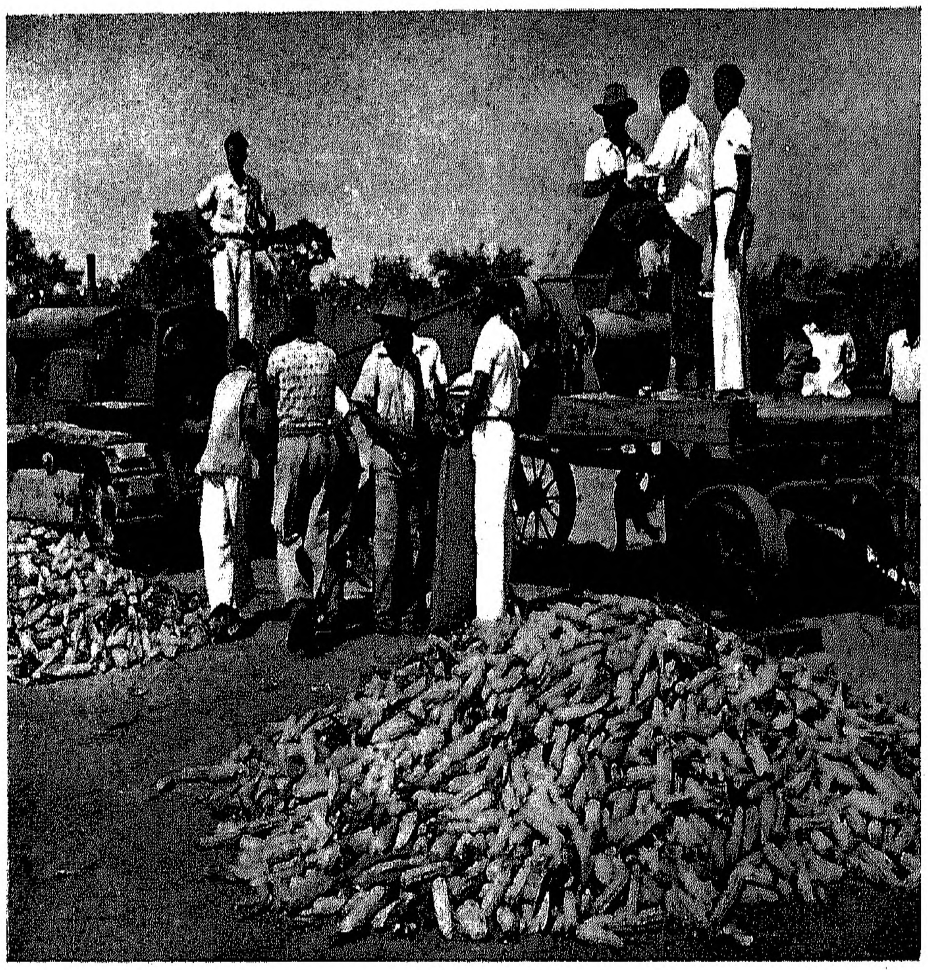
Trecho da vila de Lândana, em Cabinda



Central eléctrica da Barragem do Biópio



Grupo de raparigas do sul de Angola



Faina agrícola no Povoamento de Caconda

manter-se a família isolada de todo o contacto directo com a outra gente. Na realidade o interior da casa era muito engraçado, e ficámos algum tempo para tomar o habitual whiskeyzinho com este simpático casal. Logo, com a autorização necessária andámos alguns quilómetros e fomos a um estabelecimento comercial que servia o distrito e onde os preços de certos artigos de fabrico sul-africano eram moderados. Impressionou-me a observação do comissário sul-africano quando partimos: «Peço-lhe desculpa pela modéstia da minha casa, mas infelizmente o nosso governo não considera necessário instalar-nos de forma comparável à dos nossos colegas portugueses».

MOÇAMBIQUE

A viagem pelos T. A. P. a Lourenço Marques não oferece nada de original, pois trata-se de uma viagem como todas as internacionais: a mesma gente, as mesmas hospedeiras, os mesmos pilotos, as mesmas atenções constantes e a mesma tendência para comer. Sobre o planalto angolano agita-se o avião como de costume, entre as muralhas das altas montanhas e os profundos vales. Logo voa sobre a Rodésia, e a um momento dado chamam a atenção as cataratas de Vitória, lá em baixo ao longe, que parecem uma verdadeira miniatura. Logo cai a noite e à volta das nove anuncia-se a aterragem em Lourenço Marques.

A introdução à província de Moçambique é razoàvelmente típica no conjunto. Lourenço Marques é infinitamente menos português na sua fisionomia que Luanda. As grandes avenidas, os arvoredos abundantes e o ar profundamente oriental, graças à presença de numerosos indianos e chineses, constituem uma prefiguração do Extremo Oriente. Aqui nota-se que as influências asiáticas, que tanto têm contribuído para a história da África Oriental, se impuseram de tal maneira que marcam o carácter e os costumes da gente. Logo que o visitante se instala no Hotel Polana, antiga construção que lembra alguma hospedaria vitoriana, encontra um ambiente de chá e de velhas damas em intermináveis reuniões sociais. O pessoal é indiano e inglesa é a língua da casa. Tive até algum trabalho para que me respondessem às vezes em português. Por instinto, diante do forasteiro, dirige-se-lhe a palavra em inglês. Durante a época de Inverno há uma influência fantástica de sul-africanos; de corpulentas senhoras *afrikanders,* de senhores loiros com grandes charutos, de pequenos *boers* vindos do *hinterland* do Transval e do Estado de Orange, que fogem aos rigores do clima frio do altiplano, para se deleitarem com o sol e com as brisas da costa. Os grandes enchem o Polana e outros hotéis de luxo que dão para o mar; a gente modesta chega em automóveis e com tudo o indispensável para acampar à beira das estradas costeiras. Conhecem-se por «turistas da banana», pois trazem tudo o que faz falta, até os toldos para guarnecer juntamente com os utensílios de cozinha e os comestíveis, levando um pouco a vida errante dos ciganos. Em todos os lugares de recreio pela costa, o espectáculo é o mesmo. Perto de Vila João Belo, na praia onde passámos a última noite em Moçambique, os casais idosos e os novos, todos sul-africanos, divertiam-se no ritmo acelerado das danças dos *afrikanders,* que têm não sei que combinação de holandês e de suíço. Mais ao norte, na região da Beira, pela excelente estrada que une a costa com o interior africano, circundam em abundância os automóveis rodesianos, cheios de turistas de Salisbury e das vilas e cidadezinhas daquele país. Dir-se-ia que Moçambique serve de saída, de janela sobre o mundo, para os habitantes do interior, que acham aqui solaz para os seus quefazeres normais.

Dizem, mas sobre isto não posso julgar, que muitos vêm para buscar algumas semanas de repouso por causa da tensão social que reina na União e em territórios contíguos, onde as constantes preocupações de raça desgastam o organismo psíquico e exigem um alívio periódico. O facto é que em Lourenço Marques, na estupenda Baía de Delagoa, se reflecte muito mais a sociedade anglo-africander que Portugal. Ao mesmo tempo, a capital é o grande porto, e término do caminho de ferro que liga uma grande parte da África do Sul com o oceano. Casas comerciais sul-africanas, bancos e agências de toda a espécie abundam, para dar um aspecto de Joanesburgo, ligeiramente tropicalizado, e governado por Portugal. É verdade também que Moçambique não tem recebido, nas mesmas proporções, imigrantes portugueses e por conseguinte não há nesta província aquele contingente forte que vai modificando sensìvelmente a natureza humana de Angola.

As costas moçambicanas estendem-se por 2785 quilómetros com uma fronteira terrestre muito irregular e até caprichosa. Em contraste também com Angola, sofre pressões consideráveis dos vizinhos. Em Angola nunca tive a impressão da proximidade da África do Sul, salvo talvez no sul da província, quando pela rádio do automóvel escutávamos árias transvalianas da estação radiofónica de Joanesburgo. Mas em Moçambique, cercada de todas as partes por territórios britânicos ou antigamente britânicos, a sensação é outra. Nas suas fronteiras estão, no norte, Tanganica, confiada à Grã-Bretanha pelas Nações Unidas, pelo ocidente a Niassalândia, onde se agita a questão da união com as Rodésias numa federação, mais ao sul a Rodésia do Norte e do Sul, depois o Transval, província da União da África do Sul, a Suazilândia, protectorado britânico separado da União, e finalmente o Natal, pertencente também à União.

Històricamente, Moçambique tem passado por vicissitudes que são a consequência desta posição um pouco anómala. Se Portugal tivesse podido realizar a grande aspiração, como resultado das expedições de Serpa Pinto e outros, de unir através de África as duas províncias de Angola e de Moçambique, a uniformidade entre as duas províncias teria certamente sido muito maior. Mas o sonho de Cecil Rhodes veio liquidar esta ideia e os britânicos instalaram-se permanentemente no coração de África para deixar o império português partido em dois.

A história primitiva de Moçambique, no momento da chegada dos portugueses, ilustra eloquentemente um aspecto de África que os românticos em coisas africanas costumam esquecer: que os povos indígenas viviam num estado de perpétuo sobressalto; que lhes faltavam radicalmente as condições mais essenciais de paz, e que a vida era profundamente precária. Roubos e invasões, incursões e violências marcavam esta época até à imposição de uma paz que assegurava os bens e as vidas. Em Moçambique dá-se o caso da presença de fortes elementos muçulmanos, especialmente no norte e centro, gente meio arabizada, que viu nos portugueses uma concorrência perigosa, intrigando para incitar os demais pretos contra os recém-chegados. A evolução de Moçambique tem dependido, em diversas etapas, da história de factores externos ao seu próprio ser, e de influências que procediam da Ásia ou do mundo árabe. Mesmo as grandes divisões em que se baseiam os historiadores para marcar esta evolução revelam esse estado de dependência de elementos estranhos:

I. A primeira época, durante a qual Moçambique é o tipo de colónia-feitoria, desde a sua descoberta até 1752, quando foi separado da Índia.

II. A segunda época, em que dominam as características de colónia de plantação.

III. Formação verdadeira por meio das leis, que dura até fins do século XIX.

IV. A época contemporânea, em que Moçambique foi ocupado integralmente nas lutas contra os elementos rebeldes, e o triunfo final da política portuguesa (¹).

Como temos dito, muito antes da chegada dos europeus, os árabes conheciam já esta costa, tendo comerciado com os indígenas até Sofala. É possível que este comércio se não tenha estendido mais longe que Sofala, devido ao regime das monções (²). Assim foi que uma porção considerável de território ao sul de Sofala não foi aberta aos contactos exteriores até ao estabelecimento dos portugueses. As intenções originais não eram colonização mas comércio, como o revela o facto de Lourenço Marques, ainda que visitado em 1502, não ser ocupado até 1544.

Depois do desaparecimento do comércio com a Índia, por motivo das explorações e navegação em África, Mo-

---

(¹) José Justino Teixeira Botelho, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique da Descoberta a 1833* (Lisboa, 1934, pág. 38).

(²) Oliveira Boléo, *Moçambique* (Lisboa, 1951, pág. 97).

çambique ficou isolado, pois o seu clima não atraía os colonos, nem parecia prestar-se para a fundação de uma colónia permanente. A fraqueza da Metrópole durante o século XIX, e as ameaças graves que caíram sobre Moçambique nos fins deste século, mostraram que não seria possível conservar esta província sem a povoar ou pelo menos sem afirmar, de uma maneira concreta, a soberania. Justamente no interior, nos territórios fronteiriços da província, a expansão britânica seguia a sua marcha aceleradamente, para explorar metòdicamente o território de Cabo Delgado, nas mãos da Companhia do Niassa em 1894, e a região da Beira, nas da Companhia de Moçambique em 1892.

É importante assinalar que estas companhias, bem como uma parte importante da vida económica da província, dependiam de capitais estrangeiros. Os da de Moçambique eram principalmente anglo-franceses, e os da do Niassa, metade franceses e metade britânicos. Podia dizer-se em 1911 que «o comércio exterior era quase inteiramente feito pelos estrangeiros» (³).

A revolução de 1926 e outros dois factores igualmente importantes abriram uma nova época para Moçambique. Ao lado da estabilização política de Portugal, tão absolutamente vital para a reafirmação efectiva da soberania e a integração moral do Império, os novos métodos para combater as doenças tropicais e o desenvolvimento do sistema interior de transportes vieram favorecer notàvelmente o progresso da província. Moçambique teve, durante muitos anos, uma das piores reputações quanto às pragas tropicais: malária, doença do sono e outras. Ainda que não tenham sido inteiramente eliminadas, a situação de hoje é incomparàvelmente superior à de há cinquenta anos. Como na Guiné, onde o mesmo fenómeno se verifica, a campanha activa contra as doenças tem-nas limitado a certas regiões muito precisas.

Ainda hoje, apesar do que se tem feito, a ideia subsiste de que o interior de Moçambique é um verdadeiro inferno, que ameaça a saúde de quem por lá viajar e constitui um grave risco mesmo para a vida. Eu tive a experiência, na região de Gorongosa e especialmente no acampamento de caça de Kanka N'Tole, de sofrer a picada constante de moscas responsáveis pela doença do sono. Tinha os braços, que ficavam descobertos, durante as excursões, cheios de grandes manchas pretas, bem inflamadas e que provocavam um ardor insofrível. O Sr. Alberto de Sousa Araújo, administrador do acampamento, de quem falarei oportunamente, assegurou-me que as picadas não eram das moscas tsé-tsé, portadoras da doença, e que, embora fossem uma maçada, não eram causa de nenhuma preocupação.

Ao mesmo tempo, o transporte por terra, por caminho de ferro e sobretudo por avião tem revolucionado as possibilidades de toda a área. Hoje a rede interior de aviação é excelente, permitindo o deslocamento rápido de Lourenço Marques a quase todos os pontos de alguma importância da província. Eu fui para a Beira, Inhambane e outros lugares em coisa de duas ou três horas e é igualmente fácil alcançar o norte em Nampula e Porto Amélia. As estradas são em geral boas, sobretudo na época seca. As de terra sofrem evidentemente com as chuvas torrenciais, que tinham começado quando lá estive, e mesmo o cacimbo ou chuva miúda incomoda consideràvelmente.

(³) Angel Marvaud, *Le Portugal et ses Colonies* (Paris, 1911, pág. 237).

E que diremos da população de Moçambique? Calcula-se em 5 031 955 africanos e 24 438 europeus com 15 000 mais ou menos de mestiços (4).

O *Anuário da Província*, 1956-1957, dá uma cifra mais elevada, com um total de 5 764 262, dos quais uns 66 000 eram europeus (5). A população chamada civilizada anda por 117 405, o que permite a conclusão de que a percentagem dos indígenas assimilados é ainda um pouco reduzida (6). O número de indianos calcula-se mais ou menos em 13 a 15 mil, cuja influência é semelhante à exercida por eles no Quénia e em outras partes da África Oriental, constituindo, até certo ponto, problema de menos importância em Moçambique que nos outros territórios onde se debate a questão da sua posição política. Da população total cinco por cento é católica — um contraste extraordinário com Angola — e uns dez por cento muçulmana. Neste último caso, uma proporção considerável dos islâmicos são indianos ou originários do Paquistão. É curioso observar, mesmo em Lourenço Marques, bastante afastado dos verdadeiros centros de influência muçulmana, que existem mesquitas e uma grande escola corânica. Os protestantes, ainda que activos, não têm atingido o nível de conversões de Angola, registando só 1,7 por cento do total.

O problema da mestiçagem apresenta-se mais difícil talvez em Moçambique do que nas outras províncias. Os

---

(4) *Africa south of the Sahara. An assessment of human and material resources* (Sputh African Institute of International Affairs, 1951, pág. 242).

(5) *Repartição Técnica de Estatística. Anuário Estatístico 1952* (Lourenço Marques, 1954, pág. 19).

(6) *Anuário da Província de Moçambique, 1956-57,* 40.ª edição (Lourenço Marques, 1957, págs. 23-27).

indígenas pela maior parte pertencem à raça banta, dividida e subdividida em tribos e línguas (7).

O Prof. Mendes Corrêa, citando um texto de Ernesto de Vasconcelos, observa que a classificação destas tribos é difícil porque pertencem todas à grande família banta, mas divididas entre si pela língua e por uma infinidade de pormenores de organização interna e de costumes (8). O que é certo é que há tongas e rongas, chopes e sengas, angonis e yaos, com ramificações dentro de cada um destes grupos. As línguas são igualmente múltiplas, encontrando-se em Moçambique uma grande variedade segundo a região, mas todas elas pertencentes ao grupo linguístico banto.

Um moçambicano, estudante nos Estados Unidos, descreveu a sua província de origem dizendo que a população africana é composta de dois grupos principais: os do norte, que empregam o kisuahili e que são em parte muçulmanos, e os outros, que são a maioria e pertencem linguisticamente aos bantos. Ocorre em Moçambique a mesma situação de outros territórios africanos onde as fronteiras nacionais não coincidem com as étnicas. Assim é que o povo tsonga de Moçambique Meridional forma só a metade, mais ou menos, desta tribo, que vive também na Rodésia e na União da África do Sul (9).

Um aspecto da vida de Moçambique que tem sempre chamado a atenção, da mesma maneira que o suposto trabalho forçado de Angola, é o contrato, por meio do qual trabalhadores indígenas têm ido para as minas da União da África do Sul. Durante algum tempo as condições económicas da província obrigavam os indígenas a agir assim. O governo português ocupava-se dos contratos e protegia os seus interesses. Hoje a tendência é contra esta política. Falei com um número considerável de trabalhadores e agricultores um domingo, pela tarde, na sede da administração de Manhiça, onde fui cumprimentar o administrador e conhecer o sistema extraordinário de cooperativas que ali se têm desenvolvido. O administrador convocou um grupo de vinte ou trinta dos notáveis da região, e de gente que tinha participado, em alguns casos, dos trabalhos nas minas. Perguntei a um deles porque não iam agora os indígenas em tão grande número trabalhar nas minas, e respondeu-me que já a economia de Moçambique permitia que a gente ganhasse a vida mais decorosamente, não sentindo a mesma necessidade. Mas ainda subsistia uma dificuldade importante, e era que, para os novos, passar alguns anos nas minas da União era indispensável, pois de outra maneira não mereciam o respeito e consideração das raparigas. As africanas costumavam — e creio que ainda costumam — insistir em que o futuro noivo tivesse a seu crédito um certo tempo nas minas, onde teria ganho muito dinheiro e teria sobretudo firmado, fora de toda a dúvida, a sua condição de hómem de bem. Este elemento de prestígio social a respeito do trabalho contratado assemelha-se muito à mesma noção que encontrei em Ghana, onde as meninas preferem um homem que tenha estado em Londres, pois assim há alguma certeza de que faz parte da elite e não ocupará um posto inferior no serviço público.

---

(7) Alberto V. M. Simões, «Características da mestiçagem moçambicana» em *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* (Lourenço Marques, Janeiro-Fevereiro, 1955).

(8) Mendes Corrêa, *Raças do Império, ob. cit.*, pág. 511.

(9) Eduardo Mondlane, «Mozambique» em *Africa in the Modern World* (Chicago, 1955, pág. 233).

Falei do sistema de cooperativas. A brevidade destas páginas não permite que descreva em pormenor esta obra, que interessa muito activamente às autoridades. Uma das preocupações da minha visita a Moçambique foi a de evitar passar todo o tempo nas cooperativas. Eu conheci as de Manhiça e, mais tarde, as de Zavala, onde fiquei também admirado da excelência da organização e da maneira escrupulosa como os administradores se têm devotado às exigências morais do verdadeiro cooperativismo, quer dizer, sem introduzir excessivamente a nota paternalista, mas deixando aos indígenas, na medida do possível, a direcção e o controle das operações. Os resultados parecem ter sido muito bons, a julgar pelas expressões que ouvi dos interessados e pela inspecção que pude fazer a tudo, desde as empresas até à contabilidade. Não posso deixar passar a ocasião sem fazer esta referência a Zavala e exprimir um profundo reconhecimento por ter passado quatro ou cinco horas, um domingo pela tarde, com o administrador e sua esposa, que nos receberam com a generosidade e hospitalidade que distingue a gente ao serviço do Estado em toda a África. O que mais atrai em Zavala, depois das cooperativas, são os marimbeiros, ou grupos de indígenas que tocam marimba. Organizou o senhor administrador um grupo de uns vinte, ao ar livre, sob as árvores, ao cair da tarde, e depois da sua música, entre marcial e alegre, homens e mulheres dançaram até à nossa partida. Não tinha visto até então danças mistas em que participavam ambos os sexos. Geralmente são ou mulheres ou homens sós. Em todos estes lugares os elementos mais interessantes são os régulos ou chefes indígenas. O de Zavala, vestido rigorosamente de gravata e casaca, morava numa casa tão elegante e moderna como qualquer da Europa. Era um exemplo bem acabado do preto perfeitamente evoluído e integrado na ordem social portuguesa.

Como em toda a parte, interessava-me muito, mas especialmente em Moçambique, a situação religiosa, pois, de todos os territórios portugueses que visitei, mais que nunca me impressionou a necessidade urgente da expansão da fé católica, para assegurar não só o bem-estar espiritual de milhares de pagãos que jazem ainda na idolatria, mas para garantia da política assimiladora de Portugal. Paganismo e lusitanismo parecem-me termos dificilmente conciliáveis; urge, portanto, fazer o subre-humanamente possível para que a Fé seja propagada entre as massas que se acham ainda sob o império do animismo. As missões católicas representam uma presença de muito velha data, desde as primeiras que na companhia dos navegantes se estabeleceram na foz do Zambeze. Este rio desempenhava um papel semelhante ao do Congo na costa ocidental: centro estratégico para os estabelecimentos costeiros e ponto de penetração no sertão do interior, com as riquezas minerais de que tanto se falava naquela época. Moçambique foi, durante muito tempo, uma espécie de escala obrigatória, ponto de descanso na rota da Índia. Os missionários que se dirigiam ao Oriente passavam amiúde por lá. São Francisco Xavier conheceu esta terra, onde pregou antes de seguir viagem para a Índia. A necessidade de invernar em Moçambique, para as naus no comércio da Índia, fazia que a província contasse com numerosos sacerdotes de passagem. Mas aqui encontravam outro espírito e uma atitude diferente da do Ocidente, onde os africanos se mostravam dóceis e dispostos a receber a palavra de Deus. Em Moçambique, o Islão tinha já mudado o ambiente, e primeiro havia que vencer a hostilidade ao cristianismo, que é fundamental naquela religião. A partir de 1559, missionários chegaram mais regularmente da Índia, de que dependia Moçambique, para intentar uma conversão mais em regra.

Nada há de mais dramático que a história da obra dos missionários, durante aquele longínquo século, entre os pagãos e selvagens de Moçambique, a conversão de Monomotapa, poderoso régulo, e várias centenas dos seus súbditos, as dificuldades inumeráveis para explicar não só a doutrina mas a prática cristã, tão incompreensível e fora do alcance dos bárbaros. Este chefe indígena, seduzido pelos muçulmanos, voltou-se contra os cristãos depois de ter sido baptizado, e mandou matar aleivosamente o padre Gonçalo da Silveira, mártir da fé de Cristo em terras moçambicanas. Este martírio não foi em vão, pois mais tarde vieram dominicanos e outros continuar o ímprobo labor começado pelos primeiros esforçados e valentes cavaleiros de Cristo. Jesuitas e outros contribuíram para este florescimento primitivo da Igreja em Moçambique. Depois, nos séculos XVII e XVIII, começou a decadência, a que o padre Silva Rego chama «a precipitada corrida para o abismo» (10). A expulsão dos jesuítas enfraqueceu notàvelmente as missões da mesma maneira que sucedeu no Brasil e nos territórios sujeitos à Espanha, de onde foram igualmente expulsos, deixando atrás de si um imenso vazio no apostolado e na educação. Em 1855 não havia um só missionário a percorrer o sertão moçambicano.

A situação desastrosa da Igreja pode medir-se pelo facto de que entre 1840 e 1875 só partiram de Goa uns 23 padres para Moçambique; de que, durante trinta anos, Lourenço Marques não teve um só sacerdote, e de que em 1871 não havia na província mais que oito padres, entre eles um só metropolitano. Este panorama não podia ser mais desolador. O milagre é que a Igreja, apesar de golpes tão rudes, tivesse podido sobreviver e não sucumbir totalmente, pois os inimigos vinham de todos os lados. Lembremo-nos de que o primeiro antagonismo veio do próprio Estado, indiferente ou hostil; dos muçulmanos, atentos sempre à menor fraqueza dos cristãos e ardentemente desejosos de triunfar sobre eles; da facilidade com que os indígenas, uma vez convertidos, recaíam no paganismo, sobretudo quando faltava a assistência do sacerdote e a constante vigilância da autoridade eclesiástica, e finalmente dos protestantes, que se introduziam nesta época para complicar uma situação já bastante complexa (11). Como falámos da influência económica e social sul-africana e britânica em Moçambique, será também lícito referirmo-nos à influência puramente espiritual, que tem sido indiscutìvelmente grande. Um autor protestante distingue, entre as influncias que se têm exercido, e que geralmente se confundem: as actividades colonizadoras e económicas dos ingleses e holandeses, que, desde o século XVII, exerciam pressão sobre as possessões portuguesas, e a actividade dos protestantes: britânicos, suíços, norte-americanos, suecos e *boers* (12). Este mesmo autor admite que

---

(10) A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia, ob. cit.*, pág. 341.

---

(11) Foi justamente durante a época de maior decadência missionária quando os evangélicos fundaram a sua primeira missão em Moçambique, a do *American Board of Commissioners for Foreign Missions* em 1879. Depois os metodistas e a missão suíça estabeleceram-se no território para expandir a sua obra. Os anglicanos vieram mais tarde, a fins do século, com a sua missão que se conhece hoje como a diocese de Lebombo.

(12) Eduardo Moreira, *Portuguese East Africa* (Londres, 1936, pág. 60).

em Portugal tem havido uma oposição importante às missões protestantes por compreensíveis razões nacionais. Mesmo na questão do emprego das línguas vernáculas no ensino para a propagação das ideias religiosas, muitos protestantes têm compreendido que é necessário aceitar os postulados do Estado português de que a língua nacional deve ser o instrumento de civilização (13).

A situação de hoje é completamente diferente. Estive umas duas horas certa manhã, em Lourenço Marques, com Sua Eminência o Cardeal Arcebispo, D. Teodósio Clemente de Gouveia, que, entre outras coisas, me fez um breve quadro da evolução da situação católica na província durante os anos que ele tem estado em África; quadro realmente extraordinário, e que mostra até que ponto são grandes os benefícios derivados da Concordata e do Acordo Missionário. Hoje Moçambique possui numerosas dioceses além de Lourenço Marques: Beira, Quelimane, Nampula e, mais recentemente ainda, Porto Amélia, com um clero que vai crescendo constantemente, incluindo os primeiros sacerdotes africanos, o que testemunha a vitalidade e vontade de acção da Igreja moçambicana.

Há tendência para comparar desfavoràvelmente Angola com Moçambique, e chegar à conclusão de que esta província é mais irredutivelmente hostil à penetração cristã. Na verdade, a dita comparação não pode considerar-se bem inspirada, nem mesmo bem baseada, pois os problemas não são os mesmos e os métodos são também necessàriamente diferentes. É tempo de compreendermos que a África não é um conjunto idêntico, mas sim formada por uma infinita variedade, em que as questões humanas, como as sociais e até mesmo as políticas e religiosas, são diferentes numa parte e na outra. Moçambique oferece certas dificuldades distintas das de Angola, e sofre pressões e tensões que talvez a grande província ocidental não conheça. Mas no fundo, se se aplicar a mesma doutrina e a mesma inspiração, a finalidade será invariável.

---

(13) Eduardo Moreira, *Portuguese East Africa* (Londres, 1936, págs. 66 e seg.).

Volto a tratar, dentro da brevidade imposta pelas dimensões reduzidas duma relação de viagem, de problemas e impressões que constituem a questão vital e talvez dominante da posição dos indígenas. Não creio que o regime português sofra crítica mais acerba que a que se refere ao futuro dos indígenas e à sua evolução. Tome-se qualquer autor, especialmente entre os estrangeiros que têm escrito acerca dos territórios portugueses, e, tarde ou cedo, lá se encontrará alguma referência, geralmente adversa, aos métodos actuais e às intenções ulteriores de Portugal em África. Critica-se, as mais das vezes, a lentidão, a aparente indiferença dos portugueses pelo desenvolvimento *político* dos africanos e as hesitações e vaguezas a respeito do avanço das instituições capazes de lhes dar uma participação activa e eficaz na coisa pública. Estará bem fundamentada esta posição? Eu tratei do assunto em toda a parte da África Portuguesa, em conversas intermináveis com os funcionários e administradores, e muitas vezes com os próprios africanos, a fim de esclarecer o meu próprio espírito sobre este problema.

Para os que seguem uma orientação sistemàticamente anticolonialista, sem matizes e sem excepções, vendo na simples presença do europeu em África um crime e uma afronta, é evidente que a política de Portugal merece desaprovação. Parece uma contradição nos tempos que correm; um paradoxo num mundo dedicado a fazer surgir, com uma rapidez vertiginosa, novas nações e novas entidades independentes. Já falei deste ponto, superficialmente, quando evocava certas impressões da Guiné. Volto a tratar do assunto, sob o ângulo de uma experiência mais vasta e mais variada, tendo visitado quase toda a África Portuguesa, e muitos territórios sob o domínio doutros países europeus. Não me referi ainda expressamente nestas páginas à África Francesa, Belga ou Britânica, pois tenho querido limitar-me estritamente ao mundo lusitano. Mas convém dizer algumas palavras, de passagem, sobre o que vi nas outras Áfricas, que contrastam, sob tantos pontos de vista, com a Portuguesa.

A África Francesa, que abrange a Ocidental e a Equatorial, está submetida actualmente a uma elevada tensão psicológica, que se traduz inevitàvelmente em termos políticos. O grande problema é a solução da questão das relações que devem prevalecer entre a metrópole e as possessões ultramarinas; questão que está longe de ficar resolvida com a última legislação aprovada em Paris e as ideias de Comunidade para uso das ditas possessões. No Senegal, na Costa de Marfim e no Dahomé, principais territórios franceses visitados, fiquei impressionado pela celeridade com que se vão desenvolvendo as coisas, sem haver tempo para uma madura reflexão, ou para uma prudente evolução. Cada medida proposta por França parece chegar tarde e não satisfazer as exigências, sempre mais velozes, dos indígenas. A agitação política faz subir a temperatura de todas as populações, sem que exista uma base de comum acordo sobre as soluções precisas a tomar. A França colhe os frutos de um século, em certos casos, de formação do africano, à imagem e semelhança dos metropolitanos, e a situação presente parece confirmar que a política de assimilação fracassou. A que se deverá este aparente insucesso dos franceses? Não à nobre intenção, nem a malévolos propósitos inconfessáveis, mas simplesmente à confusão do mundo moderno, e, até certo ponto, à confusão do pensamento colonial na metrópole. Que quer a França realmente? A paz no ultramar, sem dúvida. Mas não se vê claramente se a tendência é para uma independência eventual, o que parece provável, se para uma série de medidas provisórias cujo propósito é protelar este triste desenlace.

A situação britânica é fundamentalmente diferente. Na África Ocidental os britânicos foram-se embora, ou preparam-se para a partida. Tanto os conservadores como os trabalhistas estão de acordo sobre a independência; estes últimos, numa declaração de alta política colonial, têm exprimido a preferência pela independência de todos os povos ainda submetidos a um governo alheio. De maneira que falar de «colónias» britânicas e de política para com os indígenas carece, até certo ponto, de realidade no momento actual.

E os belgas? A Bélgica faz figura da primeira nação do mundo de hoje, que resiste, não só às pressões para uma independência prematura do Congo, mas que denuncia formalmente nas Nações Unidas as manobras dos países chamados anticolonialistas que pretendem forçar-lhe a mão (14). Com um valor moral muito grande,

---

(14) Os motins em Léopoldville e logo Matadi, que provocaram as declarações do rei belga oferecendo a independência como finalidade da evolução da comunidade congolesa, modificaram as bases mesmas da presença belga no Congo. Uma defesa da eman-

Mulheres do sul de Moçambique

Vista parcial de Lourenço Marques

Depois de uma caçada, em Kanga N'Tola

Manada de bufalos na Reserva da Gorongoza

os belgas têm sustentado o que se chama normalmente «a tese belga», em que os benefícios indiscutíveis da colonização são reafirmados e defendidos. Os belgas insistem muito, sobretudo, em que os que denunciam os horrores do colonialismo têm bem pouco direito de falar nele, pois no interior de muitos países que estão na vanguarda da campanha anticolonialista existem situações que não se diferenciam das das piores colónias.

Convém lembrar que a tendência actual para atribuir aos europeus toda a responsabilidade das guerras coloniais, a escravatura, a destruição das culturas indígenas e a transformação das sociedades é um dos erros históricos capitais. A reacção deve produzir-se, para que tenhamos uma visão mais equilibrada deste problema angustioso, sobretudo para que se deixe de ter a consciência oprimida com responsabilidades que pertencem à humanidade inteira, e não só a esta parcela particular do orbe que se chama Europa. Os problemas das relações entre as raças não foi invenção de alguns europeus que introduziram este veneno em África e na Ásia. As castas indus; a animosidade violenta contra os chineses na Malásia e o imperialismo e colonialismo do Japão testemunham que a Ásia não está livre deste estigma. A União Indiana tem-se revelado uma das grandes forças imperialistas e colonialistas do nosso tempo, nos dez curtos anos da sua vida independente. A conquista de Hyderabad, as pressões sobre Caxemira, a posse das ilhas Andaman e o satelitismo de Nepal são provas

---

cipação política do Congo em A. A. J. Van Bilsen, *Vers l'indépendance du Congo et de Ruanda-Urundi* (Bruxelas, 1958). Esta nova orientação exposta em *Europe-France-Outre-mer* (Paris, Janeiro de 1959, n.º 350). «Congo Belge: politique nouvelle», págs. 47 e seg.

muito eloquentes, sem falar da brutal intervenção para suprimir os desejos de separação e de autonomia do povo Naga, movimento que foi suprimido com suma violência.

A dificuldade está no facto de que não é possível definir o colonialismo adequadamente. Um texto recentemente publicado na Itália define-o da maneira seguinte: «O colonialismo é a dominação política duma nação ocidental sobre um território ultramarino, cuja finalidade é usufruir a colónia em benefício da metrópole» (15). Acho esta definição pejorativa e incompleta, sem incluir nos seus termos as diversas possibilidades, e sem distinguir entre colonialismo e colonização, nem entre uma política de simples exploração económica e o desenvolvimento de valores espirituais superiores entre as populações reconhecidamente de civilização mais baixa.

Os belgas não crêem nas possibilidades de uma nação congolesa neste momento, nem na afirmação de um direito de pertencer à família das entidades soberanas nas condições actuais. É óbvio que no Congo se vai desenvolvendo ràpidamente uma consciência política, mas ainda dentro do quadro da comunidade belga.

Portugal resolveu este problema, há muitos anos, na constituição nacional, no Acto Colonial de 1933 e na abundante legislação posterior em que ficaram consignados os princípios de integração, de solidariedade e de perfeita comunidade nacional na base de uma multiplicidade de raças e crenças. Que impressão produz no viajante estrangeiro, nas províncias do Ultramar, a situação de assimilação de que se fala tanto? Temos citado no curso destas páginas algarismos e estatísticas para assinalar que, em geral, fora de Cabo Verde, a assimilação progride muito lentamente, e que, em certos casos, o avanço não é muito perceptível. Temos feito alguma referência à barreira cultural que separa os povos civilizados dos não-civilizados. É o reconhecimento de uma realidade humana inegável e indiscutível. Pretender o contrário é ignorar os factos da vida africana. Portugal exige que o africano que deseja pertencer plenamente à comunidade das nações aceite certas responsabilidades e que as aceite voluntàriamente. Não há pressões fictícias nem ameaças políticas para acelerar um processo que pela sua natureza não pode ser acelerado. O africano que é admitido na sociedade civilizada — que não é a mesma coisa que branca — é um homem ou uma mulher consciente de que um certo nível de vida cultural e social se impõe, e que, ao mesmo tempo, deve submeter-se às obrigações do civilizado, que incluem entre outras coisas a responsabilidade individual, os impostos pessoais e condições semelhantes. Toda a pessoa no mundo ultramarino é portuguesa, mas não é cidadão civilizado, responsável e consciente. Portugal reconhece a necessidade que os indígenas têm de ser guiados para a civilização. Esta não é uma conquista arbitrária ou inconsciente, a que se chega simplesmente por uma declaração. Durante muito tempo, é provável que os africanos, na sua maioria, precisem de uma mão firme e paternal, até chegarem à convicção de poderem sujeitar-se às obrigações da vida civilizada.

Vi isto na Guiné e em Moçambique, onde os indígenas aprendem a reconhecer que pertencem a Portugal, que fazem parte de uma entidade superior à sua terra que se chama Portugal. Em Nova Lamego, ao finalizar uma exibição de danças e de luta, o régulo invariàvelmente fechava a festividade com um sonoro viva a Portugal. Falei com indígenas ainda não civilizados que algaraviavam um pouco de português, e que, sem excepção, quando se lhes perguntava acerca da sua nacionalidade respondiam que eram portugueses. Portugueses de África, muitas vezes, mas portugueses apesar de tudo.

---

(15) Piero Gheddo, *Il risveglio dei popoli di colore* (Milão, 1957, pág. 193).

Moçambique é, como já disse, uma terra formidável para o amante da natureza nas suas múltiplas manifestações. Desde a Guiné tinha procurado caça grande, e vi satisfeitos estes ardentes desejos em Moçambique. Para o futuro turista que deseje conhecer uma experiência única no seu género, e inesquecível, que causa profunda impressão, recomendo sobretudo e antes de tudo a grande Reserva da Gorongosa. Os roteiros turísticos costumam exagerar quando descrevem os lugares e a sua beleza, mas no pequeno opúsculo editado na Beira sobre o turismo de Manica e Sofala não pecam os autores por este defeito, ao dizerem que «Passado o rio Urema, fronteira natural do Parque Nacional de Caça de Gorongosa, é como se penetrássemos num mundo de irrealidade e de beleza». Esta nota é rigorosamente exacta. Recomendados pelo governo-geral da província, e especialmente pelo Sr. Luís de Teixeira, filho do ilustre governador-geral, então ausente, fizemos a viagem de Lourenço Marques à Beira em avião, para sermos recebidos nesta última cidade pelo pessoal do Turismo da Beira, entidade turística cuja competência e capacidade de organização são realmente notáveis. Na Beira organizou-se a expedição para a reserva. Eu tinha certas dúvidas, pois não estava acostumado às reservas africanas. Afigurava-se-me alguma coisa assim como um parque bem arranjado, com alguns animais, não em gaiolas certamente, mas reduzidos a um cativeiro discreto.

Gorongosa é, sem a menor dúvida, uma das grandes maravilhas do Mundo. Um agente turístico da Rodésia que encontrei em Chitengo, o pequeno acampamento no interior da reserva, assegurou-me que o famoso *Kruger Park* era bastante inferior pela qualidade da sua vida animal, e pelo espectáculo que oferecia aos olhos dos visitantes. Gorongosa tem uma imensidade de léguas e léguas dum lado a outro, deixada inteiramente no seu estado natural, e destinada exclusivamente a preservar a vida dos animais.

Tem uma extensão de 3200 quilómetros quadrados e, afora o acampamento, não existe nenhuma povoação. Chitengo é um pequeno centro, protegido por paliçada, e de noite os visitantes são obrigados a ficar dentro da pequena zona, proibidos completamente de sair depois de anoitecer. Aqui, em redor dum restaurante, e duma loja com os centros das instalações eléctricas, há um considerável número de casas rústicas destinadas aos hóspedes que desejam passar uma noite ou alguns dias no lugar. Alguns indígenas que habitam esta vila ocupam-se, entre outras coisas, a fabricar objectos em madeira que revelam um sentido artístico razoàvelmente desenvolvido.

Nas florestas e savanas da Gorongosa vive toda a casta de animais, entre eles hipopótamos, búfalos, bois-cavalos, tucas, palas-palas, muita variedade de antílopes, elefantes e leões. Visitámos a Gorongosa conduzidos por um dos rapazes do Turismo que conhece na perfeição as veredas e atalhos, e as picadas primitivas que cortam através do capim e arvoredos. De um lado para outro vão-se esquadrinhando os horizontes para descobrir algum animal isolado ou alguma manada de animais. Às vezes passam-se horas inteiras sem divisar ou só entrever confusamente alguma coisa. Na nossa primeira tarde, até à hora de retirar, não vimos nada que valesse a pena: antílopes das espécies mais variadas mas nenhuma grande caça. «Questão de sorte» dizia a gente, e pensei que em Moçambique ia repetir-se a experiência de Angola e abandonaríamos a província sem conhecer mais que os seus bichos menores. Mas no dia seguinte, de manhã cedo, saímos novamente, para percorrer uma grande distância em toda a savana aberta, onde era possível olhar de longe em busca de vida animal. Naquele dia a satisfação foi completa, pois apareceram elefantes em manadas e, num dado momento, chegámos a ver uns vinte leões e leoas aos pares, deitados por terra à sombra de algumas árvores. De vários lados chegavam automóveis e formava-se em redor dos animais um círculo de gente disposta a contemplar esta cena de tantos leões juntos. Os animais olhavam com infinito desprezo, e só depois de se fatigarem das idas e vindas de todo o mundo se levantavam para se irem embora majestosamente, para o mais espesso da floresta. Depois, nas lagunas que se acham em várias partes, havia numerosos hipopótamos mergulhados na água, e só se tornavam visíveis os seus grandes vultos quando faziam algum movimento ou mudavam de posição.

Os condutores destas expedições insistiam em que os passageiros ficassem sentados no veículo sem descer à terra, e sobretudo que se evitasse um contacto demasiado directo com os elefantes, pois as bestas podiam enfurecer-se e lançar-se numa investida frenética. Mas na Gorongosa os únicos tiros que se podem dar são de fotografia, pois não é permitido ao turista nenhuma arma. É preciso ir a um acampamento de caça para

conhecer as emoções e deleites de perseguir e apanhar algum animal. Na Beira fizeram-se os arranjos para ir depois da Gorongosa ao acampamento de caça Kanga N'Tole, que fica a uns 220 quilómetros da cidade da Beira.

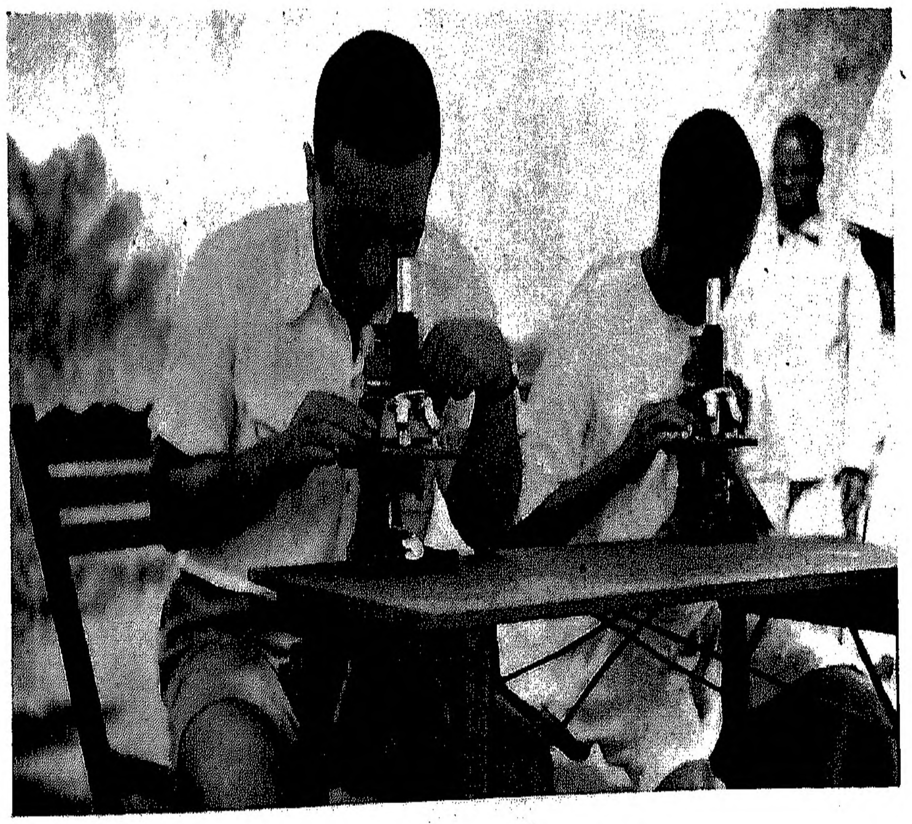
Quando fomos lá, eu tinha uma ideia muito vaga do que ia encontrar. Diziam que o acampamento estava bem montado, com todo o conforto, que o seu proprietário, Alberto de Sousa Araújo, tinha criado, no meio da selva, uma ilhota de vida civilizada. Mas nada se podia comparar com o que é, em realidade, Kanga N'Tole. Quando chegámos, ao cair da tarde, fatigados dos muitos quilómetros percorridos, lá estava o amigo Araújo, grande e corpulento, chapéu de palha e botas altas, disposto a receber-nos. Tivemos uma acolhida duma cordialidade emocionante; fomos instalados em quartos de uma grande simplicidade mas bem cómodos. Havia casa de banho com água quente, e bar digno de um estabelecimento de grande cidade. O Araújo fazia as honras com os whiskeys, para logo nos servir um jantar delicioso. E tudo isto no meio de uma selva perfeita, longe da cidade ou mesmo da vila mais próxima, onde só alguns caçadores brancos e uns trinta indígenas trabalhavam.

As janelas da frente davam directamente para a selva e para um cercado onde o proprietário tinha um leão. As de trás davam para o rio, e nada mais impressionante que, depois das oito da noite, quando todos se tinham deitado e as luzes tinham sido apagadas, ficar um pouco na varanda que domina o rio, a desfrutar o silêncio e as sombras das árvores em noites de luar. Às cinco e meia da manhã ouvem-se os tambores dos pretos que vêm chamar a gente por esta forma pitoresca. Dois tambores que rufam é para os africanos uma saudação ao nosso director, que se acha já vestido para a caça.

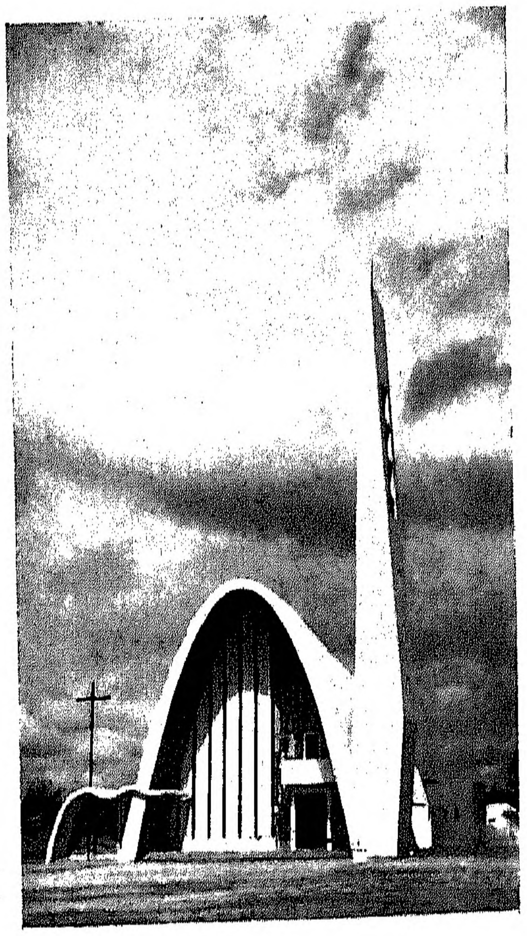
Às vezes toma-se antes de partir o pequeno almoço, servido com a abundância e bom gosto que distinguem o Araújo; às vezes, se partirmos cedo, esta refeição serve-se às oito, perto do lugar onde se busca a caça. Não conhecia até então o vocábulo «mata-bicho» em referência ao pequeno almoço nem a sua forma verbal, «mata-bichiar». O viajante fica o tempo que quiser, e tem à sua disposição as facilidades mais extraordinárias para a caça. Eu, infelizmente, não passei mais de dois dias, com grande pena de não poder ficar um mês inteiro. Mas apesar da brevidade do tempo, foi possível ver como se organizavam as expedições e a maneira de proceder para a caça de vários animais.

No primeiro dia dedicámos a nossa atenção principalmente aos antílopes e ao búfalo. Mesmo aqui, na região de Kanga N'Tole, não é absolutamente certo que a pessoa que saia para o matagal encontre pela primeira vez alguma coisa. Podem passar-se dias — e isto é o motivo para uma estada prolongada, para ter a certeza de não partir com as mãos vazias. Mas naquela primeira manhã, depois dum mata-bicho opulento, à volta das oito ou oito e meia, vimos de longe nuvens de poeira, provocadas pela passagem de alguma manada grande. Estávamos todos num camião, o Araújo, dois rapazes da Beira e um caçador sul-africano, residente em Moçambique e colaborador nestas empresas, o Harry, que tinha matado pessoalmente mais de 750 elefantes. Eu olhava para este simpático amigo com o respeito que infundem as proezas profissionais de excepção. Seguiam-se alguns africanos com as suas espingardas. O Araújo possuía um verdadeiro arsenal no acampamento, com armas para todas as necessidades. Meu filho, em colaboração com outros, aproximou-se cautelosamente da manada, sem despertar suspeitas, e com muito êxito mataram

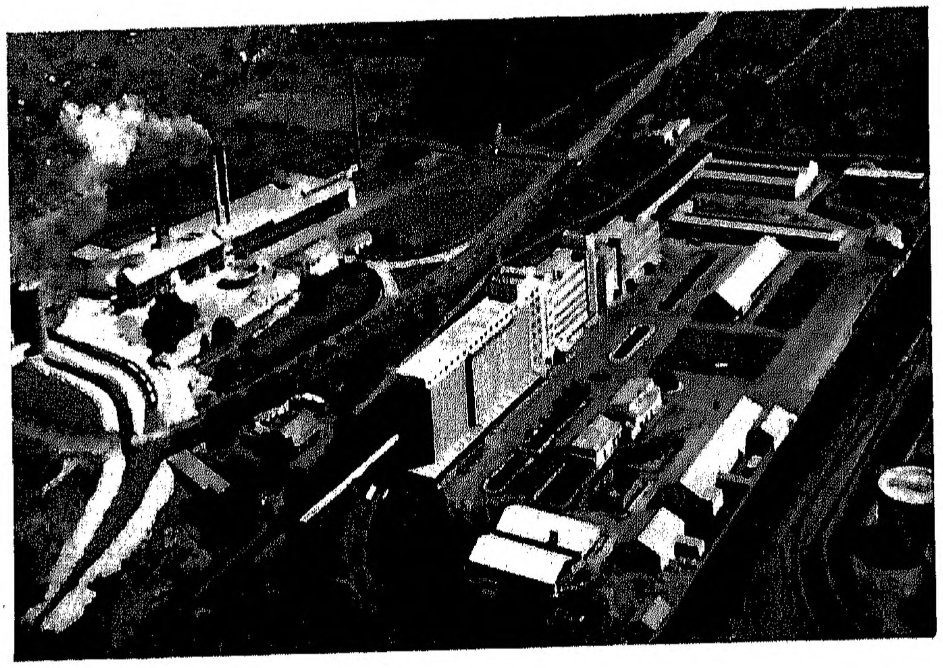
Tipos femininos do Sul do Save



Microscopistas de uma brigada sanitária



Igreja Matriz da Manga, na Beira



Vista aérea da zona fabril da Matola

uma das feras. Seguiu-se então o processo de abrir a barriga, destripar o animal, deitar fora os órgãos interiores, e levar a cabeça e a pele para o acampamento.

As noites em Kanga N'Tole ofereciam um encanto muito especial. Tenho falado do Alberto Araújo como um organizador de primeira ordem. É um antigo funcionário do Caminho de Ferro da Zambézia, que depois de abandonar esta carreira se dedicou inteiramente à caça profissional, e sobretudo organizador de safaris para indivíduos ou grupos. Tudo o que há hoje em Kanga N'Tole se deve a este homem, de uma iniciativa fora do comum, que vive nesta solidão o ano inteiro com a sua esposa e filhinho. Aqui recebe a gente, prepara as expedições e, segundo os desejos de cada um, arranja uma das caçadas mais emocionantes de África.

Alberto de Araújo é uma das personalidades mais inolvidáveis que tenho conhecido na minha vida. Conservo dele uma lembrança de inalterável bondade, extrema cortesia e um companheirismo a toda a prova. Fala não sei quantas línguas e fala-as bem. Recita poesias, cita clássicos em plena selva, e brinda com perfeição quando chega o momento de levantar as taças ou copos fraternais ao redor da mesa. É um homem de uma capacidade profissional indiscutível; de cultura refinada e sobretudo um grande coração. As minhas homenagens respeitosas e carinhosas a um *grand seigneur*.

Como se organiza a caça do elefante? Quis ver como a gente competente na matéria fazia para pôr em movimento tudo o que há a fazer para caçar o grande paquiderme. No segundo dia, ao romper da alva, saímos novamente, todos no camião, e com um frio que fazia tremer a todos — o frio que só se sente em África. Às sete e meia ou oito detivemo-nos perto de uma aldeia indígena e não longe da região povoada pelos elefantes para «mata-bichiar». Mas não se pense que, nestas excursões ao interior de África, sob a direcção dum homem como Alberto de Araújo, o mata-bicho consiste de pão seco e café amargo. Os pretos punham a mesa com um certo luxo. Tínhamos vinho e frutas, carnes e ovos. Depois de comer interrogaram-se os indígenas acerca da presença ou vizinhança dos elefantes. Alguns disseram que, com efeito, tinham visto os rastos de alguns. Saímos depois pela estrada principal, a ver se encontrávamos pegadas. Imediatamente se tornou evidente que estávamos numa região onde se deviam encontrar em grande número. Os indígenas deduziam, pelos traços deixados na estrada e entre a vegetação, quantos animais tinham passado, quando passaram e em que direcção iam. Penetrámos logo no mato, através do capim, para notar as folhas ou ramos caídos das árvores por onde tinham passado esses enormes quadrúpedes. Examinava-se com escrúpulo o excremento para notar se estava ainda quente, o que demonstraria que o elefante tinha passado há pouco. Um velho, que nos acompanhava, garantia saber, pelos rastos, quantos elefantes iam, e se eram machos ou fêmeas.

Todo o dia, até ao começo da tarde, andámos pelo mato, para chegar às lagoas onde vinham os animais beber, sem ver um único elefante. Os caçadores explicaram-me que há alguns aspectos muito importantes na arte de caçar elefantes, e o primeiro é que o elefante caminha muito e vai longe, e, por cada passo que dá, precisamos nós de dar uns vinte, o que faz com que o animal se afaste de nós com uma velocidade extraordinária. Além disso, o elefante gosta de ficar no sítio mais recôndito do mato, entre árvores e protegido do sol. Passámos um dia inteiro em vão, sem ver mais que rastos abundantes e a emoção de nos encontrarmos perto de um achado feliz. Mas, quando caiu a tarde, ainda não tínhamos visto mais que os vestígios. Dizem que os indígenas, quando voltam para o acampamento com cabeça de elefante, organizam grandes festas com tambores, para celebrar o acontecimento. Nós tivemos que limitar-nos ao búfalo e ao antílope.

Saí de Kanga N'Tole realmente entristecido, mas com a satisfação de ter feito naquelas paragens uma daquelas amizades que raras vezes se nos deparam na vida, com uma pessoa que reúne qualidades de carácter, de integridade e de dignidade muito especiais. Que uma das minhas últimas palavras nestas páginas fugazes sobre algumas impressões da África Portuguesa seja para o Alberto de Sousa Araújo, de quem me lembrarei sempre com profunda saudade.

Quantas partes desta África, onde Portugal está presente, ficam fora das minhas modestas reminiscências! Todo o Norte de Moçambique, com Quelimane, Tete, Nampula, a ilha de Moçambique mesmo, que é a sede e foi a origem de toda esta ocupação; São Tomé e Príncipe por outro lado, que ocupa um lugar de interesse tão especial na história da presença lusitana nestas latitudes; o Sul da Guiné ao lado de Catió, que lamento não ter visto; as outras onze ilhas do grupo de Cabo Verde, algumas vistas de longe e que confesso não conhecer; as grandes regiões de Angola, que é um mundo em si, e que, em duas ou três semanas, não é possível apreciar senão em breve relance.

Mas, é bem certo, uma impressão profunda e indelével se grava no meu espírito. Portugal pode orgulhar-se da obra empreendida nestes territórios. O caminho foi traçado há alguns séculos, quando um grande príncipe português sonhava com toda esta grandeza na solidão de Sagres. A política seguida por este país é exemplo para um mundo que abandona, com excessiva facilidade, os grandes valores da sua história. Ficar fiel a uma missão, quando as forças do mundo, vítima da sua própria incerteza e confusão, se opõem, exige heroicidade e uma vontade de ferro. Portugal tem mostrado até agora que possui em grau elevadíssimo essas virtudes, sem as quais nenhuma grande obra poderá realizar-se.

INDICE

Guiné Portuguesa 9

Cabo Verde 55

São João Baptista de Ajudá 89

Angola 97

Moçambique 131